

ANA CRISTINA ARAÚJO

o TERRAMOTO  
E 1755  
LISBOA E A EUROPA









250 ANOS  
do Terramoto de Lisboa  
**1755**

00101

250 Anos  
do Terramoto  
de Lisboa



Portugal  
€2,65



Preço: €265



ANA CRISTINA ARAÚJO

○ TERRAMOTO  
E 1755  
LISBOA E A EUROPA







Com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, Lisboa, a rica metrópole europeia de então tornou-se, de repente, numa cidade devastada, tendo desaparecido para sempre muitos dos seus tesouros artísticos e culturais.

As proporções dantescas do desastre obtiveram enorme repercussão internacional, designadamente nos meios da ciência e da cultura que procuravam para o infausto acontecimento causas que não abalasses os fundamentos teológicos e filosóficos consagrados.

Estudos aprofundados têm projectado novas luzes sobre as causas do cataclismo e suas repercussões no pensamento europeu. São as mais recentes interpretações dos factos que tecem o fio condutor deste livro. Por certo, ele surpreenderá o leitor pelas novidades que apresenta, pelos esclarecimentos que proporciona, pelos novos conceitos que expõe e fundamenta e pela iconografia que reúne.

O presente volume surge como uma obra que, ao evocar uma efeméride de importância para a cidade de Lisboa e para o país, vem enriquecer a vasta bibliografia sobre o tema e proporcionar aos especialistas um novo espaço de debate, numa altura em que estão ainda presentes as consequências do avassalador *tsunami* que abalou o Sudoeste Asiático, em finais de 2004 e, com ele, as consciências de todo o mundo. Com ele também os CTT dão continuidade ao seu propósito de se assumirem, no plano cultural, como empresa de referência na divulgação e salvaguarda dos valores e da história do País e das suas instituições.



Luís Filipe Nazaré  
Presidente do Conselho de Administração



## O MARQUÊS DE POMBAL E O TERRAMOTO DE 1755



- Uma cidade do século XVIII 10
- A memória do dia 1º de Novembro de 1755 28
- Um "desastre moderno":  
a gestão política da crise e a reconstrução de Lisboa 40

## O DESASTRE DE LISBOA NA EUROPA DAS LUZES

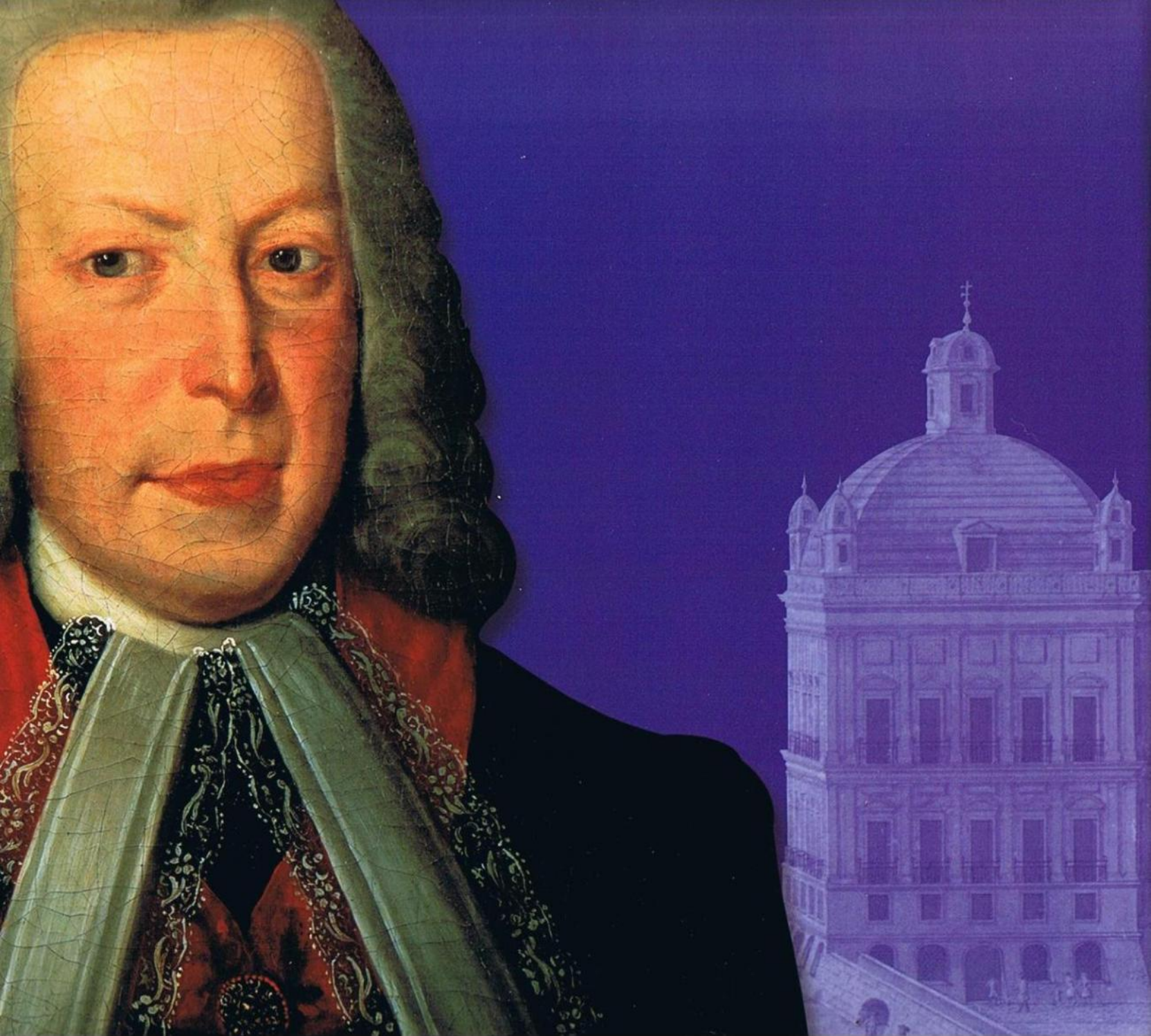


- A imprensa periódica 58
- Cartas e memórias 80
- Discursos e narrativas da catástrofe 94

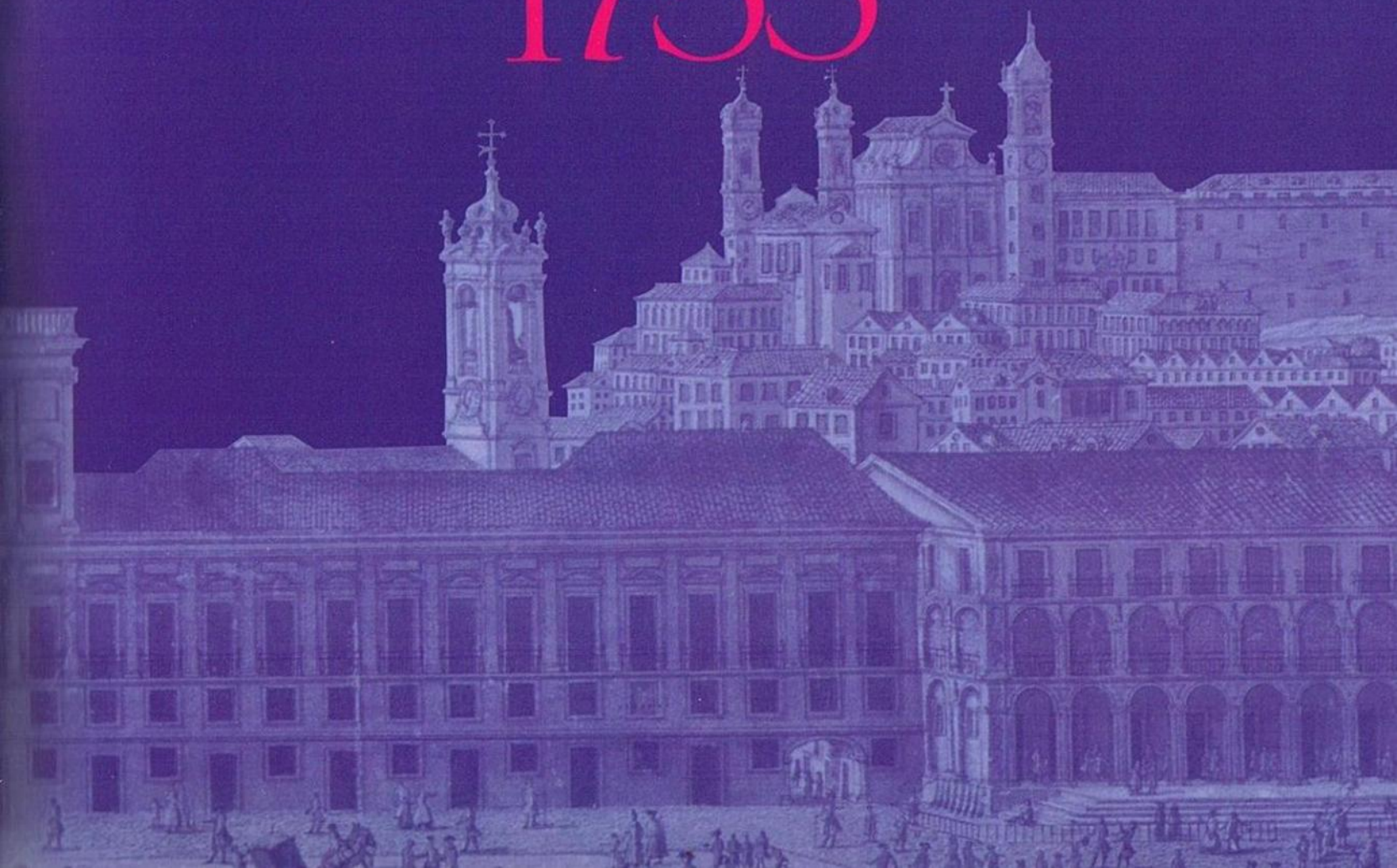
## INQUIETAÇÕES, UTOPIAS E DEBATES DO SÉCULO




- Cometas, profecias e terremotos 102
- Medo e superstição 108
- Sensibilidade e razão 118
- Política, justiça e propaganda 126
- A utopia higiénica 138
- O despertar da Terra 144
- O optimismo abalado 154



O MARQUÊS  
DE POMBAL  
E O TERRAMOTO  
DE 1755



# UMA CIDADE DO SÉCULO XVIII

Lisboa, na rota dos circuitos marítimos de comércio internacional, é uma das mais cosmopolitas cidades do Ocidente na primeira metade do século XVIII. O afluxo da produção aurífera e diamantífera de Minas Gerais à capital do Reino e do Império Português marca, desde finais de Seiscentos, o começo de uma conjuntura auspiciosa e de um longo reinado, o de D. João V (1707-1750). Sob o governo esclarecido deste monarca assiste-se, na sequência da celebração do Tratado de Methuen, em 1703, ao fortalecimento de laços económicos com Inglaterra; ao relançamento diplomático das relações com outros Estados europeus, em convergência com o equilíbrio internacional alcançado em Utreque, em 1713; e à imposição simbólica do projecto de *uma nova Lisboa como uma nova Roma*, motivo de persistentes campanhas políticas conduzidas junto da Santa Sé e suportadas, em simultâneo, por qualificadas representações diplomáticas nas mais influentes Cortes europeias.  Num tempo em que na Cúria Romana eram evidentes os sinais de declínio, D. João V obtém da Santa Sé, a coberto de vultuosas contrapartidas financeiras, concessões verdadeiramente excepcionais para a Basílica Patriarcal, que fundara em 1716. Na opinião abalizada de diplomatas, conselheiros e observadores bem colocados, o monarca português, que começara por querer igualar Luís XIV, no estilo e modelo de governação, distancia-se, progressivamente, da Corte de Versailles, para se aproximar da Corte de

Roma.  D. João V impõe-se ao Vaticano, com as suas contínuas exigências de confiscação temporal da esfera religiosa, e rivaliza com a Cúria ao possuir um “papa nos seus estados e sob a sua dependência”, o Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. A criação da Patriarcal, que funciona como uma espécie de Sacro Colégio na Corte, em nada prejudica a imposição autónoma da figura real, que se coloca acima da nobreza e da Igreja, disciplinando ambas, com justiça, e aproximando ambas de um renovado universo cultural palatino. A modernização empreendida nos campos literário, musical, académico, artístico e filosófico obedece a uma matriz erudita, é contagiada por uma estética marcadamente barroca e revela-se permeável a normas de civilidade, hábitos cortesãos e a consumos culturais de gosto francês.  O mecenato cultural de D. João V, muito visível no plano religioso, mas não menos importante noutras esferas – das bibliotecas ao urbanismo –, torna-se verdadeiramente singular na Europa do século XVIII. Muitos estrangeiros – gravadores, livreiros,






**PANORÂMICA DE LISBOA DE MEADOS DO SÉCULO XVIII**  
extracto relativo às colinas das Chagas e de S. Francisco,  
cais da Pedra e Palácio Real. Henry Overton (1752)  
Museu da Cidade (M. C.)



O MOVIMENTO PORTUÁRIO DE LISBOA  
Gravura francesa do século XVIII  
M.C.



ourives, arquitectos, pintores, escultores, naturalistas, fabricantes de relógios e de instrumentos científicos – foram chamados a colaborar com o governo e receberam importantes encomendas régias. O mecenato artístico joanino ter-se-á plasmado numa espécie de “museu de arquitectura” de Roma instalado no Paço Real da Ribeira, em torno do qual giravam ideias e projectos fantásticos, enviados da cidade do Vaticano, discutidos e expostos nos longos salões da sede palatina. Nele se podiam ver maquetas gigantes, levantamentos de edifícios, desenhos, plantas, esculturas e estudos diversos. Se muitos artistas de renome trabalhavam em Roma para D. João V, em Paris o embaixador D. Luis da Cunha e o enviado de negócios Francisco Mendes de Góis, em contacto com os gravadores Mariette, ajudavam a constituir o magnífico *Corpo de Estampas* da biblioteca do palácio real e a satisfazer actualizadas encomendas régias de livros, pinturas, tapeçarias, adornos, baixelas, coches, colecções naturais e toda a casta de consumos culturais modernos e requintados. Com ouro, certamente, mas também com esclarecido critério, D. João V pagou e recrutou em Itália, na Alemanha e na Suíça, engenheiros, geógrafos e cartógrafos para preparar e formar quadros destinados a fortificar e cartografar o território brasileiro, em especial, as suas fronteiras terrestres, aspecto fundamental para a compreensão da história luso-brasileira deste período e de grande repercussão internacional.  Nos anos trinta do século XVIII, a cosmopolita capital portuguesa, banhada pelo Tejo, era “um porto importantíssimo, encontrando-se sempre coalhado de barcos”, como refere um visitante

estrangeiro [Chaves, 1983, p. 39]. Para guiar a navegação e sinalizar a entrada no porto de Lisboa, aberto a forasteiros de todas as nações, D. João V encomenda ao arquitecto italiano Filippo Juvarra o projecto de um farol monumental, a implantar a poente do novo e grandioso complexo palatino ideado pelo mesmo arquitecto para a ampla encosta de Buenos Aires, fronteira ao rio e localizada a oeste do centro da cidade. O protótipo do farol de Alexandria poderá ter inspirado o esboço do que foi elaborado para Lisboa, constituindo esse paralelismo um dos prováveis motivos “das conversas tidas entre o arquitecto e o rei, em especial se nos lembramos do facto de Alexandria ter sido uma das cidades sede de patriarcado no Baixo Império. Para eles Lisboa deveria assim ser colocada no mesmo pé de igualdade de qualquer cidade fundada como capital, uma das maravilhas do mundo e a face da Europa frente ao oceano” [Rossa, 2002, p. 106]. Os dois projectos de Juvarra – o do Palácio Real, inspirado em S. Pedro de Roma e projectado para o sítio de Buenos Aires, e o do Farol na embocadura do porto –, que, por razões diversas, não chegaram a ser realizados, gravitavam em torno da área ocidental da cidade, um dos principais pólos de atracção e de investimento urbanístico de



- |                            |                       |                       |                        |                        |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| 1. Igreja de S. Vicente    | 18. Torre de S. Paulo | 36. Torre de S. Paulo | 54. Torre de S. Paulo  | 72. Torre de S. Paulo  |
| 2. Igreja de S. João       | 19. Torre de S. Paulo | 37. Torre de S. Paulo | 55. Torre de S. Paulo  | 73. Torre de S. Paulo  |
| 3. Igreja de S. Pedro      | 20. Torre de S. Paulo | 38. Torre de S. Paulo | 56. Torre de S. Paulo  | 74. Torre de S. Paulo  |
| 4. Igreja de S. Antonio    | 21. Torre de S. Paulo | 39. Torre de S. Paulo | 57. Torre de S. Paulo  | 75. Torre de S. Paulo  |
| 5. Igreja de S. Francisco  | 22. Torre de S. Paulo | 40. Torre de S. Paulo | 58. Torre de S. Paulo  | 76. Torre de S. Paulo  |
| 6. Igreja de S. Carlos     | 23. Torre de S. Paulo | 41. Torre de S. Paulo | 59. Torre de S. Paulo  | 77. Torre de S. Paulo  |
| 7. Igreja de S. Martinho   | 24. Torre de S. Paulo | 42. Torre de S. Paulo | 60. Torre de S. Paulo  | 78. Torre de S. Paulo  |
| 8. Igreja de S. Agostinho  | 25. Torre de S. Paulo | 43. Torre de S. Paulo | 61. Torre de S. Paulo  | 79. Torre de S. Paulo  |
| 9. Igreja de S. Domingos   | 26. Torre de S. Paulo | 44. Torre de S. Paulo | 62. Torre de S. Paulo  | 80. Torre de S. Paulo  |
| 10. Igreja de S. Bento     | 27. Torre de S. Paulo | 45. Torre de S. Paulo | 63. Torre de S. Paulo  | 81. Torre de S. Paulo  |
| 11. Igreja de S. Maria     | 28. Torre de S. Paulo | 46. Torre de S. Paulo | 64. Torre de S. Paulo  | 82. Torre de S. Paulo  |
| 12. Igreja de S. Joao      | 29. Torre de S. Paulo | 47. Torre de S. Paulo | 65. Torre de S. Paulo  | 83. Torre de S. Paulo  |
| 13. Igreja de S. Pedro     | 30. Torre de S. Paulo | 48. Torre de S. Paulo | 66. Torre de S. Paulo  | 84. Torre de S. Paulo  |
| 14. Igreja de S. Antonio   | 31. Torre de S. Paulo | 49. Torre de S. Paulo | 67. Torre de S. Paulo  | 85. Torre de S. Paulo  |
| 15. Igreja de S. Francisco | 32. Torre de S. Paulo | 50. Torre de S. Paulo | 68. Torre de S. Paulo  | 86. Torre de S. Paulo  |
| 16. Igreja de S. Carlos    | 33. Torre de S. Paulo | 51. Torre de S. Paulo | 69. Torre de S. Paulo  | 87. Torre de S. Paulo  |
| 17. Igreja de S. Martinho  | 34. Torre de S. Paulo | 52. Torre de S. Paulo | 70. Torre de S. Paulo  | 88. Torre de S. Paulo  |
| 18. Igreja de S. Agostinho | 35. Torre de S. Paulo | 53. Torre de S. Paulo | 71. Torre de S. Paulo  | 89. Torre de S. Paulo  |
| 19. Igreja de S. Domingos  | 36. Torre de S. Paulo | 54. Torre de S. Paulo | 72. Torre de S. Paulo  | 90. Torre de S. Paulo  |
| 20. Igreja de S. Bento     | 37. Torre de S. Paulo | 55. Torre de S. Paulo | 73. Torre de S. Paulo  | 91. Torre de S. Paulo  |
| 21. Igreja de S. Maria     | 38. Torre de S. Paulo | 56. Torre de S. Paulo | 74. Torre de S. Paulo  | 92. Torre de S. Paulo  |
| 22. Igreja de S. Joao      | 39. Torre de S. Paulo | 57. Torre de S. Paulo | 75. Torre de S. Paulo  | 93. Torre de S. Paulo  |
| 23. Igreja de S. Pedro     | 40. Torre de S. Paulo | 58. Torre de S. Paulo | 76. Torre de S. Paulo  | 94. Torre de S. Paulo  |
| 24. Igreja de S. Antonio   | 41. Torre de S. Paulo | 59. Torre de S. Paulo | 77. Torre de S. Paulo  | 95. Torre de S. Paulo  |
| 25. Igreja de S. Francisco | 42. Torre de S. Paulo | 60. Torre de S. Paulo | 78. Torre de S. Paulo  | 96. Torre de S. Paulo  |
| 26. Igreja de S. Carlos    | 43. Torre de S. Paulo | 61. Torre de S. Paulo | 79. Torre de S. Paulo  | 97. Torre de S. Paulo  |
| 27. Igreja de S. Martinho  | 44. Torre de S. Paulo | 62. Torre de S. Paulo | 80. Torre de S. Paulo  | 98. Torre de S. Paulo  |
| 28. Igreja de S. Agostinho | 45. Torre de S. Paulo | 63. Torre de S. Paulo | 81. Torre de S. Paulo  | 99. Torre de S. Paulo  |
| 29. Igreja de S. Domingos  | 46. Torre de S. Paulo | 64. Torre de S. Paulo | 82. Torre de S. Paulo  | 100. Torre de S. Paulo |
| 30. Igreja de S. Bento     | 47. Torre de S. Paulo | 65. Torre de S. Paulo | 83. Torre de S. Paulo  |                        |
| 31. Igreja de S. Maria     | 48. Torre de S. Paulo | 66. Torre de S. Paulo | 84. Torre de S. Paulo  |                        |
| 32. Igreja de S. Joao      | 49. Torre de S. Paulo | 67. Torre de S. Paulo | 85. Torre de S. Paulo  |                        |
| 33. Igreja de S. Pedro     | 50. Torre de S. Paulo | 68. Torre de S. Paulo | 86. Torre de S. Paulo  |                        |
| 34. Igreja de S. Antonio   | 51. Torre de S. Paulo | 69. Torre de S. Paulo | 87. Torre de S. Paulo  |                        |
| 35. Igreja de S. Francisco | 52. Torre de S. Paulo | 70. Torre de S. Paulo | 88. Torre de S. Paulo  |                        |
| 36. Igreja de S. Carlos    | 53. Torre de S. Paulo | 71. Torre de S. Paulo | 89. Torre de S. Paulo  |                        |
| 37. Igreja de S. Martinho  | 54. Torre de S. Paulo | 72. Torre de S. Paulo | 90. Torre de S. Paulo  |                        |
| 38. Igreja de S. Agostinho | 55. Torre de S. Paulo | 73. Torre de S. Paulo | 91. Torre de S. Paulo  |                        |
| 39. Igreja de S. Domingos  | 56. Torre de S. Paulo | 74. Torre de S. Paulo | 92. Torre de S. Paulo  |                        |
| 40. Igreja de S. Bento     | 57. Torre de S. Paulo | 75. Torre de S. Paulo | 93. Torre de S. Paulo  |                        |
| 41. Igreja de S. Maria     | 58. Torre de S. Paulo | 76. Torre de S. Paulo | 94. Torre de S. Paulo  |                        |
| 42. Igreja de S. Joao      | 59. Torre de S. Paulo | 77. Torre de S. Paulo | 95. Torre de S. Paulo  |                        |
| 43. Igreja de S. Pedro     | 60. Torre de S. Paulo | 78. Torre de S. Paulo | 96. Torre de S. Paulo  |                        |
| 44. Igreja de S. Antonio   | 61. Torre de S. Paulo | 79. Torre de S. Paulo | 97. Torre de S. Paulo  |                        |
| 45. Igreja de S. Francisco | 62. Torre de S. Paulo | 80. Torre de S. Paulo | 98. Torre de S. Paulo  |                        |
| 46. Igreja de S. Carlos    | 63. Torre de S. Paulo | 81. Torre de S. Paulo | 99. Torre de S. Paulo  |                        |
| 47. Igreja de S. Martinho  | 64. Torre de S. Paulo | 82. Torre de S. Paulo | 100. Torre de S. Paulo |                        |



**UMA CIDADE COSMOPOLITA**

Panorâmica de Lisboa, desde S. Vicente de Fora até ao Forte de S. Lourenço. Com legendas remissivas em idiomas estrangeiros e com inscrição, dentro de cartela sob plinto, de um mapa suspenso por dois homens. O do lado esquerdo segura as armas de Portugal, o do lado direito segura o globo terrestre. Friedrich Schoenemann



- |                              |                                    |                              |                              |                                |                              |
|------------------------------|------------------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| 1. Fort de St. Laurent.      | 21. Couvent de St. Denis d'Anvers. | 31. Couvent de Capucins.     | 41. Palais Royal.            | 51. Le Grand Hotel de Brabant. | 61. Les Dames d'Anvers.      |
| 2. Fort de St. Jean.         | 22. Couvent de St. Pierre.         | 32. Palais de France.        | 42. Maison de la Trinité.    | 52. Dames de Capucins.         | 62. Les Dames de la Trinité. |
| 3. Fort de St. Pierre.       | 23. Couvent de St. Augustin.       | 33. Palais de la Trinité.    | 43. Le Trésor de la Trinité. | 53. Dames de St. Eloy.         | 63. Couvent de St. Pierre.   |
| 4. Couvent de St. Augustin.  | 24. Couvent de St. Martin.         | 34. Couvent de St. Augustin. | 44. Corps de Garde.          | 54. Marché au Blé.             | 64. Couvent de St. Pierre.   |
| 5. Couvent de St. Martin.    | 25. Couvent de St. Pierre.         | 35. Couvent de St. Augustin. | 45. Couvent de St. Augustin. | 55. Couvent de St. Augustin.   | 65. Couvent de St. Pierre.   |
| 6. Couvent de St. Augustin.  | 26. Couvent de St. Pierre.         | 36. Couvent de St. Augustin. | 46. Couvent de St. Augustin. | 56. Couvent de St. Augustin.   | 66. Couvent de St. Pierre.   |
| 7. Couvent de St. Augustin.  | 27. Couvent de St. Pierre.         | 37. Couvent de St. Augustin. | 47. Couvent de St. Augustin. | 57. Couvent de St. Augustin.   | 67. Couvent de St. Pierre.   |
| 8. Couvent de St. Augustin.  | 28. Couvent de St. Pierre.         | 38. Couvent de St. Augustin. | 48. Couvent de St. Augustin. | 58. Couvent de St. Augustin.   | 68. Couvent de St. Pierre.   |
| 9. Couvent de St. Augustin.  | 29. Couvent de St. Pierre.         | 39. Couvent de St. Augustin. | 49. Couvent de St. Augustin. | 59. Couvent de St. Augustin.   | 69. Couvent de St. Pierre.   |
| 10. Couvent de St. Augustin. | 30. Couvent de St. Pierre.         | 40. Couvent de St. Augustin. | 50. Couvent de St. Augustin. | 60. Couvent de St. Augustin.   | 70. Couvent de St. Pierre.   |

D. João V e do Senado da Câmara de Lisboa. Entre 1717 e 1740, coincidindo com o período de instalação da Patriarcal, a cidade foi dividida em duas, cabendo à Sé metropolitana o domínio eclesiástico da cidade antiga, na parte oriental, e à Capela Real, então elevada à dignidade de igreja Patriarcal, a função dinamizadora da *cidade nova*, na parte ocidental. Esta partilha territorial põe a descoberto a orientação expansionista da cidade para Ocidente, onde se encontram as maiores concentrações populacionais, se criam novas freguesias, como a de Santa Isabel, instituída em 1741, se vão erguendo bairros excêntricos de operários e construindo, ao longo do rio, a caminho

de Belém, e em outras vias que irradiam do centro para o interior, palácios e quintas de nobres e burgueses. As potencialidades urbanísticas da *nova Lisboa* foram exploradas com o objectivo de fixar uma imagem emblemática do poder de D. João V – que se cristaliza no complexo palatino da Ribeira e da Capela Real, amplamente reformulada para servir de sede Patriarcal, uma vez abandonado o projecto de Juvarra – e de repensar o futuro da cidade, à luz das

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA A LISBOA  
O Aqüeduto de Alcântara  
ou das Águas Livres. I. Clark  
M. C.



exigências de progresso colocadas pelo presente. Pretendia-se, assim, modernizar a cidade tendo em conta a sua vocação marítima e comercial, reestruturando a sua frente ribeirinha, delimitada pela chamada Linha Fundamental de Fortificação, em cujo traçado viário e plano trabalhou o engenheiro militar Manuel da Maia; melhorar as redes de saneamento e de abastecimento de água à cidade com a construção do Aqueduto das Águas Livres, iniciada em 1728 e concluída sob a direcção de Manuel da Maia; e lançar as bases da industrialização urbana com a criação dos complexos industriais e navais do Rato e de Alcântara, cujos planos iniciais despontam, também, entre finais da década de vinte e meados da seguinte. 🐉 A implantação de tão vastos e variados equipamentos urbanos revelava-se adequada ao modelo de desenvolvimento económico requerido a uma cidade que conciliava o seu estatuto de capital do Império com a função de *hinterland* do comércio europeu, sendo, por isso, considerada uma das mais ricas e opulentas urbes da Europa, de acordo com o testemunho dos estrangeiros que a visitam. A gigantesca obra de hidráulica do aqueduto, a localização das mães-d'água e o desenho da rede urbana de chafarizes públicos conferiam um cunho moderno, higiénico e civilizado à planificação dos conjuntos urbanísticos, em estaleiro ou em planta, previstos para a parte ocidental de Lisboa. Em abono da irradiação do centro em direcção à Cotovia, Campolide, Vale de Alcântara e Pedrouços, o sítio das Necessidades é o local escolhido para a implantação da casa dos oratorianos, cujas fundações são lançadas, com o apoio de D. João V, em 1742.

Fora do limite urbano, Belém transforma-se em estância de veraneio e recreio da Corte. 🐉 Observada em vista rasante a partir do estuário do Tejo, a cidade agiganta-se. Com uma fachada fluvial com cerca de 5000 metros de comprimento – aonde não cabem os sítios da Ajuda e Belém, confluentes mas colocados na sua zona limitrofe – e com um casario luminoso, enquistado nas colinas sobranceiras ao rio, entre vistosas torres sineiras e cúpulas de igrejas, Lisboa aparenta, ao olhar dos forasteiros, uma grandeza que, de facto, não possui. Para interior, a área ocupada pelo espaço urbano é bastante inferior. No dia-a-dia, os sítios comerciais mais frequentados concentram-se na Baixa. O corredor de negócios, na orla fluvial, distende-se do edifício da Alfândega aos armazéns e lojas do largo de S. Paulo e a Santos. 🐉 Estes traços da morfologia urbana nem sempre eram facilmente percebidos pelos estrangeiros de passagem que, em contacto com as freguesias densamente povoadas do núcleo central da Baixa, conjecturavam ser Lisboa maior e mais populosa do que realmente era. O francês Aman Jacques, que a visitou pouco antes do terramoto de 1755, chegou a equiparar, com manifesto exagero, Lisboa a Paris. E nos inícios do século, o espanhol Alvarez de Colmenar



*Drawn by G. Lempriere, Engraved & Painted by M. Paton.*

- A. The Convent of St. Lorenço's Quay
- B. The Church and Convent of St. Jerom, under which Store
- (was formerly kept for the Use of the British Navy)
- C. Formerly the Office & Dwelling-house of M<sup>r</sup>. D'Almeida's Agent Vice-Admiral

*To His ROYAL Highness*

*This View of BELÉM by*

*Is Humbly Inscribed by*

*London Published according to the true Copy of the Original by*



Engraved by J. P. Bourdoin

**GEORGE** Prince of Wales,  
*LISBON* as before the late Earthquake  
*His Royal Highness's* - Most Gracious, most Devotedly most Obedient, Humble &c.  
(at St. James's) Bookbinder to H. R. H. the Prince of Wales.

*The Castle of Belem's Palace, were lived the late  
 Queen Dowager of England, the King Charles 3<sup>d</sup> of Spain  
 & the Marine Lawyer's Country House, where Earl lives quarter.*

W. Hawkins.



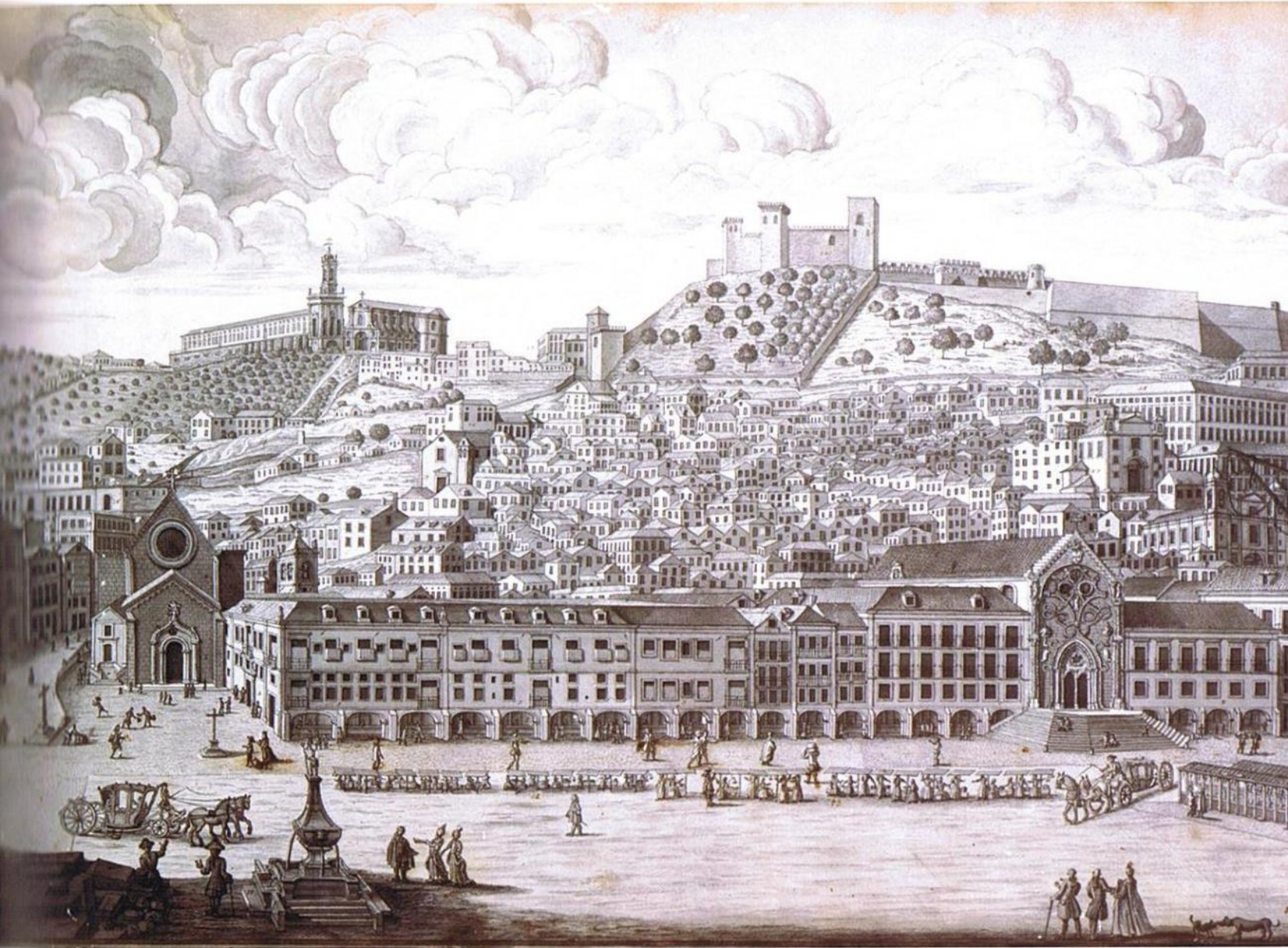
não hesitava em atribuir-lhe 30 mil casas. A consulta, datada de 14 de Maio de 1729, da Câmara para o rei, elaborada com o objectivo de cálculo de receitas fiscais para a construção do Aqueduto das Águas Livres, menciona, ao todo, 50 mil vizinhos para a capital. Sensivelmente na mesma altura, o autor anónimo da *Description de la ville de Lisbonne* atribui-lhe cerca de 20 mil casas e 35 mil famílias. Tem-se admitido, com base em informes desta e de outra natureza, que um quarto de milhão de pessoas residia e estava em Lisboa nas vésperas do terramoto de 1755. Este número alto, embora compaginável com a visão do senso comum da época, tinha forçosamente de incluir os habitantes das freguesias limitrofes do termo, os residentes e forasteiros estrangeiros e alguns largos milhares de escravos e mouros. Na mesma época, estimativas mais realistas apontavam para uma população urbana da ordem dos 200 mil habitantes. 🧑 Nos alvores de Setecentos, a cidade reparte-se por 38 freguesias, uma das quais, a das Chagas de Cristo, dedicada aos marítimos e navegantes da Carreira da Índia, sem distrito territorial próprio. Grandes manchas de população marcam a paisagem urbana. As minúsculas freguesias da Baixa regurgitam de gente. Destas, São Julião, Santa Justa, São Nicolau,

Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria Madalena e Santa Maria, de casario mais antigo



disposto em ruas sinuosas, entaladas entre os limites da Cerca Nova e o alto de Santa Catarina, concentram perto de 600 habitantes por hectare. A relação inversa entre o número de homens e o território é característica das zonas em expansão, delimitadas pelas grandes freguesias de Santa Isabel, Santos, Anjos, São Sebastião da Pedreira, São José, todas elas muito populosas. Na periferia, as paróquias que mais atraem novos moradores são: Nossa Senhora da Ajuda, Santa Maria de Belém, Santos e Reis Magos do Campo Grande. 🧑 Intramuros, às 38 igrejas paroquiais juntam-se 79 conventos. Na *Visita ad Sacra Limina*, remetida para Roma, em 1726, mencionavam-se para Lisboa e seu termo 72 conventos masculinos e 18 mosteiros femininos. No mesmo documento, o cabido diocesano contabilizava 1660 clérigos de ordens sacras. Dispersas no território da cidade contavam-se perto de 80 ermidas, um número razoável de hospícios e recolhimentos e, anexas a locais de culto, cerca de 400 confrarias e irmandades, as quais, disputando um espaço algo saturado em termos culturais, ofereciam serviços assistenciais, caritativos e funerários. Resumindo, Lisboa, antes do terramoto de 1755, dispunha de um equipamento religioso gigantesco. 🧑 No quotidiano, a presença de estrangeiros era igualmente marcante. As comunidades de outros países que comerciavam em larga escala a partir da capital portuguesa eram muito numerosas. Neste grupo heterogéneo e desigual em termos quantitativos contam-se: ingleses, irlandeses, alemães, holandeses, espanhóis, sobretudo galegos, suecos, franceses e suíços. Segundo uma testemunha alemã – conforme relata um folheto impresso em





O ROSSIO ANTES DO TERRAMOTO  
Zuzarte (1787)  
Col. Família Celestino da Costa

Dantzig, em 1756 –, no dia em que ocorreu o terramoto estavam fundeados no estuário do Tejo 47 navios ingleses e 50 de outras nacionalidades. Na zona ribeirinha, junto ao Arsenal, existia um enorme armazém onde os negociantes europeus guardavam as suas mercadorias, concertavam preços e cotações. 🐘 Os mercadores ingleses, organizados em Feitoria, precursora das modernas Câmaras de Comércio, detinham entre 150 a 200 grandes firmas e estabelecimentos comerciais. A “Feitoria Britânica”, regida por leis próprias, com hospital e colégios privativos, locais de culto reconhecidos e com direito a um cemitério para aqueles que quisessem ficar para sempre

**LISBOA E O TEJO**  
Panorâmica de Santa Clara até à Esperança.  
George Balthazar Probst  
M.C.

**LISBOA ANTES E DEPOIS DO TERRAMOTO DE 1755**  
Representação bipartida inspirada pela perspectiva  
Quinhentista de Braunio. Matthaus Seuter  
M.C.

em Lisboa, cobrava um pequeno imposto sobre as importações dos negociantes ingleses. Esta fonte de receita, gerida por um administrador, destinava-se à constituição de um fundo de reserva para acudir a patriotas pobres ou caídos em pobreza. Na comunidade havia grandes fortunas, negociantes de médio trato, profissões mecânicas e profissões liberais. Ao todo seriam perto de 900 indivíduos empreendedores e activos que, com as suas famílias, formavam uma importante e numerosa comunidade de residentes britânicos em Lisboa. Presidia à Feitoria o cônsul-geral, que não só a representava junto das autoridades portuguesas como era, por assim dizer, o garante do



LISABONA magnificētissima Regia Sedes Portugalliae et florentissimum Emporium  
ad ostia Tagi situm aeri incijam per MATTH. SEUTTER. S. Ces. Maj. Geogr. Aug. Vindel.

LISABON die prächtige Königl. Residenz - Stadt in Portugall u. florissantste Handels Plaz  
an dusselst des Taq. in Kupfer gestochē u. Portret durch M. SEUTTER. S. Kais. Maj. Geogr. in Augsp.



Altera...  
Abbas...  
Certe...  
Sed...  
Tunc...  
Quia...  
Ergo...  
Igitur...  
Nam...  
Propterea...  
Quare...  
Unde...  
Atque...  
Quia...  
Ergo...  
Igitur...  
Nam...  
Propterea...  
Quare...  
Unde...  
Atque...  
Quia...  
Ergo...  
Igitur...  
Nam...  
Propterea...  
Quare...  
Unde...  
Atque...

A. Castellum Regium  
B. Basilica Regia  
C. Theatrum Regium  
D. Palatium Regium  
E. Turris ad Norem

RUINAE EVERSAE OLYSSIPONIS. RUINEN DER STADT LISABONA

A. Das Königl. Schloss  
B. Die Königl. Basilica  
C. Das Königl. Theater  
D. Das Königl. Palatium  
E. Die Turm ad Norem










**UMA CIDADE EM EXPANSÃO**

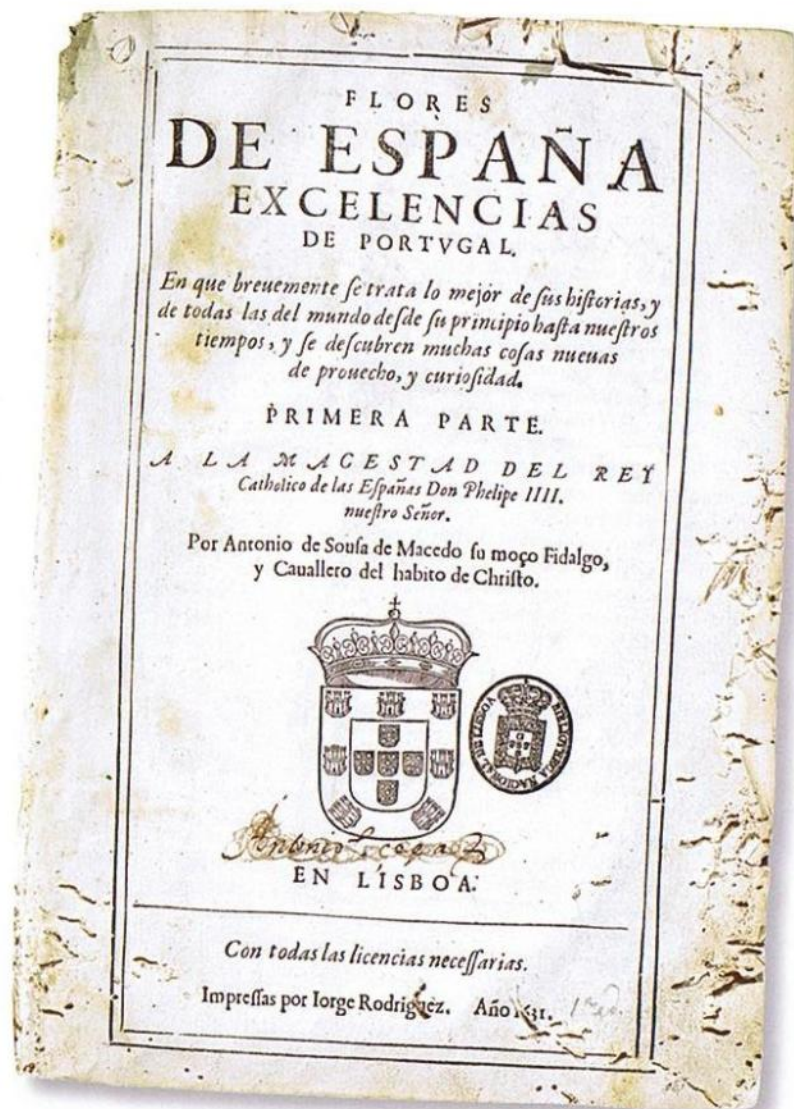
Extracto de panorâmica de Lisboa  
relativo a zona das Amoreiras  
Academia Nacional de Belas-Artes (ANBA)

cumprimento de todos os direitos e privilégios concedidos à classe mercantil britânica.  Na cidade, os ingleses preferiam as bandas de Buenos Aires. Ocupavam a zona actualmente designada por bairro da Lapa. Habitavam aí moradias e bons hotéis, um tanto afastados da Baixa. Os seus estabelecimentos, escritórios e armazéns localizavam-se no bairro comercial da cidade, na zona ribeirinha entre Santos e o actual Cais do Sodré, nas ruas de S. Paulo, da Boa Vista, das Flores, dos Remolares e do Alecrim. No ano de 1755, Abraham Castres desempenhava o cargo de embaixador de Sua Majestade Britânica, sendo então representante consular Edward Hay. Depois dos ingleses, um forte contingente de mercadores germânicos de Hamburgo e de outras cidades que operavam com os portos do Báltico e de holandeses que negociavam com Amesterdão davam um certo ar do Norte ao cosmopolitismo de Lisboa. Entre os nacionais, a procura de mão-de-obra livre, com a consequente subida de preços e salários, funcionava como chamariz para a gente da província que demandava a capital, ou para se fixar ou de passagem para o Brasil.  Em vésperas do terramoto de 1755, nas ruas adjacentes ao Terreiro do Paço não havia lugar para mais residentes nem lojas, cujas

rendas, muito elevadas, eram cobradas pelo Senado da Câmara. Em 1754 as rendas dos melhores estabelecimentos comerciais tinham subido de 20 mil ou 30 mil réis para os 60 mil ou 100 mil réis. A cidade próspera e em franco crescimento agradava a muitos estrangeiros que nela residiam ou a visitavam. O clima ameno, a luminosidade alva e ofuscante que banhava a urbe e os excessos de toda a ordem – do luxo asiático da Corte à exuberância da piedade popular – motivavam observações e leituras contrastantes. Diante de um conjunto tão dispar de apreciações dois traços devem ser assinalados. Por um lado, a cidade e a Corte não deixavam indiferentes os forasteiros, por outro, quase todos os viajantes que demandavam Lisboa durante a primeira metade de Setecentos reconheciam a riqueza e o cosmopolitismo da capital portuguesa.  Depois do terramoto de 1755 as mais exuberantes imagens da cidade de Lisboa dão-se a ler e a ver em descrições e gravuras alemãs. Com o propósito de iludir a destruição que se abatera sobre a urbe, os autores germânicos reconstroem-na e devolvem-na ao passado, criando um plano de identificação ficcional que dialoga com a História. A imagem grandiosa, sublime e opulenta que dela fazem dificilmente coincide com uma percepção enraizada na experiência quotidiana. Dir-se-ia que, depois do terramoto, a centralidade imaginária de Lisboa é transposta para o mapa mítico da Europa. Nessa carta, aparentemente sem tempo, a deusa Europa tem a sua cabeça orientada para Espanha e a coroa sobre o reino de Portugal. A fatalidade geográfica convertera, depois do ano de 1755, sua força em fraqueza.


Atingida brutalmente na cabeça, toda a Europa estremece. Esta representação que se vulgariza na literatura europeia sobre o desastre, sobretudo em folhetos publicados na Alemanha, tem uma matriz conhecida. Enquanto construção retórica, a soberba criação mítica da coroa de Espanha e cabeça da Europa, de raiz renascentista e aura camoniana, ecoa em *Flores de España, Excelências de Portugal*, de António de Sousa Macedo, obra impressa em 1631 e reimpressa em 1737, e na *Europa Portuguesa* (1678), de Manuel de Faria e Sousa. Portanto, os autores que, a par de Camões, continuavam a ser lidos e glosados em meados da centúria seguinte em diversos idiomas, incluindo o português. A mítica geografia do espírito que coroara a capital do vasto império do além-mar português, retocada segundo o cânon das Belas Letras Seiscentistas – ressurge, assim, com toda a sua força, em textos escritos depois do terramoto de 1755. Topamo-la em evocações impressas, copiadas e transcritas por mãos anónimas, como acontece com o invulgar e precioso manuscrito, recentemente descoberto, *Portugal Aflito e Conturbado pelo Terramoto do ano de 1755*, depositado no Arquivo Histórico Municipal da Câmara de Lisboa e que se conservou inédito até aos nossos dias.

**PORTUGAL COROA DA EUROPA**  
Frontispício da 1ª edição  
da obra de António de Sousa Macedo,  
*Flores de España, Excelências de Portugal*  
Biblioteca Nacional, Lisboa (BNL)



# A MEMÓRIA DO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 1755

No dia 1 de Novembro de 1755, Dia de Todos-os-Santos, as ruas da cidade de Lisboa registavam o habitual corrúpio dos dias de festa litúrgica. As igrejas estavam repletas de fiéis. Por volta das nove horas e quarenta minutos, ouviu-se, por toda a parte, um “rugido medonho”, vindo do interior da terra. O ruído, “semelhante ao de muitos coches correndo” – alerta auditivo que se repete em inúmeras narrações da época –, não alarmou, no dizer do padre Teodoro de Almeida, as

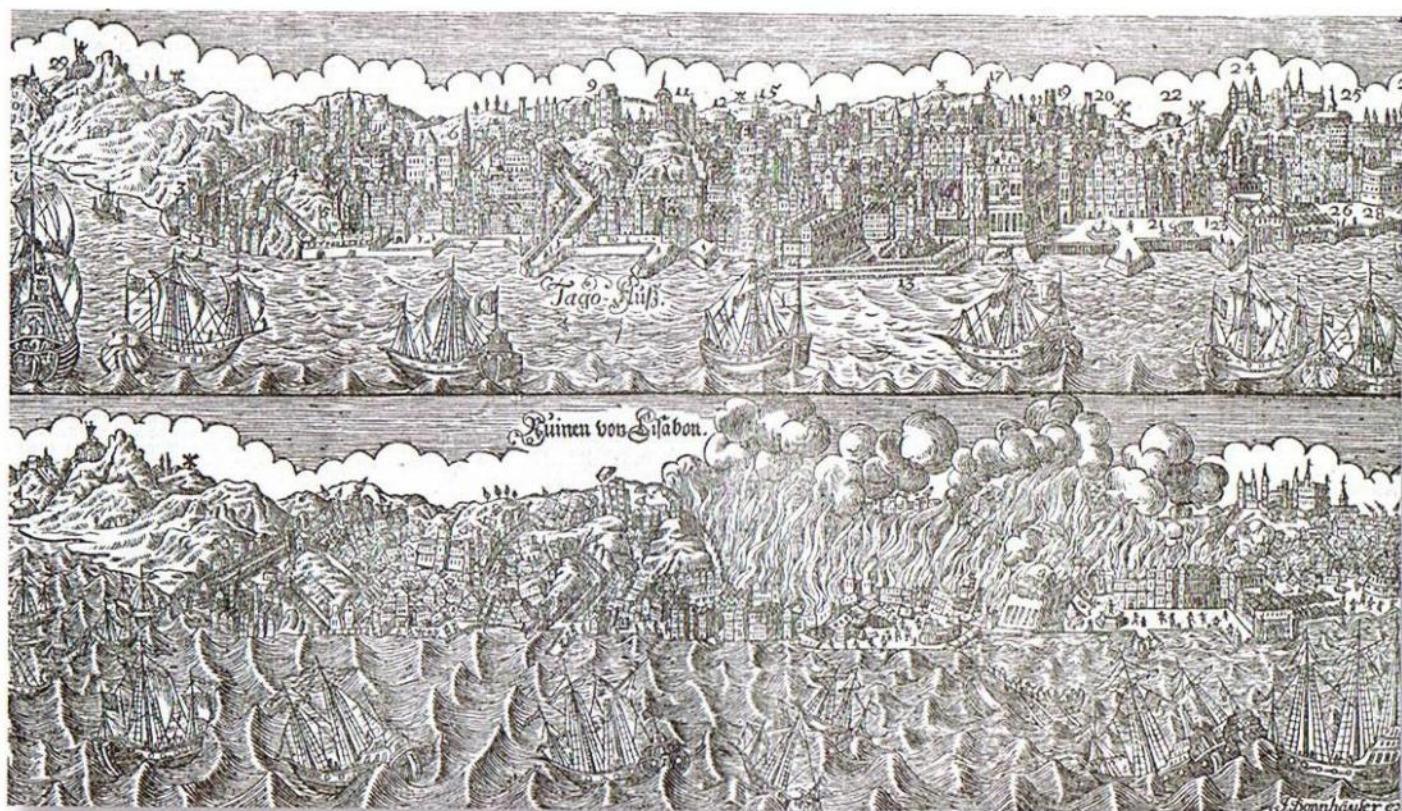
peçoas “que estavam na igreja de N. Senhora das Necessidades, que logo imaginaram a chegada de Sua Majestade”.  A ilusão depressa deu lugar ao pesadelo. Num ápice, um violento abalo sísmico destruiu Lisboa e semeou o pânico entre os seus habitantes. As paredes dos edifícios começaram a dar de si, a estalar, a abrir fendas, “ao segundo minuto”, muitas caíram, abatendo-se sobre as peçoas que, alucinadamente, tentavam escapar e alcançar as ruas. O terramoto foi acompanhado por duas medonhas réplicas. O primeiro abalo foi intenso e arrastado. Bento Morganti diz que se fez sentir durante seis a oito minutos. Outros autores, igualmente sem grande precisão,





**A DESTRUIÇÃO DE LISBOA**  
Representação germânica  
do terramoto de 1755  
M. C.





#### A RUÍNA DA CAPITAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Gravura germânica bipartida representando Lisboa antes e durante o terremoto de 1755

M. C.

reduzem um pouco a duração subjectiva do impacto. “Segundo as mais reguladas opiniões”, a terra tremeu “de seis para sete minutos fazendo neste espaço de tempo dois breves intervalos de remissão”, observa Joaquim Moreira de Mendonça na *História Universal dos Terramotos* (1758). Pouco depois, um segundo sismo de forte inten-

sidade e menor duração arrasa totalmente as frágeis edificações danificadas que ainda permaneciam de pé. O eco ensurdecidor do rumor da terra volta a ouvir-se ao princípio da tarde. O dia parecia não chegar ao fim. Os mortos acumulavam-se nas ruas ou achavam-se encobertos pelas ruínas dos edifícios, os mutilados arrastavam-se, os fugitivos vagueavam loucos em busca de abrigo e segurança. Muitas casas, no centro da cidade, que tinham resistido aos sucessivos impactos, caíram depois do terceiro sismo, “com um ruído

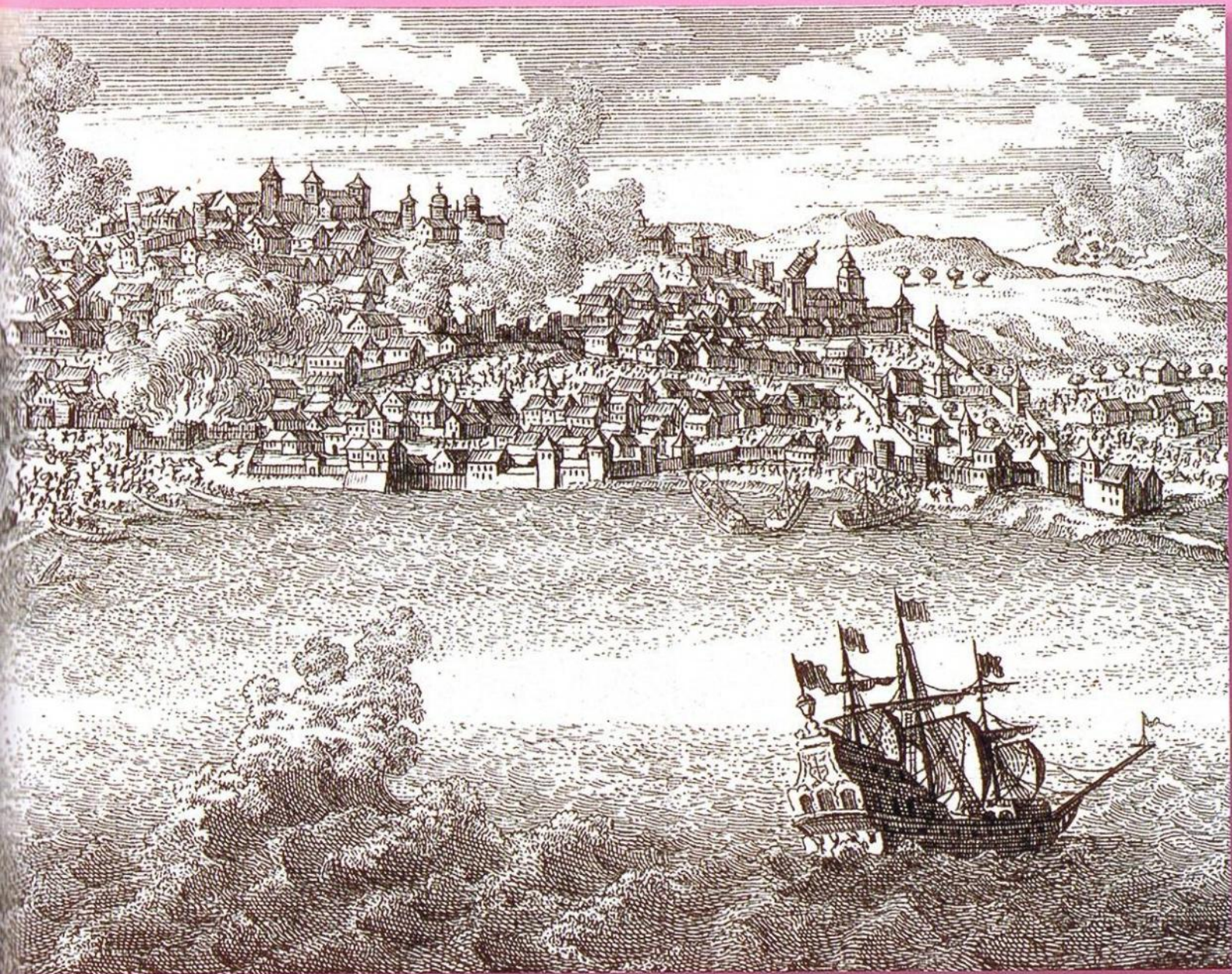
espantoso". 🧑 Os relatos da época apresentam ligeiras diferenças a respeito das horas em que ocorreram os três sismos e da orientação dos movimentos telúricos. Segundo alguns observadores, a terra engolia verticalmente as coisas e as pessoas e, nesse impulso, produzia um balanceamento muito semelhante ao de uma embarcação em estado de naufrágio. Moreira de Mendonça e outros autores, fundados no parecer de "pessoas verídicas", sustentam aquela opinião. O físico Teodoro de Almeida hesita, mas acaba por reconhecer que "o movimento foi com balanço diferente em diversos sítios de Lisboa e de seus contornos. Em muitas partes foi o balanço de Norte a Sul, e noutras de Poente para Nascente". O mesmo oratoriano apresenta exemplos concretos de edifícios derrubados, deslocamentos de paredes e até o caso de rotação sobre si mesmas das estátuas que ornavam o jardim da casa de campo do marquês de Ponte de Lima. 🧑 Após "os impulsos da terra se retirou o mar, deixando nas suas margens ver o fundo às águas nunca de antes visto" – escreve Joaquim Moreira de Mendonça, que acrescenta: "E encapelando-se estas em altíssimos montes, se arrojaram pouco depois sobre todas as povoações marítimas com tanto ímpeto que parecia quererem submergi-las estendendo os seus limites. Três erupções maiores, além de outras menores, fez o mar contra a terra, destruindo muitos edifícios e levando muitas pessoas envoltas nas suas águas." Devido ao tsunami, descrito em termos quase diluvianos, o estuário do Tejo depressa se converteu num "mato confuso de mastros entrelaçados". A progressão esmagadora da frente mari-

tima acompanhou as duas réplicas do grande terramoto. Neste ponto, o padre Teodoro de Almeida é peremptório: "meia hora ou pouco mais de cada um dos tremores sucedeu a intumescência do mar". 🧑 Em terra, os gemidos dos agonizantes, os alaridos dos que imploravam misericórdia divina, os tremores contínuos e a escuridão aumentavam o horror, o medo e a tribulação dos sobreviventes em fuga para o campo ou em aflição, aguardando embarque junto ao cais da Pedra, totalmente danificado. Ao cair da noite, uma grande coluna de fumo, resultante dos incêndios que deflagraram no palácio do marquês do Louriçal, na igreja de S. Domingos, no recolhimento do Castelo e noutros locais próximos do Paço Real e da Alfândega, erguia-se no centro da cidade, alumando os acampamentos próximos da zona central. Ai o fogo progrediu violentamente e, durante cinco dias consecutivos, reduziu a cinzas escombros e cadáveres. A área ardida apresentava sensivelmente 1500 metros de frente e cerca de mil metros de profundidade. 🧑 Uma semana depois, a terra continuava a tremer, o movimento das marés ainda estava alterado, mas os incêndios que lavraram em vários pontos da cidade já tinham sido





VISTA PARCIAL DE LISBOA  
DURANTE O TERRAMOTO DE 1755  
M. C.




extintos. Seis meses depois, Kant, referindo-se ao terramoto de Lisboa, escrevia: "o fogo dos jazigos subterrâneos ainda não se acalmou". Na mesma altura, o padre Pereira de Figueiredo assegurava que, depois do 1.º de Novembro de 1755, tinham sido sentidos, em Lisboa, duzentos e cinquenta pequenos tremores de terra. 🐛 Os bairros

**A DERROCADA DA LISBOA  
E OS INCÊNDIOS QUE PRINCÍPIAM  
EM 1 DE NOVEMBRO DE 1755**  
Gravura alemã  
M C

mais povoados foram os que maiores danos sofreram. Todo o centro da cidade foi violentamente sacudido e destruído. Segundo Moreira de Mendonça, o terramoto deixou inabitáveis mais de dois terços da cidade. Dezasseis igrejas paroquiais desabaram e arderam, dezanove foram seriamente atingidas e só cinco permaneceram de pé, sem perigo de desabamento. Dos conventos da cidade apenas onze continuavam habitáveis. Os seis maiores hospitais da cidade ruíram. Tiveram a mesma sorte as cadeias, o Tribunal da Inquisição, os tribu-



nais rêsios, todos os edifícios pùblicos reservados à administração central, os armazéns da Casa da Índia e da Alfândega, entre outras grandes construções. Trinta e três palácios da nobreza deixaram de existir e o sumptuoso complexo arquitectónico formado pelo Palácio Real, a Ópera e a Igreja Patriarcal ficou totalmente em ruínas. Os tesouros da Casa Real, as colecções de pintura, as tapeçarias, o mobiliário, as preciosidades da livraria – com milhares de livros, manuscritos, mapas e estampas – e toda a casta de objectos raros e valiosos que ornamentavam os salões do Paço desapareceram de um dia para o outro.  Várias gravuras, ideadas com base em descrições circunstanciadas e relatos fantasiosos, procuram transmitir o desconcerto das gentes, o aspecto físico dos edifícios e as transformações registadas na paisagem. A maior parte das ilustrações que circularam na Europa, concebidas por artistas que nunca estiveram em Lisboa, fornecem uma impressionante ideia das ondas de choque e de pânico causadas pelo terramoto. Na generalidade dos casos, as ruínas denunciam contextos arquitectónicos manifestamente estranhos à malha urbana da capital portuguesa no século XVIII. E mesmo quando as imagens se reportam a um trecho urbano identificável ou repetem o mesmo

ângulo de observação, mostrando construções idênticas, ruas e praças com um traçado comum, nem por isso deixam de ser representações imaginárias. As ilustrações de origem germânica distinguem-se das demais pela traça dos edifícios – de aparência distinta da dos portugueses –, pelo carácter compacto dos trechos urbanos retratados e, quase sempre, pela fidelidade à perspectiva de Lisboa captada por Braunio no século XVI. Para além disso, os efeitos do terramoto descobrem-se no traço simples e caricatural de desenhos que surpreendem, de maneira diversa, a violência dos três elementos, água, terra e fogo, a tribulação dos sobreviventes, a terra fumegante, o caos e a desordem da paisagem urbana. A insistência posta na figuração sombria e atormentada dos sobreviventes que ousam fugir em batéis frágeis, deixando para trás uma cidade desalinhada, arrasada e envolta em labaredas é característica das representações fixadas a partir da margem sul de Lisboa. Mas no comércio de imagens da catástrofe cruzam-se vários olhares e perspectivas. A par de representações



furtivas e grotescas há também quem pretenda desenhar rigorosamente o estado em que ficaram os melhores edifícios da cidade. As seis vistas das ruínas de Lisboa, de Jacques Philippe Le Bras, gravador da corte de França, foram elaboradas com minúcia e de acordo com desenhos feitos no local remetidos para Paris. 📌 A amplitude dos destroços parecia apontar para um desolador cenário de perdas materiais e de vidas humanas. Nos dois casos, assiste-se aos mais desconcertados cálculos. À partida, a incidência dos desfalques revela-se profundamente desigual. A gente vulgar que habitava a zona

mais atingida pelo sismo perdeu tudo o que tinha. Conforme reconhece o autor do *Portugal Aflito e Conturbado*, “mui poucas pessoas acharam todos os móveis e dinheiro que nas habitações tinham deixado.” Entre os homens de fortuna, a maioria recompôs os negócios e prosperou rapidamente. Em relação aos ingleses, contrariando os receios iniciais do embaixador Abraham Castres, o cônsul da Feitoria,

#### AS VÍTIMAS DO TERRAMOTO DE 1755

Gravura da Boémia, século XIX, com a legenda: “Em dez minutos, 40 000 pessoas foram enterradas e morreram no terramoto”  
NISEE, Universidade da Califórnia, Berkeley





assegurava, dois meses depois do desastre: "As perdas do nosso comércio foram muito grandes, mas estou muito longe de pensar na ruína total" [Boxer, 1956, p. 15]. Globalmente, alguns observadores bem colocados avaliam em 30 milhões de libras esterlinas e em 150 milhões de cruzados portugueses os prejuízos causados pelo terramoto de Lisboa. Segundo o autor da *Profecia Política*, as perdas ascenderiam a 48 milhões de patacas. A perda da Bolsa de Hamburgo foi na ordem dos 4 mil contos de réis. No meio de tão vultuosos prejuízos, os dois milhões de cruzados armazenados na Casa da Moeda, que escaparam ao saque e ao incêndio, eram vistos como um precioso tesouro. Em Londres, corria o boato de que só um judeu português aí residente tinha perdido 100 milhões de libras. Por causa de alarmes como este, a Bolsa de Londres suspendeu, por um dia, todas as suas operações e os negociantes londrinos que transaccionavam em Lisboa pediram que o Almirantado britânico adiasse a partida da frota mercante, prestes a largar em direcção à capital portuguesa. 🦋 O número de vítimas do cataclismo e dos incêndios que se lhe seguiram jamais se saberá com rigor. Os primeiros cálculos, a olho nu, apontam para 50 mil a 80 mil vítimas. Um negociante inglês, que não arrisca previsões de conjunto, falando com isenção e seriedade, circunscreve assim o problema: "Tive informação fidedigna que no Convento da Trindade morreram mais de 1500 pessoas. Os que estavam em todas as igrejas e capelas sofreram na mesma proporção" [Nozes, 1990, p. 183]. Um mês depois do cataclismo o nuncio apostólico refere, em missiva para Roma, a

existência de uma avaliação oficial de 40 mil mortos. Menos exorbitantes são, porém, as estimativas fornecidas pelos padres António Pereira de Figueiredo, Manuel Portal, Fr. António do Sacramento, Miguel Tibério Pedegache e Joaquim José Moreira de Mendonça, homens próximos do ministro de D. José I. Segundo estes autores, terão perecido, em consequência do grande terramoto, 15 a 20 mil pessoas. Estes valores, de fiabilidade duvidosa, subestimam as vítimas do tsunami, o avultado número de cadáveres insepultos reduzidos a cinzas pelos incêndios e muitos corpos que ficaram soterrados e desapareceram sem deixar rasto. Por outro lado, a maior parte das contagens conhecidas não contabiliza o número elevado de óbitos sobrevividos posteriormente, em consequência de traumas irreversíveis sofridos durante a catástrofe. Neste quadro, afigura-se realista e talvez mais plausível a indicação de 40 mil mortos transmitida pelo nuncio apostólico. Em qualquer dos casos, ressalta o carácter súbito, maciço e devastador de um acidente que, instantaneamente, produz dez a doze vezes mais óbitos do que um ano de mortalidade estabilizada ou normal. Foram, no entanto, desiguais as perdas sofridas por nacionais e estrangeiros

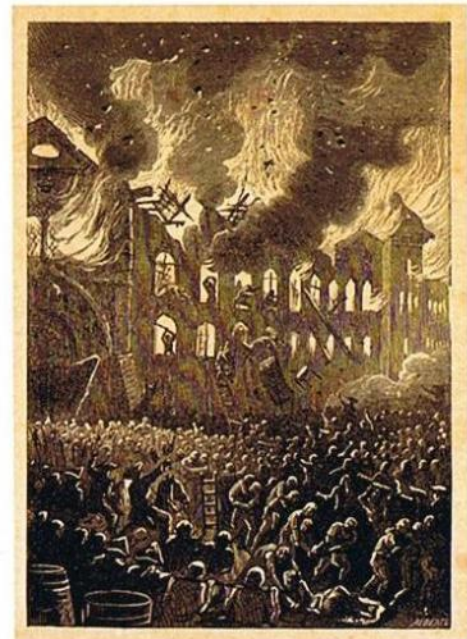


O TSUNAMI  
Gravura holandesa  
Vinkles e F. Bohn  
M. C.


no dia do grande terramoto. O cônsul Edward Hay regista apenas 77 vítimas no seio da comunidade britânica. Entre os comerciantes hamburgueses morreram oito a dez pessoas, com destaque para o filho de Thor Laden, fundador de uma antiga casa comercial. Do corpo diplomático, apenas o embaixador de Espanha faleceu, sendo logo substituído pelo conde de Aranda. A melhor nobreza do reino foi largamente poupada, com pouco mais de meia dúzia de falecimentos. 🐘 Em termos gerais, a avalanche de mortos converteu o território da cidade num cemitério a céu aberto. A visão de Lisboa como “um vasto túmulo” alimentou a imaginação de muitos escritores contemporâneos. Wieland menciona o “bravio tumulto” dos mortos sob os escombros de Lisboa. Voltaire fala de “morada de horror” e o poeta alemão Zimmermann de “sombrio sepulcro”. Entre outros registos do género, o anónimo autor inglês que escreve *A Poem, on the late Earthquake at Lisbon. To which is added, Thoughts in a Churchyard* (1755) associa as sugestões poéticas de Harvey e Gray à idealização lúgubre do espaço dos mortos na cidade. 🐘 Os sobreviventes do cataclismo, entregues a si próprios, deixando para trás bens, familiares e amigos, lastimam, mais tarde, a sua sorte. Um ciclo de vida suspenso pela experiência dramática e terrivelmente próxima do terramoto de 1755 encontra-se, de forma explícita, no discurso de grande número de testadores posteriormente falecidos. Em 1760, uma mulher viúva diz que perdeu todos os seus bens e familiares nesse tempo. Um lojista recorda as circunstâncias em que viveu a tragédia e lamenta a destruição da sua loja de madeira ao



pé da igreja de Santa Justa. E um artífice, privado de casa, viúvo e sem família, alega que ficou na miséria depois do desastre. Em situações igualmente dramáticas, a memória de um acontecimento tão excepcional sobrepunha-se facilmente a outras fatalidades anteriores, como a terrível epidemia de febre-amarela que, entre Maio e Novembro de 1723, matou em Lisboa, de uma assentada, cerca de 6000 pessoas. Independentemente destas ocorrências trágicas e vulgares, características do Antigo Regime demográfico, um terramoto como o que ocorrera em 1 de Novembro de 1755 jamais se poderia esquecer. Quatro anos depois do desastre, a evocação “da terra azougada e trémula” comanda a escrita miúda, emocionada e anónima do *Portugal Aflito e Conturbado*. O seu autor, “acometido por activa moléstia”, em Fevereiro de 1756, alega ter de circunscrever a sua narrativa aos anos decisivos de 1759 a 1761. Mas a memória trai a sua vontade e o pobre homem parece estar sempre a recordar o mesmo acontecimento: o terramoto de 1 de Novembro de 1755.

O INCÊNDIO DO HOSPITAL  
REAL DE TODOS-OS-SANTOS  
Litografia do século XIX.  
Maurício do Carmo Sendim  
M. C.

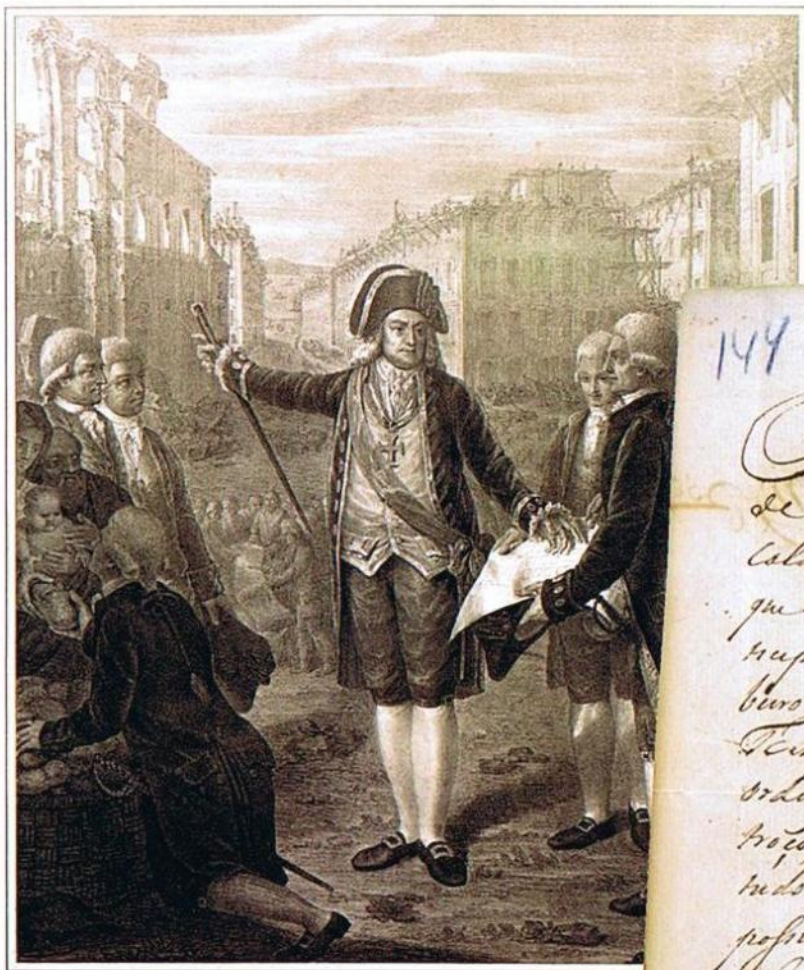


# UM "DESASTRE MODERNO": A GESTÃO POLÍTICA DA CRISE E A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA

A pronta resposta dada pelo Estado à situação de calamidade pública pode ser interpretada como um traço de modernidade de uma sociedade capaz de assumir riscos, de controlar os seus efeitos, de minimizar os prejuízos causados pela devastação natural, de multiplicar ocasiões de investimento em situação de aparente derrocada financeira, de mobilizar mão-de-obra nacional e estrangeira para as operações de rescaldo e obras de reconstrução, e de pôr a funcionar uma economia profundamente abalada. E tudo isto porque, no plano político, aconteceu o inverso do colapso. A desordem social que o desastre instaurou foi contrabalançada pela poderosa acção do governo que assumiu o controle da crise. Enfim, ao carácter disruptivo do desastre sobrepôs-se o poder disciplinador e regulador do centro político que restaurou a ordem pública e assegurou o retorno às rotinas do quotidiano.  O terramoto de Lisboa de 1755 foi assim o primeiro grande "desastre moderno" [R. Dynes, 1997] em que o Estado accionou mecanismos de emergência, planeou, com rigor, a reconstrução da cidade, fez um balanço positivo da obra realizada e impôs, contra as superstições e verdades do senso comum, uma leitura secularizada da catástrofe e das suas consequências. A normalização do "caos" operou-se graças à iniciativa do monarca D. José que protegeu paternalmente os seus súbditos e sancionou a estrutura de controle da crise que começou a funcionar sob a égide do futuro

marquês de Pombal.  A prolecta idade de Pedro da Mota e Silva e a fuga para o campo de Diogo de Mendonça Corte Real permitiram que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, se encarregasse, com tenacidade e pragmatismo, da protecção civil das populações – à escala local e nacional – e da protecção política do Reino e do Império, através de acções planeadas de combate aos efeitos sociais da catástrofe, aplicação da justiça e repressão de focos de instabilidade política. Com a confiança de D. José, e num braço-de-ferro permanente com alguns representantes da nobreza titular ao serviço do rei, Sebastião José de Carvalho e Melo conquista, em pouco mais de três anos, uma posição de evidente hegemonia governativa, à frente da Secretaria dos Negócios do Reino. Ao poder paternal de S. Majestade corresponde, então, o governo pessoal de Sebastião José de Carvalho e Melo, que coloca à testa dos mais poderosos organismos do Estado familiares directos e fiéis conselheiros.  Logo após o terramoto de 1755, o Estado chama a si a iniciativa e a responsabilidade exclusiva de restaurar a normalidade e de planificar, a prazo, reformas de fundo. Vinte e quatro horas depois da catástrofe, constitui-se uma estrutura informal de comando de operações. Integram esta estrutura: D. Pedro de Bragança Mascarenhas, duque de Lafões, regedor das Justiças do Reino, com latas atribuições de âmbito civil e criminal;





SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E OS SEUS COLABORADORES,  
ANALISANDO OS PLANOS DE REEDIFICAÇÃO DE LISBOA, JUNTO ÀS RUÍNAS  
Litografia do século XIX.  
M. C.

CARTA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO  
PARA O MARQUÊS DE ALEGRETE SOBRE ALGUMAS  
PROVIDÊNCIAS A TOMAR QUANTO AO TERRAMOTO  
Data de 1 de Novembro de 1755  
Arquivo Histórico Municipal de Lisboa (AHML)

144

N.º 2 da máj. 366

Señor Marq. Exorand. do  
de V. Ex.<sup>a</sup> que haya sob corrido a geral  
calamidade, de v. Corte, comtudo o  
que loubera responder; me manda por  
trupar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Marquês Estri-  
buro chld, ou Marquês de Alegrete, e o  
Ternente General de Artilleria ten-  
ordem para concorrerem com artropre-  
trios, e materiais, e materias para  
tudo o que for necessario para o remedio  
provisoria das miseria, e infeluidade de que  
Lisboa se acha conterrada. Encargo  
em q.º saltepedalgum meyr, de gente,  
ou dinheiro, tambem tenho ordens para  
diuz a V. Ex.<sup>a</sup> q.º com etras das d.ºs tu  
de prompto. Por q.º a V. Ex.<sup>a</sup> face de Pr.  
Um dos de Novembro de 1755

Marquês de Alegrete. João de Deus de Jesus Christo

D. Diogo de Noronha, marquês de Marialva, general da Província da Estremadura e estribeiro-mor que controla e organiza as matérias de foro militar; e o marquês de Alegrete, monteiro-mor que se encarrega da execução das decisões relativas ao abastecimento e limpeza da cidade. À partida, a Câmara Municipal e o Exército são chamados a disponibilizar todos os meios materiais e humanos. Paralelamente, ao cardeal patriarca incumbe a tarefa de vigiar os enterros dos mortos, a locação das populações religiosas e a transferência provisória das sedes paroquiais destruídas. A operatividade das acções a desenrolar obedece a um enunciado breve de três prioridades – enunciado que se atribui e faz sentido na boca do futuro marquês de Pombal, o ministro que lança, dirige e controla a execução das tarefas de “enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos.” 🐉 As operações de saneamento, repartidas pelos 12 bairros judiciais da cidade, mobilizam vários ministros com poderes de intervenção rápida nas esferas de actuação mencionadas. Para prevenir contágios, foram adoptadas duas estratégias de remoção de cadáveres: a destruição e a sepultura. Em ambos os casos com dispensa de exéquias religiosas. Esta imposição do ministro que detinha plenos poderes no diálogo com outras estruturas e instituições foi aceite pelo cardeal patriarca. Para além dos corpos inevitavelmente incinerados pelos fogos ateados dias a fio, em vários pontos da cidade, batéis carregados de cadáveres fizeram das águas do estuário do Tejo o cemitério público que a cidade não possuía. Com o argumento de que “não se podiam retardar as sepulturas”, milhares de corpos, com pesos atados, foram lançados,

“algumas léguas fora da barra”, ao mar. É claro que o destino dado a este contingente anónimo e incalculável de vítimas prejudicou, seriamente, as contagens finais de mortos. Neste capítulo, as “providências” expedidas ao cardeal patriarca pelo futuro marquês de Pombal não respeitam o direito canónico e menos ainda a prática consignada nas Constituições Sinodais. Em relação aos enterramentos em valas comuns e a céu aberto, sabe-se que estiveram envolvidos nessa urgente missão de saneamento leigos e religiosos, Grandes do reino e gente comum, soldados e oficiais. As providências pombalinas prescreviam a abertura de fossas de grande profundidade, onde se lançassem os cadáveres, a exemplo do que se praticara, no passado, em tempos de peste. Para sublinhar a urgência desta superior obrigação foram expedidas ordens, impondo pena de prisão aos indivíduos que recusassem dar sepultura aos despojos fétidos que ainda se acumulavam nas zonas em ruínas mais inacessíveis. No decurso das operações de desentulho, levadas a cabo por “trabalhadores forçados” – como refere o abade Portal – passou-se a lançar breu e alcatrão sobre corpos em adiantado estado de corrupção encontrados entre os escombros [Sousa, 1928, p. 770]. 🐉 A fome e as epidemias foram evitadas,



graças às severas e enérgicas medidas tomadas. Os preços dos aprovisionamentos, salários e rendas foram fixados pelos valores que tinham antes do terramoto. Para prevenir açambarcamentos, os carregamentos de pescado, cereais e alimentos foram distribuídos e vendidos de forma controlada por oficiais do Senado da Câmara. O monarca mandou distribuir alimentos a pobres e desalojados. Construíram-se fornos e padarias e, com a ajuda de destacamentos militares, organizou-se a distribuição de bens vindos da província, isentos de tributos. Os navios que estavam no cais foram rigorosamente inspeccionados, em busca de objectos pilhados, e obrigados a descarregar madeiras, mantimentos e outras mercadorias necessárias. Os marinheiros portugueses foram proibidos de integrar frotas estrangeiras e obrigados a servir, com salários inferiores, em navios nacionais. 🐛 Após o terramoto, o problema do tratamento das vítimas tornara-se prioritário. Perante um número incalculável de feridos e doentes improvisaram-se, nas cercas dos conventos e de alguns palácios que permaneceram de pé, tendas de campanha para servir de hospitais e enfermarias. Para além disso, convocaram-se médicos, cirurgiões e boticários da província para assistir à população carenciada. A recuperação de bens

que ainda restavam nas habitações destruídas foi prejudicada pela acção de saqueadores, desertores incendiários e ladrões que, rapidamente, começaram a agir. As entradas de Lisboa foram policiadas por militares e a caça ao homem deu lugar à repressão sangrenta de reais e supostos criminosos. Sujeitos a justiça sumária, os malfeitores foram exemplarmente julgados e enforcados. Proliferaram, na cidade, as forcas – as mais referidas são as de S. Paulo, Buenos Aires, Cotovia e Ribeira. Os cadáveres mutilados de 34 sentenciados ficaram nos locais do suplício, dias a fio, à vista de todos. Em gravuras alusivas ao desastre facilmente se descobrem referências explícitas à cominação exemplar da pena de morte, espectáculo que, ao contrário do que era habitual, não parece concitar a curiosidade mórbida ou a fúria de vingança da população, dispersa e entregue a preocupações mais prosaicas ou a afazeres mais imediatos. 🐛 Os mendigos e fugitivos foram compulsivamente obrigados a trabalhar na remoção dos destroços. Andar ao desentulho tornou-se um modo de vida. Depois de abertas algumas clareiras de circulação na área da Baixa, quando ainda decorriam as principais operações de limpeza, o futuro marquês de Pombal ordena, a 29 de Novembro, a medição e tombo das praças, ruas, casas e edifícios públicos que haviam padecido ruína. Muitos trabalhadores e soldados são destacados para estas tarefas. Entre 11 e 22 de Dezembro, já se estudavam as diferenças de nível e delimitavam os terrenos a aterrar. A 30 de Dezembro, proíbe-se a construção perto das áreas mais atingidas pelo sismo, enquanto o inventário das perdas não estivesse concluído e os planos de reconstrução de cada bairro,






DESALOJADOS, DESAMPARADOS, ESTROPIADOS E CRIMINOSOS  
EXECUTADOS EM FORCAS COLOCADAS EM LOCAIS PÚBLICOS

Gravura alemã, 1755, de J. A. Steellingner  
M. C.

já encomendados, não fossem conhecidos. 📌 Paralelamente, para uma correcta avaliação do impacto do terramoto e dos estragos causados no resto do país, é lançado, em princípios de Janeiro de 1756, um importante questionário, com 13 perguntas, claras e incisivas, de grande alcance científico, estatístico e político. Destinavam-se a ser respondidas por todos os párcos e visavam circunscrever as alterações físicas da crosta terrestre e da orla marítima, as perdas demográficas, materiais, os socorros e as faltas observadas. Dadas as informações alarmantes que iam chegando à capital, a iniciativa justificava-se plenamente. De facto, perto de Lisboa, as localidades mais atingidas foram Setúbal, com mais de 2000 mortos e muitos edifícios arruinados, e Cascais, que registou um elevado número de destroços.

Na orla meridional do país, Lagos foi parcialmente arrasada e de Portimão a Faro os estragos contabilizados assustavam as autoridades locais. 📌 Em Lisboa, as populações que, em pânico, tinham demandado o campo foram coagidas a retornar à cidade ou ao seu perímetro. Provisoriamente instaladas em barracas, muitas famílias deslocaram-se definitivamente, deixando para trás as suas antigas freguesias. Os párcos destas ficaram na miséria e na maioria dos casos sem fregueses. Em seis meses construíram-se cerca de 9000 barracas. A moda de habitar em barracas generaliza-se em Belém, Alcântara,

Santa Isabel e outras zonas. À imagem da imponente Barraca Real – que durante vinte e dois anos foi residência da Corte –, alguns nobres e burgueses despendem elevadas quantias na montagem e instalação dessas residências de madeira, decorando-as de forma luxuosa. Em 30 de Dezembro, um decreto régio proíbe a construção de barracas de frontal ou parede. E, para travar a tendência de ocupação selvagem da Baixa, Sebastião José de Carvalho e Melo impõe, em Fevereiro de 1756, a demolição de casas e barracas no local.  O panorama habitacional em certos trechos urbanos era fortemente contrastante. A combinar com o novo estilo de morada, vulgarizam-se modelos de sapatos adequados, de cano mais alto, fivela pequena e pala curta, e capas à húngara. Estas modas – como escreve o autor da *Dissertação*

*Jocoséria sobre o Estado das Coisas Presentes* (1758) – são o *quantum satis terraemotum*. No sítio da Cotovia, na novíssima freguesia de Santa Isabel, concentram-se em 1756 cerca de 25 mil habitantes, parte dos quais alojados em barracas. Um dos locais escolhidos para a instalação dessas moradas provisórias, que se foram tornando definitivas, sobretudo para os pobres e assalariados, foi a quinta de D. Helena, que pertencia aos oratorianos. Aí as ocupações populares acabaram por transformar uma quinta fértil num campo de barracas de pano e tabique. Em 1756, a ordem de S. Filipe de Neri cobrava já

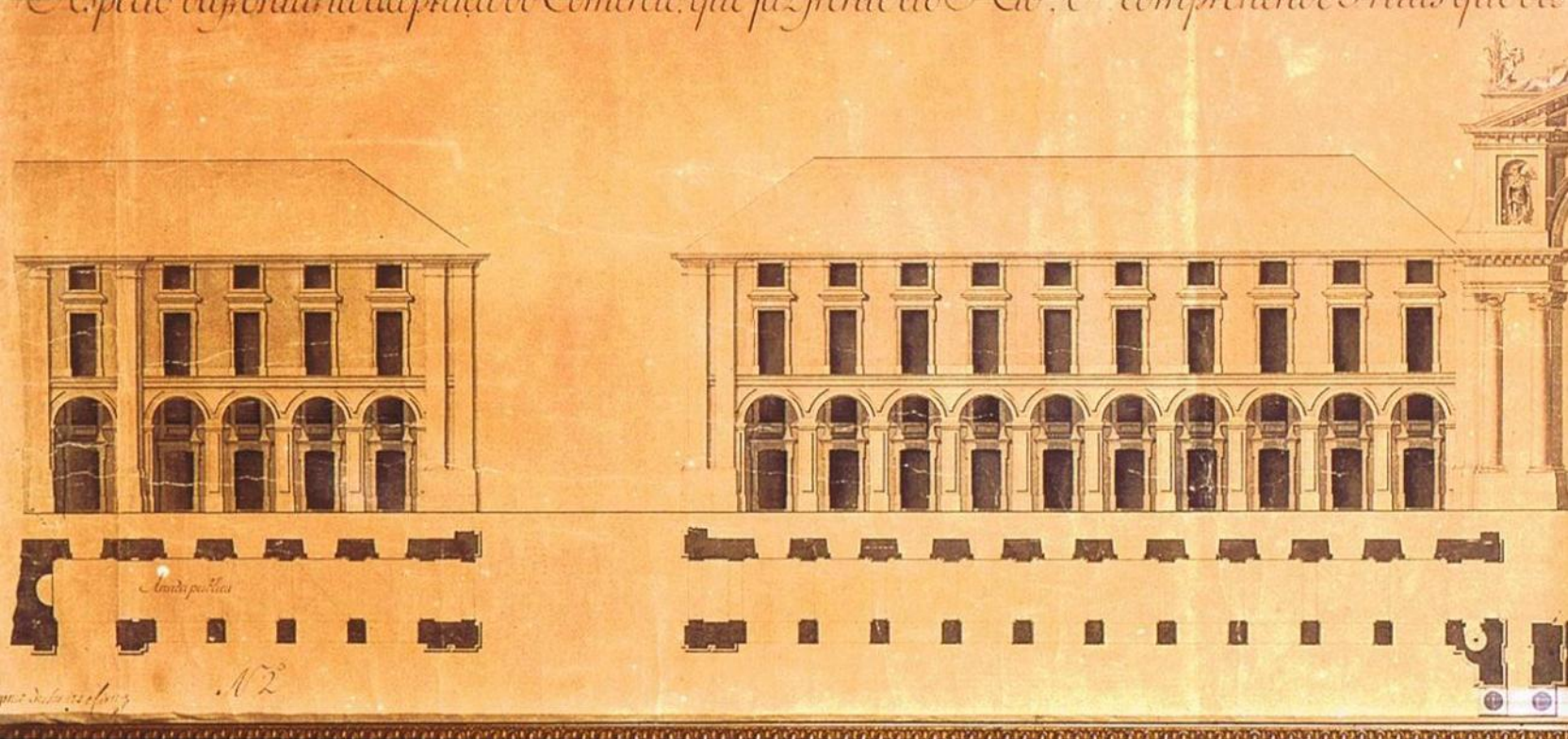
VISTA DO JARDIM DA REAL BARRACA

B. R. Bourclet  
M. C.



200 rendas naquele vasto recinto. A pouca distância, os condes de Aveiras, as marquesas de Niza e Tancos e o cardeal patriarca mandaram erguer requintadas barracas de madeira com amplos quartos cobertos com panos de arrás. Algumas possuíam mesmo capela ou oratório [Sequeira, 1934]. Muitas delas, importadas da Holanda, ostentavam dois andares. Em Outubro de 1760, ordena-se a demolição de barracas de frontal, construídas à revelia da lei, orçadas, no total, em 4000 cruzados [França, 1987]. Enquanto isso, na estrada do Rato para o Senhor da Boa Morte ficava a barraca palaciana do marquês do Lourical, avaliada pelo padre Portal em trinta ou quarenta mil cruzados. Perto desta ficava a do “Desembargo do Paço, feita em tabique, e pintada com grande asseio e perfeição”. A barraca da Mesa da Consciência – acrescenta o mesmo autor – “está fabricada com bela ideia, muito espaçosa e de muito melhor cómodo do que tinha antes, e entre todas as barracas que estão espalhadas pela dita estrada estão lojas onde se vende de tudo o que é preciso.” E conclui: “Parece haver depois do terramoto mais mercadores do que havia antes” [Sousa, 1928, p. 769]. 🐛 A par do florescimento do comércio a retalho também os grandes negócios, ligados aos contratos do tabaco, ao imobiliário, à construção, ao sector das madeiras e materiais de construção, prosperaram nos anos subsequentes ao desastre. A partir de 1756, o comércio da cidade de Lisboa passou a pagar uma taxa de 4% sobre os direitos de alfândega de qualquer mercadoria importada. O produto do imposto, administrado pela Junta do Comércio, incumbida também das obras públicas, destinava-se à reconstrução da cidade

e visava, especialmente, a edificação de uma Bolsa e a recuperação das infra-estruturas portuárias. Por imposição política, o donativo do Brasil para a reconstrução da capital do Império era igualmente elevado: 1200 contos de réis pagáveis em trinta anos, montante a que se adicionavam 14 contos de réis e uma soma considerável de pedras preciosas. A promessa do donativo colonial enfrentou dificuldades apreciáveis de cobrança e suscitou protestos nas capitâncias de S. Paulo, Baía e em outras cidades em que os negociantes pediram para não ser executados judicialmente devido aos prejuízos acumulados desde o terramoto. 🐛 O imposto dos 4% sobre as mercadorias importadas desagradou à Inglaterra que, todavia, foi a nação estrangeira que mais generosamente contribuiu, com apoio financeiro e ajuda humanitária, para suprir as necessidades imediatas dos portugueses. Por proposta de Jorge II, o Parlamento britânico aprovou o envio de uma soma de 100 000 libras, metade em dinheiro e outra parte em víveres, roupas, instrumentos e materiais de construção. Para além dos seis barcos carregados de mantimentos que vieram de Inglaterra, o presidente do Senado de Hamburgo expediu para Lisboa quatro navios transportando madeiras, panos para tendas, cobertura



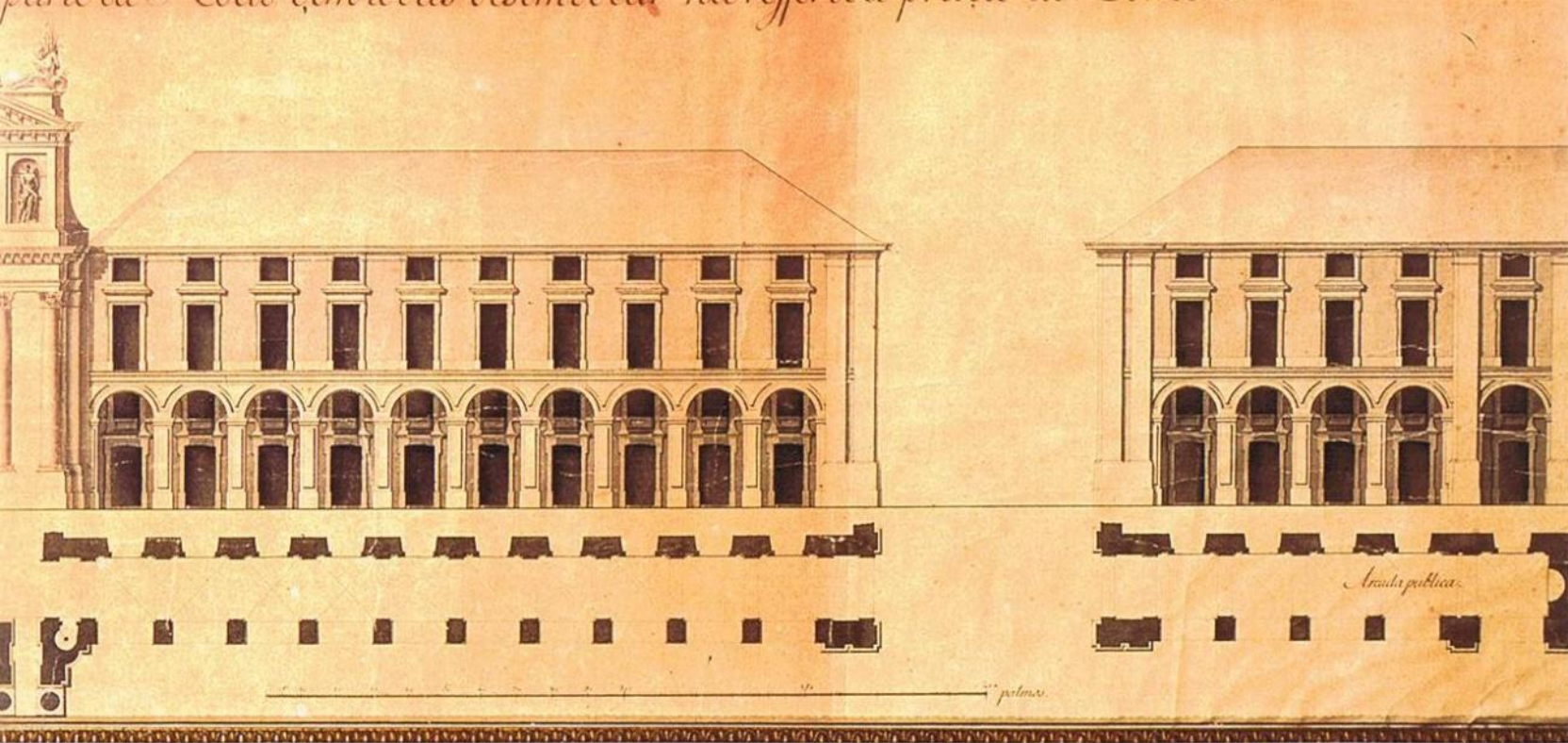
**A PRAÇA DO COMÉRCIO, FRONTARIA E ARCO DA RUA AUGUSTA**

Desenho à pena aguarelado, assinado por Eugénio dos Santos e por Sebastião José de Carvalho e Melo

ANBA

de telhados, pregos de chumbo, ferramentas e provisões alimentares. Os holandeses remeteram também mantimentos, materiais de construção e dinheiro, conforme informava um jornal publicado em Amesterdão. De França e Espanha as ajudas terão sido menos expressivas, devido às negociações de guerra, tornadas públicas em 1756. No entanto, sabe-se que o conde de Aranda chegou a Lisboa, em finais de Novembro, mandatado pelo governo espanhol para negociar, entre outros assuntos, um empréstimo no valor de 300 000 réis, cujos termos não agradaram ao monarca português. 🐉 Se o restabelecimento do crédito mercantil não tardou a fazer-se notar, a recuperação das igrejas, conventos e outros estabelecimentos eclesiásticos foi

lenta. De qualquer modo, a igreja mostrou empenho em reerguer grande parte do seu património. D. José solicita e obtém de Roma o direito de usar parte do produto das rendas e dos legados pios das igrejas para as obras de reconstrução dos templos. O breve pontifício de 25 de Agosto de 1756 impõe a afectação da terça parte de todos os réditos, dízimos e direitos cobrados pelas igrejas paroquiais àquela finalidade. No entanto, isenta do referido tributo as igrejas paroquiais sem rendimentos e de diminuta cõgrua, situação reclamada pela maioria das paróquias deslocadas das suas antigas freguesias. Apesar do esforço financeiro exigido às igrejas, a velha malha eclesiástica da cidade parecia definitivamente comprometida, pois a regra inicial de não alterar a localização das igrejas da Baixa não foi respeitada nos planos reconstrutivos ideados e justificados pelo velho e experimen-




tado engenheiro militar Manuel da Maia. 🐉 O processo de reconstrução da Baixa, encarado com absoluta prioridade pelo gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo, vai dar lugar a um complexo e abrangente debate urbanístico e arquitectónico, amplamente descrito e documentado [França, 1987, 1989]. No essencial, as soluções encontradas saíram da escola portuguesa de engenharia militar, com provas dadas nos domínios da arquitectura e do urbanismo colonial, desde os inícios do século. A competência técnica e teórica desse actualizado e experiente corpo de engenheiros, superiormente dirigido pelo mestre-de-campo-general Manuel da Maia, revela-se, tanto na rapidez, eficiência e racionalização de métodos de trabalho como no pragmatismo dos projectos apresentados. 🐉 Um mês depois da catástrofe já havia um esboço de definição do programa a seguir.

No primeiro relatório, designado *Dissertação*, entregue ao duque de Lafões, a 4 de Dezembro – que constitui a primeira parte de um vasto memorial sobre a reconstrução de Lisboa concluído em Março de 1756 –, Manuel da Maia expõe, dentro de uma lógica tipicamente cartesiana, cinco hipóteses possíveis para a reconstrução da capital: reerguer a cidade tal como existia à data da calamidade; reconstruir a Baixa com correcções, alinhando e alargando arruamentos; no espírito da proposta anterior tolerando apenas a construção de edifícios com dois pisos; retracá-la por completo sem atender a planos urbanísticos anteriores, usando o entulho para regularizar o terreno; e


50

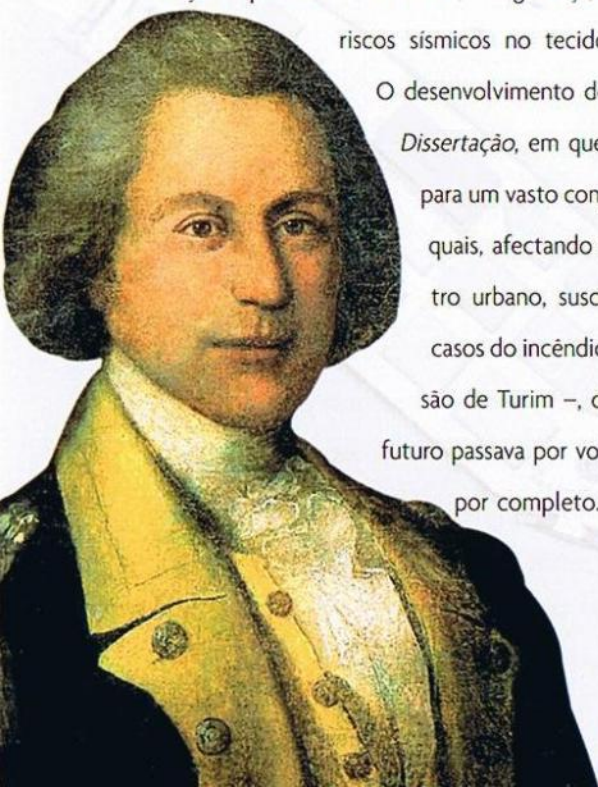
D. JOSÉ MANDA REEDIFICAR LISBOA DESTRUÍDA PELO TERRAMOTO DE 1755  
E ORDENA O RECRUTAMENTO FORÇADO DE OPERÁRIOS  
PARA OS TRABALHOS DE DESENTULHO E OBRAS DE CONSTRUÇÃO  
Gravura do século XVIII, de P. Novelli  
M. C.

abandonar a velha cidade, concebendo uma *Nova Lisboa* em Belém, a ocidente da antiga, em diálogo directo com o movimento de expansão e reabilitação urbana empreendido no reinado de D. João V. A preferência de Manuel da Maia por esta solução é justificada pela topografia, acessibilidade viária, fluvial e bom abastecimento de águas àquela zona.  Mas qualquer das soluções encaradas colocava problemas de vária ordem, devidamente equacionados neste primeiro documento, como sejam: a localização do palácio real, a avaliação e permuta de terrenos, a segurança, higiene e prevenção de riscos sísmicos no tecido urbano a reconstruir.

O desenvolvimento de pormenor da segunda *Dissertação*, em que Maia adianta soluções para um vasto conjunto de problemas – os quais, afectando a área total do perímetro urbano, suscitavam a evocação dos casos do incêndio de Londres e da expansão de Turim –, deixava já antever que o futuro passava por voltar à Baixa e reformá-la por completo. Aí as novas ruas deve-



riam ser projectadas “*com liberdade competente, tanto na largura como na altura dos edifícios, que nunca poderá exceder a largura das ruas*”. No sistema de edificação são aconselhados métodos simples, seguros e eficientes que apontam para a regra da “*simetria na altura das casas, forma das janelas e portas*”. Para cumprir esta exigência, a pré-fabricação de peças padronizadas complementou, mais tarde, um sistema de construção anti-sísmico baseado no recurso da armação de madeira, “gaiola”, para dar maior elasticidade e firmeza aos prédios. Refira-se ainda que a última *Dissertação* de Manuel da Maia é acompanhada por seis plantas, desenhadas em sobreposição ao levantamento efectuado, que materializam em desenho as hipóteses de transformação previstas para a Baixa da cidade.  As definições



EUGÉNIO DOS SANTOS  
Óleo sobre tela de autor desconhecido, c. 1750  
Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

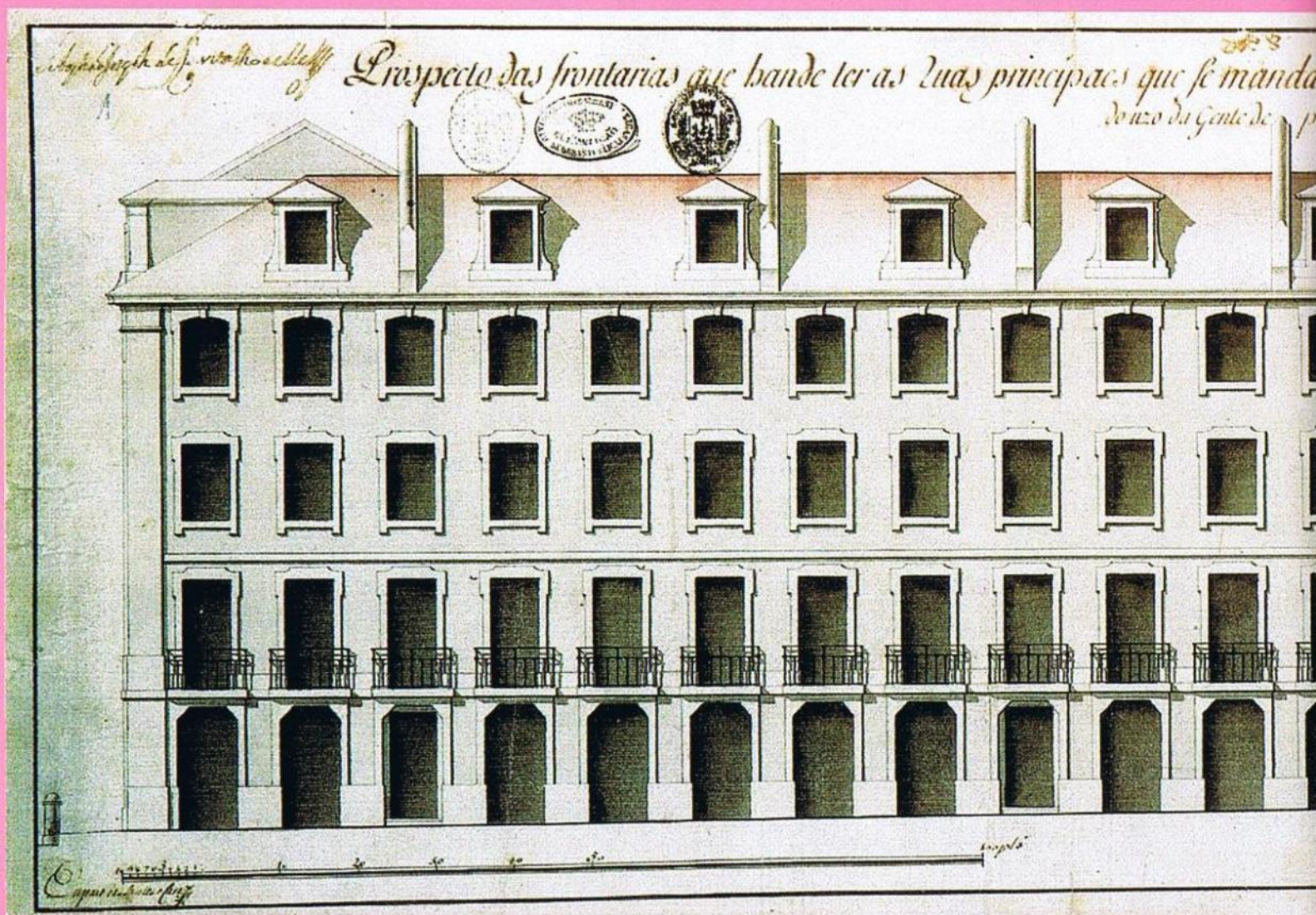
alcançadas eram já o resultado do trabalho realizado por três equipas de engenheiros constituídas no âmbito da Casa do Risco e das Obras Públicas, onde se destaca Eugénio dos Santos, inspector das obras da Corte e arquitecto supranumerário das obras do Paço da Ribeira e do Senado da Câmara. A planta adoptada foi realizada por ele, mas a sua versão final é também da responsabilidade do tenente-coronel de engenharia Carlos Mardel, que não colaborara em nenhum dos levantamentos e trabalhos exploratórios, mas a quem iria competir o aperfeiçoamento da parte arquitectónica da reconstrução. Tradicionalmente, tem-se também atribuído a Carlos Mardel a invenção empírica da "gaiola", técnica construtiva que, em rigor, nasceu na Casa do Risco. No entanto, sabe-se que o arquitecto de origem húngara se empenhou em demonstrar, empiricamente, a robustez da nova estrutura de engenharia, organizando para o efeito marchas militares desencontradas sobre um enorme estrado de madeira, de modo a imitar as vibrações de um tremor de terra e a testar a resistência da famosa "gaiola", ou seja, da armação de madeira que deveria ser "embebida" nos muros de alvenaria de pedra dos novos edifícios. 🧑‍🔧 O projecto de Eugénio dos Santos tem sido considerado "a peça básica do processo da Baixa pombalina" e "a pedra angular" do espírito reformista e iluminado que presidiu à reconstrução da cidade [França, 1987]. É obra de um urbanista moderno que regulariza o tabuleiro topográfico, aplana sobre os escombros, e nele inscreve um traçado ortogonal de ruas que articulam duas praças principais, o Rossio e a Praça do Comércio, simbolicamente erigidas em plataformas regulares de

renovação social e urbanística. É a partir delas que se hierarquizam os espaços, dispõem os principais equipamentos públicos (Senado, Bolsa, Arsenal e Tribunais Régios) e distribuem, ao longo das ruas adjacentes, os prédios de rendimento que são a marca distintiva da nova paisagem social da Baixa, de acento burguês. O plano aprovado prevê ainda a ligação do todo urbano central com a zona a poente, delimitada pela colina de S. Francisco e pela freguesia de S. Paulo, junto ao rio. Formalmente, os trabalhos de reconstrução iniciam-se depois da publicação da lei de 12 de Maio de 1758 que garante novos direitos, impõe um prazo de cinco anos para a edificação em cada parcela loteada – que não foi respeitado – e prevê situações especiais de transferência e hipoteca da propriedade. 🧑‍🔧 A assinatura do marquês de Pombal, aposta a desenhos de fachadas e alçados de alguns edifícios das ruas principais da Baixa, se por um lado evidencia o acompanhamento constante do processo reconstutivo



MANUEL DA MAIA

Óleo sobre tela. J. Machado, 1886.  
Cópia ou restauro do original, datado de c. 1740  
Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa



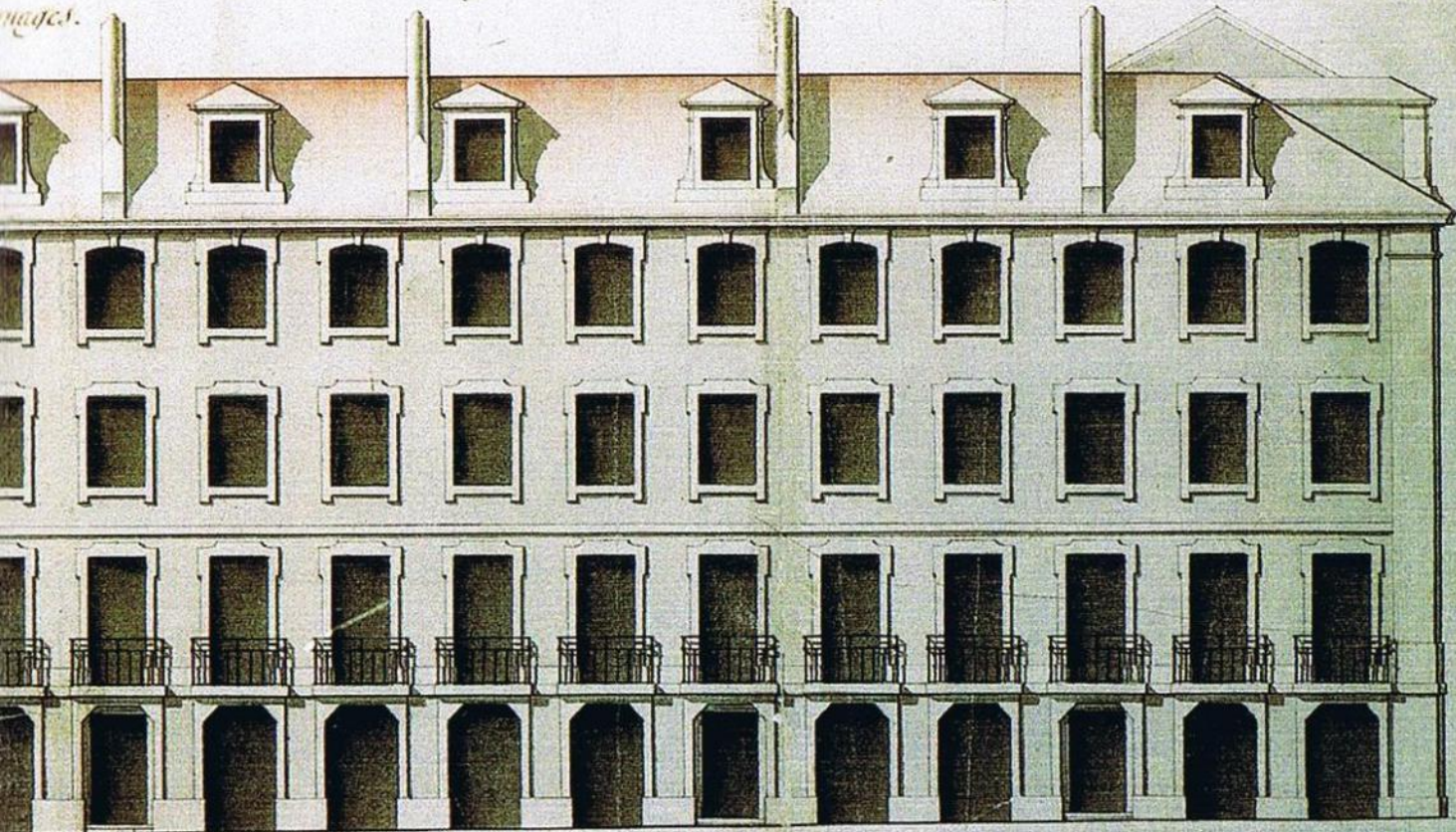
**PROSPECTO DAS FRONTARIAS DOS EDIFÍCIOS DA BAIXA**

Desenho aguarelado, assinado por Eugénio dos Santos e Sebastião José de Carvalho e Melo  
Arquivo Histórico Municipal de Lisboa



em Lisboa baixa aruinada e se dividem com cubinêtos para separaçãõ

maçes.





Prace  
do  
Roca

Cemeterio de  
S. Domingos

Hospital Real

Praça de Commercio

Tri

du

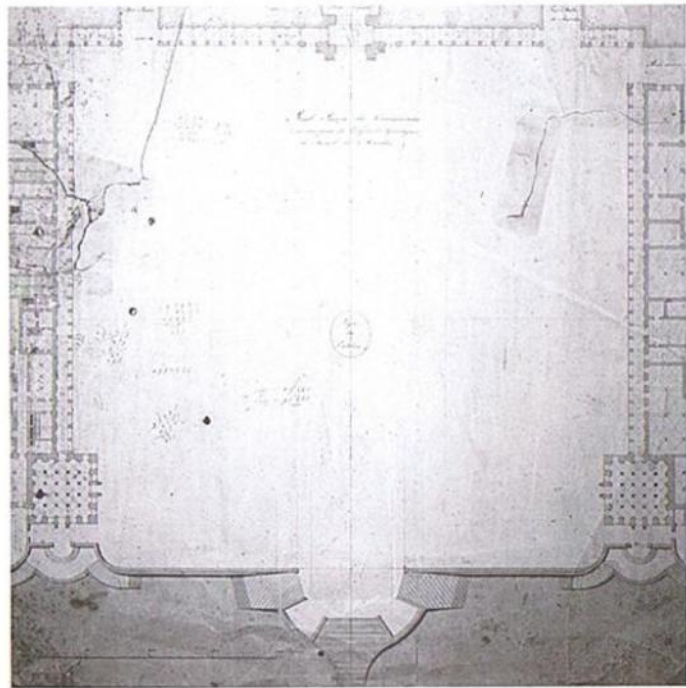
mi

ed

Murocha

Alameda

da cidade, por outro cunha, do ponto de vista ideológico, um dos mais emblemáticos projectos urbanísticos deste período, a planta da Praça do Comércio, concebida por Eugénio dos Santos. A praça que pretende simbolizar as grandes transformações sociais pombalinas é também um espaço de consagração do poder da realeza, com a colocação, ao centro, da estátua equestre de D. José. A assinatura do ministro foi escrita depois de a planta ter sido elaborada, mais precisamente depois de 1770, uma vez que assina com o título de marquês de Pombal, recebido nesse ano. Ao tempo, era já ponto assente que a realeza nunca mais voltaria a habitar o Terreiro do Paço, que passara a designar-se Praça do Comércio, e que a Ajuda seria o sítio eleito para a sua morada. 🐉 Numa cidade que se renovava de acordo com um estilo depurado e funcional, adaptado a um modelo urbanístico regular, marcado pela imagem da repetição e da uniformidade, havia ainda lugar para uma vista imaginária da Praça do Comércio, atribuída a Carlos Mardel, que, preservando a monumentalidade inicial do projecto de Eugénio dos Santos, lhe emprestava a leveza do ornamento *rocaille* e lhe dava a configuração fabulosa de um grande e belo palco urbano aberto ao mar.

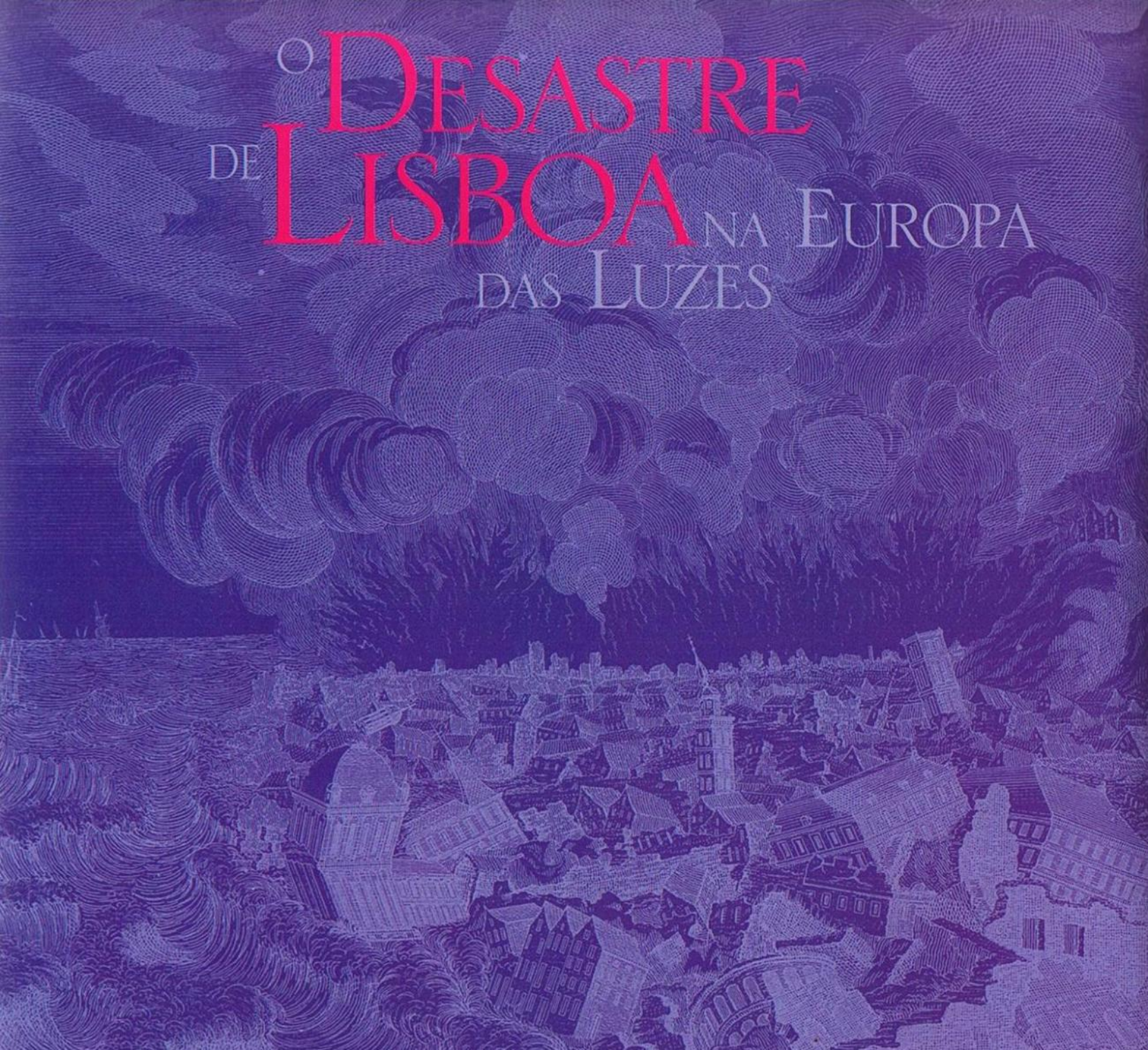


**PLANTA DA PRAÇA DO COMÉRCIO**  
 Desenho à pena aguarelado  
 ANBA

**CARLOS MARDEL**  
 Óleo sobre tela de autor desconhecido, c. 1730  
 Coleção particular

**A NOVA LISBOA. PLANTA DE RECONSTRUÇÃO  
 COM ALINHAMENTO SOBREPOSTO AO ANTIGO**  
 Desenho a tinta-da-china, aguarelado  
 M. C.

O DESASTRE  
DE LISBOA NA EUROPA  
DAS LUZES





Num. 12

29

GAZETA  
DE  
LISBOA

Cô Privilegio

de S. Magestade

Quinta feira 25. de Março de 1756.

ITALIA

Napoles 13. de Janeiro.



Abendo-se que na altura de Messina apparecera hum Navio cofario de 24 canhoes se mandaram preparar dois chayecos para seguir este pirata. D. Henrique de Torres e Morales partiu para Madrid a 5. do mez para receber a herança de seu gran tio o Marquez de Matalhana. A Rainha se acha restabelecida de seu parto, e começa já a admitir no seu quarto as Damas, e o Principe de nascido continua, como se pôde dezejar. O Marquez de Curtis Ministro desta Corte em Berlin est indo para voltar para Napoles morreo de huma apoplexia em Roma.

Roma

Le Tremblement  
de terre  
De Lisbonne,  
tragédie en cinq actes:  
par m. André,  
M<sup>r</sup> Perruquier.



à Lisbonne,  
De l'Imprimerie du Public.

M. DCC. LV.

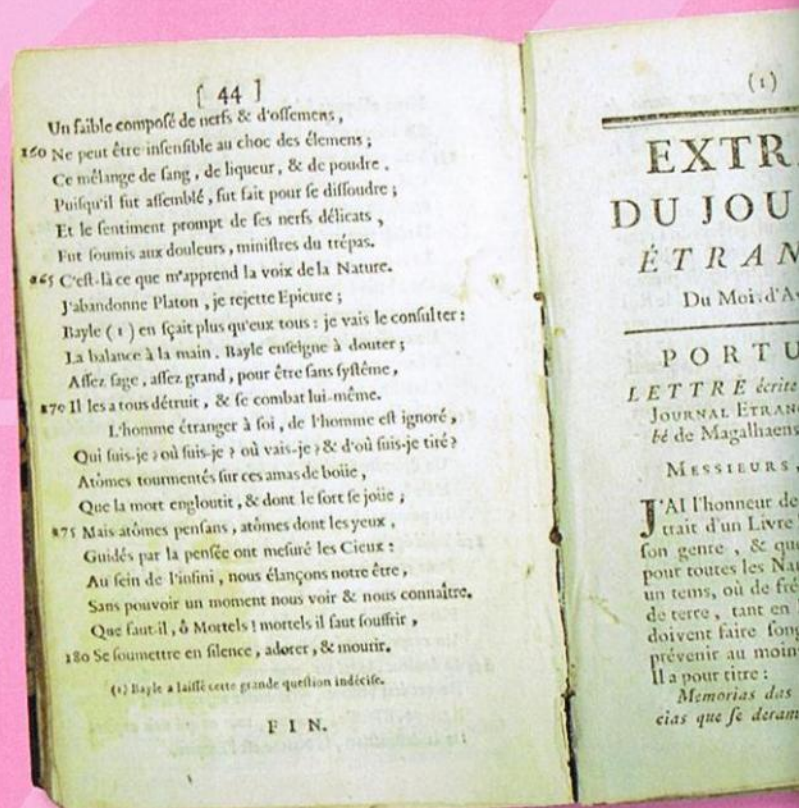
C. M. L.  
GABINETE  
DE ESTUDOS  
OLISIPONENSES

2255

# A IMPRENSA PERIÓDICA

A notícia do terramoto do 1º de Novembro de 1755, pelas manifestações em cadeia que suscitou na opinião pública de inúmeros países europeus, configura uma novidade, no contexto da modernidade cultural do Século das Luzes. Calamidades do mesmo género ocorridas poucos anos antes não obtiveram repercussão comparável. Basta ver o reduzido e retardado eco que os terramotos de Port Royal (Jamaica), em 1692, de Catânia, na Sicília, em 1693, Lima e Callao, em 1746, tiveram na imprensa do tempo. Nunca antes, portanto, uma alteração da natureza concitara, de forma tão persistente, a atenção de leitores de diferentes línguas, credos e países. 🐛 Em 1755 a experiência do acontecimento, incluindo o modo como foi apropriado – compreendido ou incompreendido, reconhecido e identificado, descrito e interpretado, à margem de qualquer horizonte de antecipação –, remete, no domínio da linguagem escrita, para algo de irredutível, irrepetível e inesquecível. A surpresa absoluta, a incompreensão original e a novidade inantecipável são os traços que melhor configuram a consciência da modernidade do desastre na cultura europeia e que lhe dão, talvez, o carácter de suporte imaginário de uma identidade em construção. Para além disso, no quadro

de uma instabilidade social generalizada, desencadeada por um factor exterior, altamente perturbador, a minimização dos efeitos da catástrofe reclama uma linguagem secularizada para exprimir os anseios de futuro e uma explicação protocientífica para dar sentido às transformações da natureza. 🐛 Em finais de 1755 os periódicos europeus vendem, desenfreadamente, notícias sobre o terramoto de Lisboa. Apesar do enfoque dado à destruição da capital





1763  
AL  
R  
L.  
eurs du  
M. l'Ab  
ffer l'Ex-  
anique en  
ntérollant  
tout dans  
blemens  
en Aie,  
oyens d'en  
bles suites.  
Providon-  
o que pa-  
A

O TERRAMOTO DE LISBOA DE 1755  
Gravura germânica do século XIX  
M.C.

portuguesa, os estragos no litoral sul de Portugal e de Espanha e as alterações da crosta terrestre em certas regiões da Europa não deixam também de ser objecto de informação. Enfim, de Sevilha, na província da Andaluzia, ao Norte de África, e das costas do Mediterrâneo ao centro da Europa e Ilhas Britânicas, muitos foram os registos de tremores de terra e alterações físicas da natureza observados por particulares e noticiados nos jornais. Através de um moderno sistema comunicacional, eis que um insólito acontecimento, causador da derrocada de uma das mais antigas e opulentas cidades do Ocidente, faz estremecer toda a Europa. A imagem é simbólica e condensa duas ideias fortes: a comoção generalizada que varre o velho continente e

as inquietações que o presente coloca aos homens de convicções e aos espíritos insatisfeitos, ocasionalmente cristalizadas em discussões sobre a catástrofe. 🐉 Num tempo em que despertava publicamente o espírito científico e em que as Luzes do século se haviam convertido em objecto de viva controvérsia, as anomalias da natureza, fossem elas estranhas e inacessíveis à compreensão humana, fossem apenas invulgares e temíveis pelos seus efeitos, tinham já conquistado um lugar de destaque nas páginas dos principais jornais europeus. A curiosidade dos leitores pelas "notícias do mundo" era suportada por uma rede de circulação de registos e conhecimentos que beneficiava do aperfeiçoamento dos correios e do cosmopolitismo de observadores das mais diversas proveniências, que trocavam entre si informações. E quando as redacções ou os articulistas não permutavam a matéria dos jornais, estes não deixavam de chegar a toda a parte. 🐉 A prática informativa da *Gazeta de Lisboa*, o único jornal semanal que se publicava na capital portuguesa, não se dissociava da tendência dominante do jornalismo europeu. Na época, a escrita do tempo presente privilegiava, selectivamente, a memória de figuras ilustres, factos relevantes da história das monarquias, revelações da vida da Corte, acontecimentos internacionais marcantes, como guerras, tratados e embaixadas, actividades académicas, novidades literárias e filosóficas e, traço que importa pôr em relevo, ocorrências naturais



A GAZETA DE LISBOA  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 1724  
BGLJC




registadas em diferentes países e continentes. A prova de que a *Gazeta de Lisboa* privilegiava o tratamento jornalístico dos riscos naturais e dava importância às crises imprevisíveis provocadas por intempéries documenta-se, por exemplo, em 23 de Novembro de 1724, na sequência de uma violenta tempestade que se abatera sobre Lisboa. Os ventos fortes e a agitação das águas do estuário do Tejo, que se encontrava repleto de embarcações, produziram então consideráveis estragos. Poucos dos 180 navios ancorados na barra do porto ficaram intactos. O redactor da *Gazeta* observou o temporal, descreveu as alterações meteorológicas e os danos materiais mais notáveis, indicou o número de mortos e deu a conhecer as principais providências tomadas pelos ministros de D. João V. Começa por registar que na "tarde de domingo 19 do corrente, estando já o dia chuvoso, se começou a levantar pela uma hora um vento sueste, com alguma chuva miúda, e nesta forma continuou até às três, em que um e outro elemento engrossaram mais as suas forças, e o vento as mostrou tão grandes, que fizeram este dia memorável a muitos séculos. Caíram muros, arruinaram-se edifícios, despedaçaram-se as vidraças de muitas igrejas e palácios, arrancaram-se oliveiras em muitos sítios".


Das ruínas observáveis, as do cais da Pedra e as da ponte da Alfândega, pontos nevrálgicos do movimento portuário, eram as que mais impressionavam. Num cenário de grande devastação, as imagens fortes concentravam-se na zona ribeirinha da cidade: "Desde a praia da Casa Real da Fundação até à Torre de Belém, que são quase duas léguas, não vêem os olhos mais que lastimosas memórias deste fatal destroço em madeiras quebradas e fazendas perdidas". Excluindo naufragos e afogados, cento e sessenta pessoas haviam perecido, não sendo de excluir o aumento do número de óbitos nos dias seguintes. Os danos causados pelo temporal de 1724 continuaram, por muito tempo, presentes na memória dos habitantes de Lisboa, tendo sido referidos por visitantes estrangeiros e evocados depois do terramoto de 1755, por autores como Moreira de Mendonça e A. N. Ribeiro Sanches. 🧑 A actualidade do acontecimento, o enfoque dado às alterações da natureza, o teor descritivo do relato e a ausência de juízos justificativos – religiosos ou filosóficos – caracterizam a notícia do devastador temporal de 1724, publicada, logo a seguir, na *Gazeta de Lisboa*. Idêntica tendência se observa nas informações de carácter sísmológico relativas às mais diversas regiões do globo, dadas a conhecer nas décadas de trinta e quarenta. Pequenos relatos sobre os abalos de terras do Sul de Itália, ocorridos, especialmente, nos anos de 1726, 1727 e 1731, foram, por exemplo, amplamente divulgados, sem qualquer espécie de reserva, no jornal português. 🧑 Na abertura do ano de 1755, o *Journal Historique*, de forma bem menos imparcial, noticiava a extensão dos infortúnios sísmológicos e políticos que se verificavam




a Oriente, os quais, apesar de inquietantes, não pareciam abalar o optimismo reinante no Ocidente. A imagem de paz geral a que a Europa se acomodara estava prestes a ser quebrada. Num meio pouco acostumado a súbitas mudanças, os alvoroços da natureza continuavam, ainda assim, a dar que falar. Em 12 de Janeiro de 1755, primeiro em Viena, depois em outras capitais europeias, correu a notícia de que a terra tremera na Transilvânia. Informes posteriores, publicados na imprensa periódica francesa, referenciavam a existência de abalos telúricos na Suécia, em Abril, e na Dinamarca, em Setembro de 1755. Em Viterbo, um pequeno sismo foi também sentido nos primeiros dias de Maio. No Outono seguinte, vários temporais e furacões assolaram Itália, em particular Veneza, Livorno e Lombardia, conforme registava a *Gazette de Cologne*. Em Outubro de 1755, o *Der Hamburgische Correspondent* noticiava que um vento sul, invulgar-

PANORÂMICA DE LISBOA  
DURANTE O TERRAMOTO E O TSUNAMI  
Gravura germânica  
M. C.

mente quente para a época, aliado à chuva, havia provocado degelos e inundações fatais na região de Genebra. Pela mesma altura, a terra tremeu em Berna [Campos, 1998].  A desenfreada vaga de observações físicas vindas a público, culminando a crescente utilização dos fenómenos insólitos da natureza por parte da imprensa periódica, acabou por ter um papel primordial na disseminação, em grande escala, das imagens sobre o Grande Terramoto de 1755. E até ocorrências naturais que haviam caído no limbo do esquecimento acabaram por ganhar realce científico, depois de conhecida a sorte dos habitantes de Lisboa. À semelhança de Kant, que inseriu o megassismo de 1 de Novembro de 1755 num conjunto mais amplo de alterações da

crosta terrestre, documentadas por uma série de observações coligidas pela imprensa alemã ou comunicadas por informadores particulares, também um autor anónimo da colectânea *Gesammlte Nachrichten von dem Erdbeben der Stadt Lissabon* (1756) relacionou as alterações climáticas e geomorfológicas observadas aquando do terramoto do 1º de Novembro com calamidades naturais anteriores, mencionadas em jornais europeus. Muitos textos descritivos de carácter científico, posteriores ao desastre de Lisboa, contêm, portanto, alusões explícitas a registos e informações vindos a público na imprensa periódica. Antoine-Laurent Thomas, na memória sobre as causas dos terremotos apresentada, em 1757, à Academia de Rouen, para melhor sustentar a sua tese sobre a génese material e física dos terremotos, recorre, também, a observações factuais registadas no *Journal de Verdun*, no *Journal des Sçavants* e nas “Gazetas da Holanda”. A mesma orientação é adoptada pelo autor anónimo do *Supplément aux Réflexions sur le Désastre de Lisbonne. Avec un Journal des Phénomènes*, publicado em 1757. Esta relação usa, deliberadamente, o discurso dos informadores dos jornais para sustentar opiniões credíveis e compatíveis com um discurso teológico sobre o acontecimento. Nele sobressaem testemunhos retirados do *Mercure de France*, com 106 alusões ao terramoto de 1755; *Journal de Verdun*, com 32 referências noticiosas; *Gazette d'Amsterdam*, com 13 artigos; *Gazette d'Utrecht*, com 6; *Gazette de France*, com 3; e *Mémoires de Trevoux*, com apenas uma notícia mencionada [Lüsebrink, 1999, p. 305].  A complementaridade entre o sistema de comunicação instaurado pela

imprensa periódica e a produção de discursos sobre o terramoto de 1755 documenta-se de diversos modos. Os jornais não ajudaram apenas a divulgar observações úteis para os filósofos e naturalistas, contribuíram também para a imposição de uma ou várias teorias físicas sobre os terremotos e para a inculcação de visões providencialistas do mesmo fenómeno, fazendo alastrar o temor e estimulando a compaixão do povo. Para além disso, deram uma base concreta ao ideal filantrópico, apelando à solidariedade pública e divulgando iniciativas de ajuda financeira de vários Estados europeus. Neste capítulo, os jornais de Londres foram pioneiros. Mas os periódicos alemães e franceses noticiam, logo a seguir, idênticas iniciativas levadas a cabo nos seus países. Entre outros, o *Der Hamburgische Unpartheische Correspondent* de Hamburgo, no número 260 de 1756, e as *Erlanger Zeitungen*, de 13 de Janeiro de 1756, assinalam que Frederico II da Prússia reunira, com admirável espírito de entreatajuda, vitualhas e auxílios pecuniários com destino a Portugal [Campos, 1998, p. 208].  O comprovado interesse público pela desgraça alheia – o sensacionalismo de alguns jornais aponta nesse sentido – e o conseqüente despertar de uma sensibilidade literária mais propensa

à narrativa ficcional e à explosão fantástica de motivos igualmente inspiradores de uma escrita intimista, de cunho memorial, justificam, num outro plano, o aparecimento dos primeiros discursos literários sobre o terramoto nas páginas da imprensa periódica da época. Esta expressiva inter-relação de factos e ideias remete, antes de mais, para a trajectória das notícias no território europeu, ou seja, para a cronologia e geografia das primeiras informações sobre o Terramoto de Lisboa. Só depois de conhecido o mapa da informação passaremos a analisar a trama noticiosa do acontecimento e as diversas estratégias de actualização postas em prática para satisfação da curiosidade dos leitores e consumidores de novidades. 🐘 A *Gazeta de Lisboa*, apesar da destruição generalizada de edifícios e equipamentos verificada no centro da capital portuguesa, não interrompeu o seu curso de publicação. Porém, só cinco dias depois, a 6 de Novembro, deu a conhecer ao mundo, em termos surpreendentemente lacónicos, a ocorrência de "memoráveis terremotos e incêndios". Pela mão de um ou mais correios particulares, a notícia expandiu-se. Dia 8 foi confirmada em Madrid. Logo depois partiram de Madrid para Paris cartas narrando o sucedido. A 22 e 25 de Novembro, respectivamente, os jornais de Paris e Londres puseram a correr a informação. No primeiro caso, a iniciativa partiu da *Gazette de France*, tendo sido seguida, nos dias imediatos, por muitos outros jornais parisienses e de província. A 25 de Novembro, o *London Evening Post*, a *London Gazette* e o *Public Avertiser* estamparam também as mais aterradoras descrições relativas à capital portuguesa. Provenientes

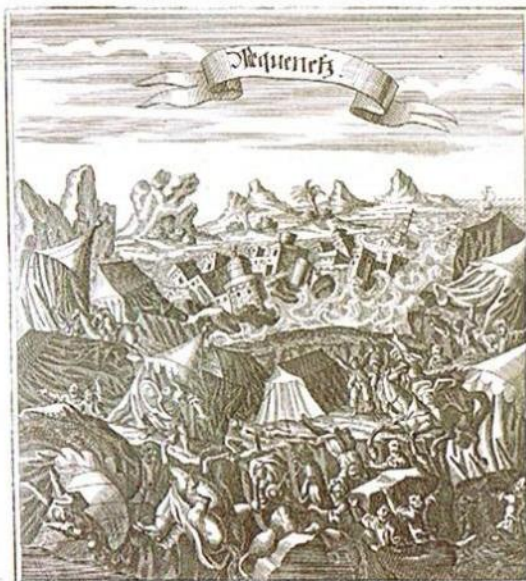
de Paris, as primeiras notícias do terramoto de Lisboa atingiram, pouco depois, Amesterdão e Colónia. Em 28 de Novembro, o *Supplément à la Gazette de Cologne* publicava o seguinte aviso: "Chegou à Corte um correio de Madrid com a triste notícia de que um terramoto abalou Espanha e Portugal e causou, sobretudo na capital deste último reino, terríveis estragos." A 29 do mesmo mês, o *Der Hamburgische Unpartheische Correspondent* transmitia ao público hamburguês "a horrenda notícia" da destruição de Lisboa. Nesta fase, as informações mais exageradas e contra-ditórias viam a luz do dia, chegando mesmo a espalhar-se o boato de que Lisboa fora submergida, desaparecendo totalmente. 🐘 Para conter a trama alarmista que precipita e distorce o acontecimento, o artigo da *Gazette de France*, de 22 de Novembro, reproduzido, com pequenas variações, em inúmeros jornais estrangeiros, teve um efeito estruturador importante na visão inicial, construída a partir de fora, do desastre. Eis, quase na íntegra, os termos desse relato inaugural: "Fomos informados, por um correio despachado de Lisboa que chegou a Madrid a 8, às 4 horas da tarde, que no dia 1 deste mês, por volta das 9 horas da manhã, um terramoto se fez aí sentir de uma maneira terrível. Ele arrasou metade da cidade e todas as Igrejas e o Palácio do Rei.



Eigentliche Vorstellung des grausamen Erdbebens, so die Königl. Haupt und Residenz Stadt Lissabon in Portugall betroffen, fast gänzlich verwüstet und zu einem Stein-Hausen gemacht.

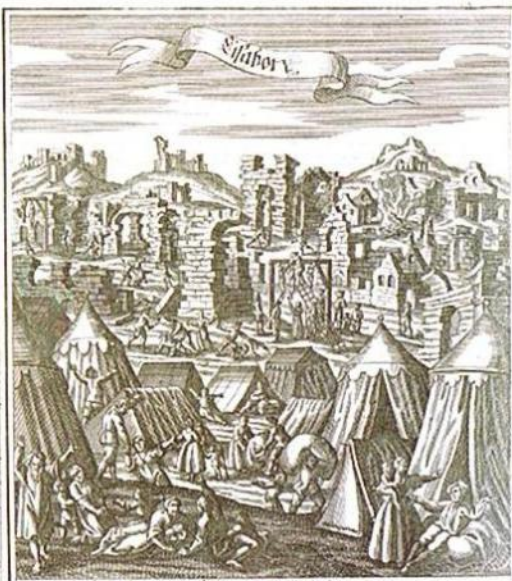
Solches geschah den 1. November 1755. an Allerheiligen vormittag um 10 Uhr da das meiste Volk in den Kirchen versamlet war, und eine heftige Feuers Brand machte den Thron der Paläste und Häuser noch größer und viele 1000 Menschen, fanden unter den fallenden Dächern und Stößen ihr Grab. Das müssen wir zuersehen und das weinen der Kinder und verlassen war so schrecklich daß es mit keiner Feder fast zu beschreiben ist, daß wir alle unter den publicken Gebäuden haben gestiffen. Der König Pallast N. 1. Der Thron 2. und die Orgel des Cathedrales 3. Sprichworts weis haben die Portugesen vor Zeiten pflegen zu sagen, wenn Gott sich hab dem Erb er in Lisbon mit Hauff. Wären Gott streng alle Menschen, durch die Erdbeben warnt seine Macht und Gewalt zu erweisen. Duff zu thun und ein fromes Leben zu führen, welches Gott uns allen durch seine Gnade verleihen wolle.

Carl Buchler del. Erben. v. d. V.



In Merqueres der Erden hat, eröffnet ihren Schandts  
Verföhlung die ganze Vriegen Macht nicht gar in einer Stund  
Du Fellen hatten sich, daß Meer hat wieder brausen  
D Gott erbarne dich es ist ein Schreck und Grausen.

Carl Buchler del. Erben. v. d. V.



D Schreck ist voller Orth, wie hart ist dir ergangen  
Die Dich so auch herant schon viel um Lutzen hangen  
Dem Feld ihr müßt stehen zu, euer Wohnung auf zu seligen  
Auffst auf zu Gott, in eurer Leib er wird auch heiligt tragen.


Carl Buchler del. Erben. v. d. V.




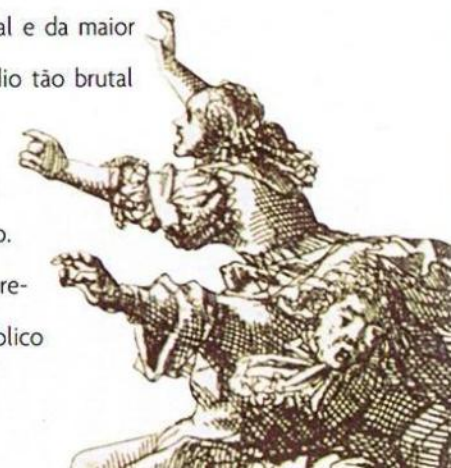
A GAZETA DE LISBOA  
DE 6 DE NOVEMBRO DE 1755  
BGLUC

Felizmente nada aconteceu à Família Real que estava em Belém. [...] O fogo apoderou-se de uma parte da cidade em ruínas. E ainda durava quando o correio partiu de Lisboa. O Conde de Perelada, embaixador de Espanha à Corte de Portugal, ao querer fugir, ficou esmagado sob o portal do seu Palácio, que abateu. Nove dos seus criados morreram. O Conde de Baschi, embaixador de França, que morava em frente do embaixador de Espanha, salvou o filho único do Conde de Perelada e retirou-se com a condessa sua esposa e seus filhos para o campo [...]. O nuncio em Portugal escreveu, pelo mesmo correio, ao nuncio em Madrid. [...] À imitação de uma das mais belas passagens de Virgílio, data assim a sua carta *Dalla Terra dove Lisabona fue*. – Como o correio foi unicamente despachado para informar Suas

Majestades Católicas que a Família Real não experimentara qualquer mal, não se referiam mais particularidades. O conde de Unhão, embaixador do Rei de Portugal em Madrid, a quem se dirigiam estas funestas noticias, ignora a sorte do Conde de Unhão seu pai e do resto da sua familia. As mesmas cartas assinalam que o Tejo foi atingido por uma onda considerável, que precedeu o terramoto. É forçoso que ela tenha sido muito grande, porque em Toledo, onde ele passa, e que está a mais de cem léguas de Lisboa, seguindo o curso do rio, a elevação da água foi de cerca de dez pés. Outras cidades de Portugal sofreram prejuizos consideráveis, entre as quais Cascais e Setúbal que são dois portos de mar situados de um lado e do outro do Tejo e pouco afastados de Lisboa. Registraram-se também grandes estragos no reino do Algarve. Admite-se que morreram cinquenta mil habitantes em Lisboa. O terramoto teve diferentes réplicas em dez horas; sentem-se ainda movimentos de terra no momento da partida do correio. – Parece pelo que o Rei de Portugal escreveu ao Rei de Espanha que sua Majestade Fidelissima está penetrado da mais viva dor e preocupado em arranjar socorros para todos os seus súbditos que escaparam a tão horrivel desastre. – Uma carta particular acrescenta que a Igreja Patriarcal e o Palácio Real ficaram reduzidos a cinzas, assim como uma parte do Tesouro e dos Arquivos da Corte. Calcula-se que um terço dos habitantes pereceu tanto por efeitos do

terramoto como do fluxo e inundação do Tejo e do mar, todos os elementos parecendo ter conspirado a ruina desta poderosa cidade. Por toda a parte se caminha sobre mortos e por entre escombros de palácios e casas.”  A matéria informativa dos meses seguintes derivou deste enunciado inicial sint tico e dos t picos de maior interesse jornalístico para a época dele decorrentes. Entretanto, as mais incríveis visões e as piores previsões sobre perdas materiais e sobreviventes conquistavam espaço nos jornais britânicos. Apesar do ceticismo de Horace Walpole e de Samuel Johnson, cujas opiniões, desde logo, foram tornadas públicas, a *London Magazine* de 26 de Novembro noticiava que 100 mil pessoas haviam perecido e que dois terços dos edifícios da cidade de Lisboa tinham desabado. A escrita da tragédia que avolumava o desastre dava também livre curso a boatos e rumores totalmente infundados, como os que garantiam o desaparecimento ou quase total destruição das ilhas da Madeira e do arquipélago dos Açores. Enfim, nas páginas dos jornais ou em folhetos, gravuras, relações de sucessos e cartas vindas a público, as informações, confirmadas e desmentidas, sucederam-se a um ritmo estonteante. Ao nível da imprensa periódica, observavam-se, como já

deixámos antever, duas lógicas distintas de utilização do acontecimento: uma, dominante, que d  grande projecção ao acontecimento e que o enfatiza através de textos prolixos e, por vezes, repetitivos; outra, menos permeável ao sensacionalismo, assente numa escrita contida e prudente. Esta última tendência informativa, nem sempre ditada pelas mesmas razões, acabou por reduzir o acontecimento a um mero quadro evocativo, sem dimensão narrativa. É exactamente esta a orientação que se observa na imprensa portuguesa. Levando em linha de conta a forma como a *Gazeta de Lisboa*, cerca de vinte anos antes, dava a conhecer os estragos provocados por um insólito e devastador temporal, esperar-se-ia que o jornal cobrisse exaustivamente o acontecimento. Mas como a gazeta se publicava com privilégio real,   provável que tenha recebido instruções no sentido de acalmar os leitores e travar a onda de alarmismo que se começava a formar. Registe-se que José Freire de Montarroio Mascarenhas noticia a catástrofe nestes termos: “O dia 1.  do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruina os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares.”  Um episódio tão brutal era cautelosamente evocado, com distanciamento, em cinco telegráficas linhas despojadas de qualquer emoção. Através delas perpassa, contudo, uma preocupação maior, a de afiançar ao público





A DESTRUICÃO DE LISBOA  
Gravura francesa  
M. C.



ON DELISBONE





A FUGA PARA O CAMPO  
Gravura de T. Brown, c. 1817  
M.C.

Num. 7 49

# GAZETA DE

# LISBOA.

Com Privilegio  de S. Magestade.

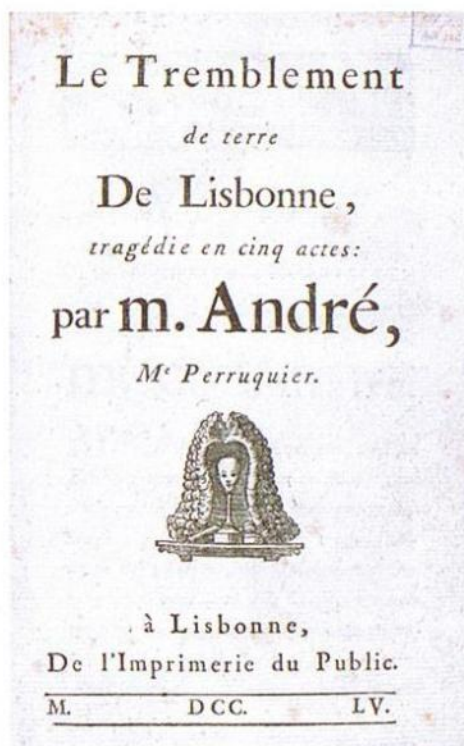
Quinta feira 19. de Fevereiro de 1756.  
FRANC. A Paris 16. de Janeiro.

**N**A madrugada de terça feira 13. deste mez, se levantou nella Cidade hum furacão tam violento, que todos entramos na consternação de que nos achariamos brevemente no mesmo deploravel estado em que se viram os moradores de Lisboa, no primeiro de Novembro passado. Todas as cheminés, telhas, e ligens de pedra *Ardeusa*, de que estavam cobertos os tellos das cazas, foram levadas muyto longe pela furioza força dos ventos. Muitos Barcos, que se achavam no caes do *Senna*, lhes estallaram as amarras, e foram dar com tanta violencia nos arcos das pontes, que ha no mesmo Rio, se totalmente se despedaçaram. Depois deste susto nos sobreveyo o sentimento da noticia recebida de *Bordaux*, de ter havido naquella Cidade (cobeyra

que a Casa da Moeda não tinha sido destruída e que os burgueses ricos não tinham perdido todas as suas fortunas. Sobre o cataclismo nada é dito. Não se precisa quando, onde e como foram sentidos os sismos, quantas réplicas se registaram, qual a origem e extensão dos incêndios, que partes da cidade haviam sido mais atingidas, que edifícios ruíram, quantas pessoas pereceram, o que acontecera ao rei e à família real, entre outros aspectos. 🐉 Na semana seguinte, a 13 de Novembro, a regulação ou controle da informação torna-se ainda mais evidente. Perante tantos e tão avultados prejuízos materiais e perante milhares de cadáveres, lançados ao mar e espontaneamente incinerados pelas chamas dos incêndios que lavraram no centro da cidade durante, pelo menos, cinco dias consecutivos, a *Gazeta de Lisboa* instaurava no lugar da devastação urbana um artificioso espaço cénico noticioso, dando a ver um fragmento da catástrofe, desta feita, o arquivo do reino: "Entre os horrorosos efeitos do terramoto, que se sentiu nesta cidade no primeiro do corrente, experimentou ruína a grande torre chamada do Tombo, em que se guardava o Arquivo Real do Reino e se anda arrumando; e muitos edifícios tiveram a mesma infelicidade." Das oito páginas da edição do dia

13 de Novembro, seis reportam-se ao impacto do sismo na Andaluzia. Bastante mais pormenorizadas são, assim, as descrições dos estragos causados pelo terramoto em Córdova, Cádiz e Sevilha. Instaurando uma espécie de muro informativo em relação à capital do reino, a *Gazeta de Lisboa*, nos números seguintes, descreve, com base em relatos de correspondentes e testemunhos oculares, os efeitos do sismo no Algarve, em três longas páginas, Castelo de Vide, menos atingida mas contemplada com um relato exaustivo de duas páginas, Guimarães, Alenquer, Linhares, Mafra e Ericeira. Por exemplo, para a região de Guimarães a fonte da notícia é um fidalgo de província que descreve o que os seus olhos vêem. Inversamente, o mau presságio suscitado por um inexplicável fenómeno celeste observado à noite, na véspera do terramoto, em Linhares, é atribuído a "pessoas rústicas" e é acolhido com manifesto cepticismo: "fica a fé deste sucesso ao arbitrio dos que o ouvirem", lê-se na *Gazeta de Lisboa* de 26 de Fevereiro de 1756. 🐉 Até Agosto de 1756 continuarão a surgir na *Gazeta de Lisboa* referências aos efeitos do terramoto no Norte de África, por exemplo em Mazagão, e a outras zonas periféricas da Península Ibérica. Três meses depois do sismo informa-se que a Corte continuava a residir em Belém e que "várias providências" estavam a ser tomadas para reedificar a cidade de Lisboa, continuar a abastecer regularmente os seus habitantes e remediar a situação das pessoas mais carenciadas. Esta notícia foi retomada praticamente sem desenvolvimentos em Abril de 1756, adiantando-se apenas que os trabalhos de desentulho prosseguiam e que as principais ruas do centro da

cidade, desimpedidas e libertas de alguns destroços, começavam a ficar transitáveis. Em contrapartida, ao longo do ano de 1756, são publicitados nas páginas da gazeta doze novos títulos de folhetos alusivos ao terramoto, dando-se assim início a uma auspiciosa campanha de publicidade livreira em torno de um tema sensação: o terramoto de 1755. 🦉 O aproveitamento intensivo do desastre de Lisboa na maioria dos jornais europeus contrasta com a calculada discrição da imprensa portuguesa. Em França, um simples jornal de província como o *Courrier d'Avignon* publicou, no espaço de dez meses, 50 artigos respeitantes ao sismo de Lisboa. No mesmo lapso de tempo, ou seja, entre fins de Novembro de 1755 e fins de Setembro



de 1756, a *Gazette de Cologne* disponibilizou aos seus leitores idêntico número de artigos. A apropriação sistemática da catástrofe por parte dos periódicos europeus de maior expansão obedece a uma grelha de quadros informativos organizados a partir dos seguintes tópicos: O acontecimento em si mesmo, ou melhor, como foi observado e como foi sentido por testemunhas oculares e sobreviventes; os discursos sobre as consequências do acontecimento, com uma hipotética avaliação de perdas materiais e de vidas humanas; a descrição das réplicas do terramoto e dos abalos simultâneos ou sucessivos sentidos na Europa, Norte de África e América, percebidos como estando ligados aos sismos de maior intensidade de 1 de Novembro de 1755; a narração das pilhagens, a prisão dos bandidos e a execução dos criminosos; o relato das ajudas de outras Cortes e Estados europeus a Portugal; a imagem do rei, o estado da família real e a situação da Corte, acomodados em barracas nos arredores de Lisboa; e o tema da reconstrução da cidade de que se começa a falar logo em finais do ano de 1755. Se estes eixos temáticos pontuam a imprensa generalista, a comunicação especializada, seja de carácter científico, seja de natureza religiosa, fez o aproveitamento intensivo de apenas alguns desses tópicos. Na certeza, porém, observava o redactor do *Der Bienenstocke*, de que “os jornais são lidos com

FRONTISPÍCIO DA TRAGÉDIA EM CINCO ACTOS  
LE TREMBLEMENT DE TERRE DE LISBONNE.  
DE M. ANDRÉ, Me PERRUQUIER, 1755  
Gabinete de Estudos Oisiponenses [GEO]

VISÃO MONSTRUOSA DA CATÁSTROFE  
Michael Le Bouteaux, 1764  
M. C.



Regius Hymeneus fortuna  
Lusitana

In magnos arma morebo Deos

In certaminum unam potestatem unum in omnia op. coru. us. i. omnia. unum. Deos.



CENA ALEGÓRICA ALLUSIVA AO RESGATE  
E SALVAMENTO DE SINISTRADOS DO TERRAMOTO  
Weirvauch  
M. C.

grande avidez [...] e tanto mais se gosta deles quanto eles são da última hora e acabados de fazer.” E, ironicamente, acrescentava: “É divertido ver como os leitores das gazetas lêem uma e a mesma coisa, em doze periódicos um após outro” [Lüsebrink, 1999, p. 306]. Colocado na ordem do dia, o terramoto desencadeia impressões e reacções sensíveis em praticamente todas as camadas sociais. Em 16 de Janeiro de 1756, podia ler-se na *Gazette de Cologne*: “Não se deixa de falar no terramoto, e depois do que se tem ouvido até nos começamos a convencer de que também o sentimos por volta de 1 de Novembro. O senhor bispo de Meaux apercebeu-se dele quando dizia missa na capela de Versailles, assim como a senhora marquesa de l’Hopital, que fazia a sua *toilette* no seu apartamento no Palácio. Muitas pessoas também o sentiram em Paris, entre outros locais, no bairro de S. Jacques” [Campos, 1998, p. 272]. Para a produção deste efeito de persuasão generalizada muito contribuiu a linguagem dos redactores da catástrofe. Independentemente do tipo de periódico a que destinam os seus textos – gazeta, jornal, almanaque e revista –, os escritores e articulistas desenvolvem técnicas de comunicação apuradas. O primado da factualidade, substantivado numa escrita objectiva, impera, por exemplo, em notícias exclusivamente centradas nas alterações da natureza. A expectativa e a incerteza dominam as antevisões angustiadas ou os anúncios contraditórios de perdas materiais das comunidades estrangeiras residentes em Lisboa e comandam as primeiras opiniões relativas aos projectos de reconstrução da cidade. A opinião da redacção do jornal, como um todo, jamais deixa de ser

exposta quando se abordam temas como a situação da família real ou a intervenção das religiões na esfera do acontecimento, entre outros assuntos maiores. O enfoque emotivo presente na maioria das peças jornalísticas acentua-se nos relatos de pânico dos sobreviventes, cujas cartas, realmente escritas ou simplesmente imaginadas, se vão tornando um verdadeiro chamariz nas páginas dos periódicos de maior tiragem. 🐉 Um mesmo episódio podia assim, em função do tipo de relato tornado público, causar diferentes impressões ao leitor. Se não vejamos: a partir de uma carta escrita por um capitão de navio holandês, narrando a sua partida de Setúbal a 1 de Novembro de 1755, a *Gazette de France* de 13 de Dezembro, com base nessa missiva, precisa que, estando a embarcação ao largo da costa de Sesimbra, experimentou, pelas 9 horas e 45 minutos, um violento estremecimento. Na ocasião, asseverava o autor da carta, rolaram pedras e rochedos das fendas abertas nos penhascos do cabo. Por isso, atribuía o barulho sentido e o espesso nevoeiro que então se formou à queda das enormes pedras ao mar. A mesma notícia apareceu reproduzida, com poucas variantes, em Janeiro de 1756, no *Journal Historique*. Porém, numa descrição alemã, intitulada *Physikalische Betrachtungen von den Erdbeben* (Leipzig, 1756), o mesmo capitão, elevado à condição de herói de uma navegação fantástica, contava a sua aventura em termos muito mais emocionantes. No seu barco, “içado pelas ondas”, pôde contemplar “as mais altas montanhas a estalarem em pedaços e precipitarem-se no mar, causando um tão espesso vapor que todo o ar escureceu” (Campos, 1998, p. 278). 🐉 Sem desprezar o impacto

deste tipo de noticiário junto do público, havia também lugar para observações, tendencialmente mais rigorosas, como esta que a *Gazette de Cologne* difunde, em 28 de Novembro de 1755: “O terramoto percorreu uma grande parte do nosso continente da extremidade meridional à setentrional, entre 33º e 13’ de longitude”; ou como aquela outra nota de reportagem, divulgada a 6 de Dezembro de 1755 na *Gazette de France*, respeitante a uma informação vinda de Londres: “Em diversos sítios da Grã-Bretanha, observou-se a mesma agitação nas águas [...] que causou tão terríveis estragos em Cádiz e em Portugal.” 🐉 Neste campo, refira-se que muitas publicações periódicas ligadas a academias científicas procuram responder à curiosidade dos leitores mais familiarizados com os progressos da ciência e da filosofia. As *Philosophical Transactions* dão a conhecer no âmbito da actividade regular da Royal Society de Londres, entre 1755 e 1760, 15 cartas escritas de Lisboa, Colares, Porto e ilha da Madeira, relativas ao grande terramoto, observações efectuadas em diferentes regiões do território europeu e importantes estudos geológicos, astronómicos e físicos sobre o mesmo assunto. Ribeiro Sanches utiliza, por várias vezes, nas *Considerações sobre os Terramotos*, publicadas em anexo



LISBOA A ARDER E EM RUÍNAS,  
VISTA A PARTIR DO TEJO  
Gravura germânica

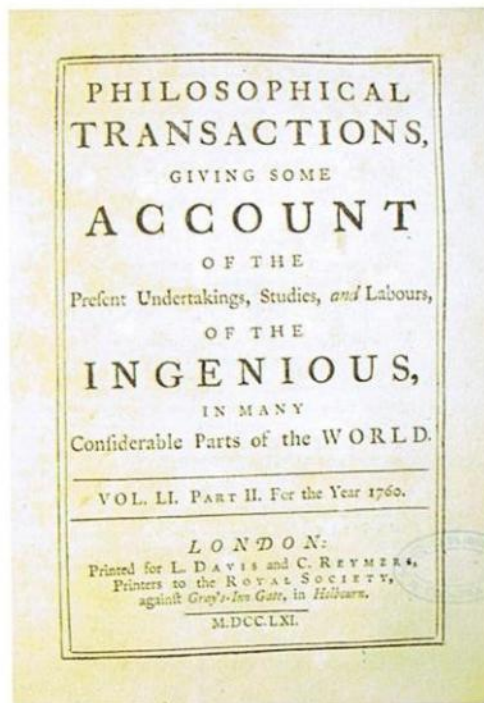
ao *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos* (1756), dados sobre vulcanologia, química e outros informes sobre terremotos anteriores coligidos nas *Philosophical Transactions* e nas *Memórias da Academia Real das Ciências de Paris*. 🧑 A ignorância do senso comum aliada à inquietante e enigmática persistência de pequenos abalos telúricos nos três meses imediatos ao cataclismo de 1 de Novembro de 1755 levavam o *Journal Encyclopedique*, de Março de 1756, a interrogar-se: “Poder-se-á nestas circunstâncias dar qualquer detalhe positivo sobre este pavoroso acontecimento que se tornou quase geral?” Na mesma altura, Kant respondia: “Não me atrevo a imaginar as consequências que há a esperar disso. Estas consequências, pelo menos para o investigador das coisas da Natureza, não são agradáveis.” 🧑 Neste contexto, uma das maneiras de escapar à tragédia e ao sentimento de

infortúnio, que alguns autores, de uma maneira ou de outra, enfrentavam, consistia em trazer para a ordem do dia questões de interesse comum, que respondessem à curiosidade do povo e que contribuíssem para formar a sua opinião a respeito da monarquia. As interrogações sobre o estado da casa real portuguesa e sobre a reconstrução da cidade de Lisboa entravam assim na agenda informativa e, pela sua actualidade e teor polémico, desencadeavam um conjunto mais vasto de considerações. 🧑 Numa Europa dominada por regimes monárquicos, com ramificações dinásticas poderosas firmadas por pactos de família entre casas reais, compreende-se a atracção suscita-



da pelo estado de saúde dos membros da família real portuguesa, suas condições precárias de alojamento, modo de vida e actuação do rei em tão dramática e calamitosa conjuntura. Sobre estes assuntos muito se escreveu e especulou. O *Messenger Boiteux*, publicado em Basileia, em 1757, na relação que apresenta “da ruína deplorável de Lisboa e dos destroços causados pelos terramotos em Portugal e Espanha”, sintetiza assim a opinião dominante sobre o assunto: “Será difícil ver exemplo de maior firmeza do que aquele que o rei deu em circunstâncias tão deploráveis. Sua Majestade, mal se refez do pavor, logo dirigiu todas as suas preocupações para os seus súbditos [...] mostrando que os reis não estão acima dos seus súbditos senão para contribuir para a sua felicidade, ou para os aliviar nos momentos de infortúnio. A presença de espírito do monarca reergueu a coragem abatida dos que tinham por missão fazer executar as suas ordens.” A proximidade de perspectivas, a sintonia de preocupações e a rapidez do noticiário sobre Portugal na Europa culta das Luzes é ainda mais evidente no que concerne à reconstrução de Lisboa. Ainda o engenheiro Manuel da Maia não tinha concluído as suas três dissertações sobre a reforma urbanística da capital, apresentadas ao monarca, respectivamente,

em Dezembro de 1755, Fevereiro e Março do ano seguinte, e já os jornais franceses, espanhóis e ingleses noticiavam os dilemas, os impasses e os avanços do planeamento urbanístico em estudo. Indicando a sua fonte – uma informação recolhida junto da corte, em Belém, a 19 de Dezembro –, o *Mercure de France* escrevia: “Sua Majestade ainda não explicou se mandará reconstruir Lisboa ou se fundará uma nova cidade.” Em Leipzig, um folheto anónimo publicado meses depois da catástrofe asseverava, entretanto: “Ainda hoje não é possível afirmar-se, com segurança, se será empreendida a reconstrução de Lisboa. Muitos duvidam que tal venha a acontecer






*Off. Lith. de Interc.*

ÀS RUINAS DO TERREMOTO SUCCEDE A MAIS BRILHANTE REEDIFICAÇÃO  
 DE LISBOA, E POR SÁBIAS PROVIDÊNCIAS RENASCE O COMMERCIO, E AS SCIENCIAS, FLORESCE A AGRICULTURA, E SE REANIMÃO AS ARTES.


8.<sup>a</sup> Stampa da Collecção que representa.

*La Historia Portuguesa*

falando, antes, de um projecto segundo o qual seria edificada uma nova cidade em Belém.” O fulgurante processo de circulação de ideias acerca da reconstrução da cidade de Lisboa chegava assim à Alemanha. Em 23 de Janeiro de 1756, a *Gazette de Cologne* admitia que, para elevar o ânimo e estimular a coragem dos seus súditos, o monarca português ordenara que se reconstruíssem as zonas mais atingidas pelo sismo. E, a 10 de Fevereiro, o mesmo jornal precisava: “Acaba de ser publicada uma lei com o plano sobre o qual será reconstruída a nova Lisboa que, uma vez executado, ultrapassará a malha da antiga cidade, pela disposição regular das ruas e das praças públicas.” E mais adiante acrescentava, com manifesto exagero: “Mandaram vir [da província] pedreiros, carpinteiros e do exterior artesãos, e prometem remunerá-los tão bem que, na Primavera, esperam empregar mais cem mil braços na reedificação da cidade.” Na mesma altura, corriam em França notícias idênticas. Pouco depois, a 15 de Junho, o *Journal Encyclopedique* dava um sinal claro de internacionalização do processo reconstrutivo, avançando, talvez sem fundamento, que “os planos e projectos de reconstrução que enchiam o Gabinete de ministros – note-se a ausência de referências a Sebastião José de Carvalho e Melo – tinham vindo de todas as

partes da Europa e nenhum fora aceite”. Em Agosto, com as demolições e as obras de demarcação dos terrenos da Baixa em marcha, a *Gazette de France* faz alusão à existência de projectos confiados a Carlos Mardel. No mês seguinte, a sempre bem informada *Gazette de Cologne* anunciava a aprovação régia do plano de reconstrução da Baixa, o recrutamento de vinte mil operários, o fabrico em série de materiais para as obras e o agendamento, para Janeiro de 1757, do início dos trabalhos de engenharia na Baixa da cidade. A mesma notícia seria estampada no *Mercure de France* de Outubro de 1756, mas com a indicação de que os edifícios a construir não teriam mais do que dois andares e que as ruas projectadas seriam bastante largas. A sincronia programática e informativa é indelével e acompanha a elaboração das seis plantas, desenhadas em sobreposição ao plano existente, que resultaram do trabalho de equipa orientado pelo engenheiro militar Manuel da Maia.  Independentemente das dificuldades de controle e entraves legais colocados às embarcações à saída da barra de Lisboa, dos atrasos de navegação e dos desvios de trajecto a que se viram forçados os postilhões que transportavam a correspondência por terra, as cartas e os despachos expedidos de Lisboa foram chegando, de finais de Novembro em diante, às redacções dos principais periódicos europeus. Múltiplos mensageiros anónimos, nacionais e estrangeiros, alimentando continuamente os prelos, fizeram correr muita tinta. Enfim, subterraneamente, foram as trocas epistolares que, na ausência de outros meios, provocaram a aceleração das notícias e puseram os jornais nas bocas do mundo.

# CARTAS E MEMÓRIAS

Narrada de diversos modos, a experiência do acontecimento ocupa um lugar central na epistolografia. Neste campo de profusa disseminação de testemunhos importa captar as linhas de força das correntes de escrita que aprisionam o momento. Pondo de lado a correspondência oficial, grande parte das missivas trocadas entre particulares permaneceram na posse dos seus destinatários, enquanto outras correram impressas. O terramoto, vivido e representado com manifesta intensidade dramática, arrastou, assim, a narrativa ficcional para o interior da comunicação epistolar. Neste processo, a pressão da esfera pública acabou por transformar o literal em literário, subvertendo a relação interpessoal da carta que, uma vez tornada pública, passa a fazer parte do domínio anónimo e indiferenciado da leitura. Cartas familiares ou íntimas, depois de retocadas e acrescentadas, são dadas ao prelo do mesmo modo que, a coberto de sobrescritos artificiosos, circulam relatos puramente fantasiosos e abismais de histórias e fragmentos de vida, sem existência concreta.  Independentemente da qualidade de quem escreve, as primeiras impressões aparecem tingidas de pânico e comoção. Em carta que dirigiu a sua irmã – a infanta Maria Bárbara, rainha de Espanha – D. José I confessava: “Estou possuído da mais viva dor, mas o que mais me constringe ao contemplar o espectáculo da minha capital devastada é a morte dos meus pobres súditos e a desolação daqueles que foram poupa-

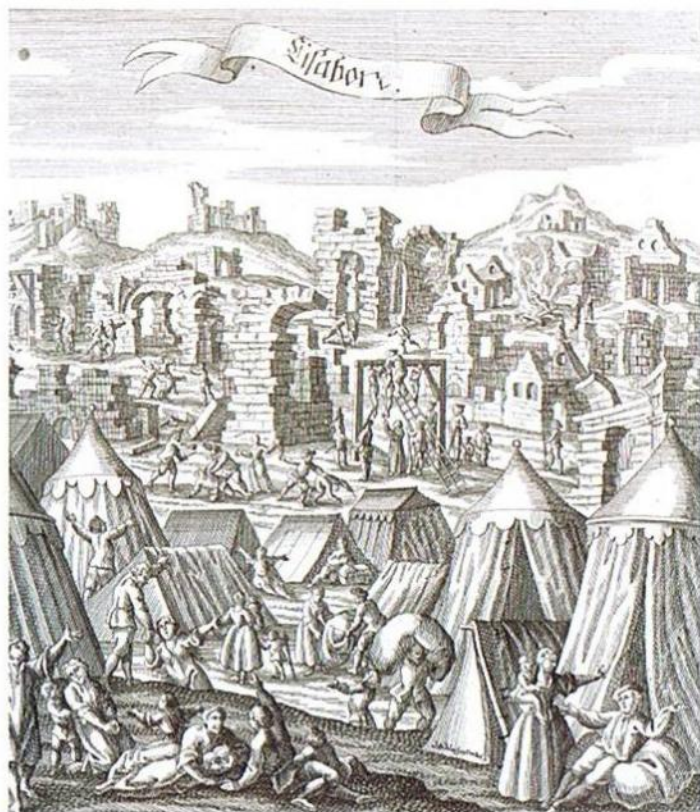
dos a esta triste sorte.” Concebido com outras preocupações, e escrito com tenacidade, o desordenado despacho, de 6 de Novembro, de Abraham Castres, enviado extraordinário da Corte inglesa em Lisboa, circulou por toda a parte. Surpreendentemente, o seu texto, exclusivamente destinado ao *Foreign Office*, acabou por ser reproduzido e divulgado, na íntegra, pela *Gentleman's Magazine*, em Dezembro de 1755. Ainda não recomposto do susto, Abraham Castres fala com emoção da comunidade inglesa – “a nossa pobre feitoria escapou bem, considerando o número de casas que aqui temos” –, salienta os incalculáveis prejuízos dos mercadores da feitoria, “as boas ordens do Sr. Carvalho”, as precárias condições de alojamento de todos, e menciona ainda as expectativas positivas do cônsul Edward Hay. De facto, dois meses depois, o cônsul da feitoria tomava a iniciativa de informar a chancelaria de que as actividades mercantis das casas inglesas começavam a reorganizar-se e de que ele próprio acreditava no rápido restabelecimento do comércio britânico em Lisboa. Na mesma altura, um livreiro francês,





**LISBOA ABISMADA**

Extracto de gravura francesa do século XVIII  
MISEE, Universidade da Califórnia, Berkeley




no primeiro bilhete que remetia para Monestier de Briançon, endereçado à mulher, queixava-se amargamente da “trágica revolução” que acabara de viver, que o deixara atordoado e quase incapaz de reagir. Muitos sobreviventes anônimos, assaltados por instintos e sentimentos contraditórios, relatam os lances de perigo por que passaram. Recriam a suspensão do momento, o aperto entre a vida e a morte. Guardam para sempre a memória de cheiros e ruídos estranhos. Deixam-se trair pela visão instantânea de precipícios, movimentos bruscos, corpos caídos, mutilados e em fuga. Percorrem espaços

#### SOBREVIVENTES AFLITOS REFUGIADOS EM BARRACAS

Joanes David Nesserthaler

M. C.

absurdos e irreconhecíveis. E fogem deles, guiados pelo torpor dos moribundos, no meio de gritos aflitivos de homens e mulheres soterrados.  O impacto inicial, segundo escreve um negociante inglês, deixou tudo fora do lugar. “As paredes continuaram a oscilar da forma mais assustadora, abrindo rachas em vários locais; enormes pedras caíam do tecto [...] o céu tornou-se de repente tão escuro [...] devido sem dúvida às prodigiosas nuvens de poeira e caliza [...] durante perto de dez minutos quase sufoquei”, confessa o mesmo autor. Iniciando a fuga com uma mulher e uma criança que encontrara nos escombros de sua casa, experimenta o primeiro revés. A dado passo, acrescenta: “Como havia uma parte que eu não conseguia galgar sem a ajuda das minhas mãos e pés, pedi-lhe que largasse o meu braço, o que ela fez, mantendo-se um metro atrás de mim. Naquele instante caiu uma enorme pedra de uma parede oscilante que desfez ambos em pedaços.” A lição que tira do sucesso é compreensível: “Tenho de admitir que em qualquer outra ocasião um espectáculo tão lúgubre me teria afectado extremamente, mas o medo com que estava de eu próprio partilhar a mesma sorte e os vários incidentes do mesmo género que se apresentavam por todo o lado à minha volta eram

demasiado chocantes para que eu me debruçasse unicamente sobre este caso. Tinha agora de passar por uma longa e estreita rua com casas de quatro e cinco andares de ambos os lados, todas elas muito velhas, a maior parte desmoronadas ou a ruírem constantemente e ameaçando os transeuntes a cada passo com a morte inevitável; eram inúmeros os que jaziam mortos à minha frente; no entanto, o que achei ainda mais trágico foi ver pessoas tão magoadas e feridas que nem sequer se podiam mexer para se ajudarem a si próprias ou aos outros" [Nozes, 1990, p. 165]. 🐉 Sequências semelhantes, narradas com mais ou menos intensidade e verosimilhança caracterizam os textos epistolares conhecidos, escritos em quase todos os idiomas europeus. Envolta pela moldura do estuário do Tejo, na orla meridional da cidade, a carta escrita a bordo de um navio que vinha carregar sal ao porto de Setúbal, por um tripulante sueco, evocava também o susto causado pela visão e trepidação do "mar a crescer", que, de repente, cuspiu para terra, com tremenda fúria, navios, mastros e velas. Muito tempo depois, Sternleuw, assim se chamava o experimentado marinheiro sueco, recordava, "com o coração cheio de compaixão", o horror de ver engolidas por uma onda gigante centenas de pessoas espavoridas que se concentravam no cais da pedra, em busca de recolhimento a bordo dos navios estacionados ao largo de Lisboa [Sternleuw, 1958]. À semelhança deste testemunho, também as inesquecíveis recordações de Jácome Ratton se conservaram inéditas, durante décadas a fio. Numa página das suas memórias, o negociante francês elege "entre os acontecimentos mais extraordinários da sua

vida" a experiência por que passou aquando do terramoto de 1 de Novembro. Depois do exultante reencontro com a família, "que o julgava sepultado nas ruínas", descreve as andanças da fuga ao *tsunami*, subindo apressadamente a Rua de S. Roque até ao Alto da Cotovia. Daquele descampado sítio pôde avistar, à noite, "o mais horrível espectáculo das chamas que a devoravam [Lisboa], cujo clarão alumia como se fosse dia". De madrugada, acompanhado pelo pai, caminha por entre escombros e chamas, até alcançar a sua velha morada e recuperar "o precioso, livros e papéis de maior importância" [Ratton, 1813, p. 32]. 🐉 A violência da destruição e a aflição das gentes em fuga para o campo, procurando instalar-se em tendas improvisadas ou provisoriamente montadas nos arredores de Lisboa, são tópicos que afloram, a cada passo, na correspondência privada dos sobreviventes. Na leitura de alguns desses relatos atormentados, que saíram na imprensa, projectam-se inquietações e fantasias perfeitamente estranhas ao quotidiano desses homens e mulheres, em situação precária e a viverem em refúgios improvisados. Neste caso, o estado de espírito do receptor das notícias empresta um carácter ilusório à imagem do acontecimento, tal como mostra uma gravura

# LISABON.



A CATÁSTROFE VISTA A PARTIR  
DA MARGEM SUL DO TEJO  
Gravura germânica  
M. C.







francesa que representa a cidade de Lisboa plana, concebida à imagem de Paris, com o rio Tejo transformado em planície, onde diversas tendas armadas acolhem personagens elegantes que ora se divertem, ora exprimem desorientação perante as labaredas e as ruínas figuradas à retaguarda. Esta bizarra representação, inspirada, talvez, na força sugestiva do verso de Voltaire – “Lisboa está arruinada, e dança-se em Paris” –, é contrariada por muitas confissões de refugiados que referem o desalinho das vestes, a nudez dos corpos, a suspensão temporária das distinções sociais, o abandono de viúvos e órfãos e o estado

IMAGINÁRIO FEÉRICO  
DA TRAGÉDIA HUMANA  
Gravura francesa  
M. C.

de choque em que ficaram milhares de sobreviventes, que mais pareciam mortos-vivos. 🧛 Num clima de generalizada consternação, o medo e o espanto concorrem para acentuar a percepção material da fragilidade das coisas e da vida humana. A indiscutível subversão da ordem natural acarretando a súbita inversão de papéis sociais tanto contribuiu para abafar secretos designios de revolta como para


desencadear o choro, a raiva e o riso. Neste contexto, compreende-se que muitas cartas destinadas a particulares acabassem por ser total ou parcialmente publicadas. Fonte inesgotável de emoções com inúmeros informes para os redactores dos jornais do tempo, “muitas cartas” provenientes de Lisboa, conforme esclarece *The Gentleman’s Magazine* de Dezembro de 1755, são apresentadas como “documentos de indiscutível autoridade”. Para além disso, o alarmismo resultante da circulação de rumores e boatos também reforçava a procura das melhores fontes de informação sobre o acontecimento. E as cartas eram uma dessas fontes. Irritado com a vulgaridade de tanta violação consentida de correspondência, o poeta Samuel Johnson denunciava, abertamente, “o secreto prazer” dos autores dessas cartas e de outras horríveis descrições que, por vezes, até corriam em pequenas brochuras, tal como aconteceu com a “Carta genuína ao Sr. Joseph Fowke, do seu irmão perto de Lisboa”, impressa por M. Collyer, na qual é feita uma descrição minuciosa e impressionante do infeliz sucesso de 1 de Novembro e se mencionam as peripécias vividas por várias famílias inglesas e seus criados. Esta carta verdadeiramente aventureira está repleta de imagens fortes: nela se vêem “ruas a dan-



çar sob os pés” de gente aflita; casas a “balouçar como o mastro de um navio numa tempestade”; e escravos livres e audazes a correr entre as ruínas, em busca da fortuna dos senhores. No meio de perigos e achamentos fantásticos, narra-se o destino de um punhado de pessoas, ricas e pobres, da feitoria inglesa. A par de outros aspectos, o terramoto possibilitou o aparecimento de uma espécie de memória fúnebre que recapitula casos de “morte palpitante”, fantásticas recuperações de moribundos e resgates, quase sempre descritos como autênticos milagres, de indivíduos soterrados. Uma das mais surpreendentes narrativas de resgate de um ferido preso nas ruínas de



REGISTO DE AZULEJOS POLÍCROMOS DEDICADO A NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA COM CARTELA ALUSIVA AO TERRAMOTO DE 1755  
M. C.



sua casa, situada no miolo da cidade, conservou-se inédita até 1813. Para tornar credível o relato, *The Gentleman's Magazine*, ao publicá-lo, transcreve o epitáfio fúnebre do seu autor, sepultado na igreja de Bromly, em Kent. A inscrição tumular resume a saga de um homem que conta a história da sua morte adiada, nestes termos: "Sagrado à memória do Ilmo. Sr. Thomas Chase, antigo paroquiano; nascido na cidade de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1729, e sepultado sob as ruínas da mesma casa em que viu a luz pela primeira vez, no sempre memorável e terrível terramoto que aconteceu àquela cidade, no primeiro de Novembro, 1755, quando, depois de uma salvação extraordinária, ele, a pouco e pouco, recuperou a sua condição muito deplorável, e viveu até 20 de Novembro, 1788" [Nozes, 1990, p. 85].  O lugar do túmulo, monumento de verdade, sobrepõe-se às ruínas de Lisboa, convoca-das para assinalar o retorno às origens, o renascimento a partir do caos e os últimos anos de vida de Thomas Chase. A nota biográfica exalta, acima de tudo, a personalidade de um herói sensível que busca libertar-se da morte numa cidade devastada. A dramaticidade melancólica da lápide responde ao fascínio exercido, em fins de século, pelo túmulo e pelo espectáculo grandioso das ruínas.

Mas, neste *décor* perfeitamente ajustado à sensibilidade romântica, são contraditórios os sentimentos despertados pela morte acidental e pelo suicídio.  A banalização do infortúnio não diminui a carga dramática do acontecimento. Por toda a parte, "a morte se tornara familiar à vista", diz Thomas Chase. O lado aterrador desta imagem prende-se, sobretudo, com o aproveitamento terrificante que dela fazem os pregadores mais inflamados. A sistemática transfiguração macabra da realidade vivida é cruelmente oferecida ao povo como motivo de contemplação e de arrependimento. Sensitivamente cruel é, entre outras obras, a *Declamação Sagrada na Ruína de Lisboa* (1756), de João Bezerra de Lima, que incita os habitantes de Lisboa a meditarem sobre a fragilidade da condição humana, respirando, ao mesmo tempo, o cheiro "insuportável e fétido dos miseráveis cadáveres".  Um inglês anónimo confessa, também em carta a um amigo, que "o horror e o susto da multidão aumentaram tanto que pareceram mais chocantes que as próprias convulsões do terramoto". E acrescenta: "Só se viam ajuntamentos de multidões à volta de padres e frades, ajoelhando-se todos, beijando o solo, esbofeteando as faces, gritando por absolvição." A multidão parecia absorta com a ideia, difundida por alguns eclesiásticos, da aproximação do dia do Juízo Final. "Muitos – afirma Thomas Chase –, desejando empregar-se em boas acções, tinham-se coberto com crucifixos e santos; homens e mulheres, sem distinção, durante os intervalos entre os abalos estavam quer a cantar ladainhas, quer, num fervor de zelo, a atormentar os moribundos com cerimónias religiosas; e sempre que a terra tremia, bradavam

Misericórdia!" Ainda segundo o seu testemunho, "essa espécie de loucura religiosa" só abrandou com a pretensa aparição da Virgem que, acrescenta, "foi vista sentada entre as chamas de fogo de uma igreja pertencente ao famoso convento de N. Senhora da Penha de França" [Nozes, 1990, p. 123]. 🦄 Se bem que a Igreja inglesa tenha imposto uma visão providencialista do acontecimento e convidado os crentes à penitência, para um anglicano iconoclasta aquelas manifestações de fanatismo eram chocantes. Apesar deste registo distanciado, o sentimento de insegurança agravava-se quando os laços de solidariedade familiar eram quebrados e as barreiras morais se desmoronavam com a deserção, o isolamento e a recusa obstinada do sofrimento. Na *Carta em que hum amigo da noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa* (1755), a "desumana impiedade com que os pais deixavam os filhos, estes os pais, os irmãos as irmãs, os maridos as mulheres" é motivo de áspera condenação. Vivos com "semblantes horríveis" e estropiados deixados ao abandono formam a paisagem humana da cidade em ruínas. "Os familiares mais próximos eram incapazes de se ajudar", acrescenta Thomas Chase. E como poucos se achavam dispostos a cuidar dos feridos, estes, em desespero, chegavam a desejar a morte. Isso mesmo se passou com Thomas Chase que, receando ter sido abandonado, "na maior agonia de corpo e espírito", tenta atirar-se de uma janela "para acabar de imediato com as [suas] excessivas misérias", conforme confessa. Pouco depois, pede a um amigo que, não podendo transportá-lo para outro local, ponha termo àquela "agonia


lenta", convidando-o assim a ajudá-lo a morrer mais depressa. A tentação do suicídio aparece, neste quadro, como último remédio contra o sofrimento invencível. Esta reacção, sendo circunstancial, não deixa, em todo o caso, de exprimir um modo de compreensão diverso das fatalidades da vida. 🦄 Depois de passada a tormenta, os reencontros eram sentidos de forma não menos apocalíptica. Cada sobrevivente – diz o autor da carta que temos vindo a referir – "considerava o outro como de algum modo ressuscitado dos mortos". Na ocasião, todos "tinham uma salvação a relatar". Mais tarde, muitos fiéis acabariam mesmo por narrar visualmente essas histórias em ex-votos alusivos a curas milagrosas, protecções celestiais e prodigiosas recuperações de indivíduos soterrados com vida, como acontece, por exemplo, com o magnífico ex-voto que ilustra a promessa feita a Nossa Senhora da Estrela por um pai que conseguiu resgatar das ruínas a sua filha com vida. 🦄 Muito antes de *The Gentleman's Magazine* ter publicado, entre Fevereiro e Abril de 1813,





EX-VOTO DEDICADO A NOSSA SENHORA  
DA ESTRELA NARRANDO O REGATE DE UMA CRIANÇA  
SUBTERRADA ENTRE OS ESCOMBROS  
Óleo sobre tela  
M. C.

a famosa narrativa de Thomas Chase, em pequenos folhetins, já o jornal *Hannoversches Magazin* havia popularizado, em 1779, um conjunto de dezenas de cartas supostamente escritas por comerciantes “da cidade de H.”. Esta inicial remete, com toda a probabilidade, para Hamburgo, de onde provinha a maior parte dos membros da comunidade germânica que, como se sabe, representava, depois da feitoria britânica, uma das mais ricas colônias de estrangeiros residentes em Lisboa. Elaborada no seio de uma casa comercial cuja identidade se desconhece, esta epistolografia hológrafa – tal como é divulgada no referido periódico – reveste um duplo interesse. Por um lado, mostra a intensa repercussão que o terramoto teve na Alemanha e, por outro, representa um exercício de ficção em torno de um acontecimento excepcional que dá vida, no plano literário, a velhos mitos e visões fantásticas. Escritas a várias mãos, por um negociante alemão e seus empregados, as cartas falam de uma série

de experiências insólitas, de incivilidade e de loucura colectiva. perante a inversão geral de atitudes e valores que emergem em situação de catástrofe, o negociante que se apresenta como o principal narrador descreve o furor da multidão excitada pela pregação apocalíptica do clero. Num cenário em que o povo se apodera da cidade arrasada, algumas mulheres dão à luz, à vista de todos e sem condições. Acreditando estar rodeado de “mil selvagens”, recria cenas de desobediência de gente comum, em rebelião contra os soldados que participam nas operações de rescaldo, e atribui um sentido milenarista às frenéticas movimentações de fuga dos populares que clamam por justiça divina. Espectador de um teatro do mundo ao contrário – que ele próprio imagina –, confessa-se em transe, tal como as suas personagens: “Transpiro fortemente, estou a suar [...] estou de tão apavorado que não consigo dormir nem comer”, escreve numa carta supostamente datada de 2 de Novembro, e que a *Hannoversches Magazin* publicou vinte e quatro anos depois do terramoto [Lüsebrink, 1999, p. 310].  Um brutal episódio punha a nu a violência latente do presente e do passado colectivo da Europa, revivido de forma imaginária e estranhamente próxima. Em todos os desenvolvimentos textuais a que deu azo é surpreendente a capacidade de interpelação do acontecimento. Neste capítulo, o lugar que o terramoto de Lisboa – como ficou para sempre conhecido – ocupa na correspondência de homens cultos e grandes vultos das letras

européias é, desde logo, muito elucidativo. De Paris a Londres, de Lisboa a Roma, de Göttingen a Berna, de Genebra a Viena, de Berlim a São Petersburgo, passando por Sevilha, Dublin, Liège, Hamburgo, Leipzig e outras cidades, o terramoto faz verter muita tinta, proporcionando comentários, pensamentos e trocas de experiências no plano das relações epistolares. Por toda a parte, em privado, homens e mulheres famosos lançam no papel as suas primeiras impressões. Neste grupo, entre assinaturas conhecidas contam-se as de Voltaire, Rousseau, Diderot, Grimm, Kant, Horace Walpole, Pope, Swift, Galliani, Ribeiro Sanches, Albrecht von Haller, Georg Zimmermann, Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia, Lady Montagu, Mme du Deffand, Mme de Grafigny, Mme de Staël, Wieland, Edwald von Kleist e de outras figuras igualmente marcantes. 🐞 Deixando para mais tarde o tratamento das questões filosóficas e dos traços de sensibilidade que singularizam as correntes de opinião do Século das Luzes e que antes de virem a lume já se encontram nas cartas dos seus principais interlocutores, fixemos, por agora, o sentido que o terramoto adquire na vastíssima correspondência do grande fisiologista e poeta

Albrecht von Haller. Sobre o assunto troca informações com outros médicos e naturalistas, nomeadamente com Charles Bonnet, em Genebra, Abraham Gagnebin, em La Ferrière, Johannes Gessner, em Zurique, Bernard Jean François Ricou, em Bex e, entre outros, com Georg Zimmermann, em Brugg. A 15 de Dezembro de 1755, este último escreve-lhe nestes termos: “Não posso pensar nesta terrível catástrofe sem horror. E tu, o maior poeta do nosso tempo, como homem de extraordinária sensibilidade, qual é a tua impressão? Como interpretas estas últimas notícias e que pensamentos elas te inspiram? Por favor, dá-me a conhecer os melhores trabalhos que têm sido escritos sobre o tema dos terremotos” [Stuber, 2003, p. 175]. 🐞 Ignoramos as respostas de Haller mas, indirectamente, não é difícil perceber a sua posição. A partir das observações que lhe são enviadas por diversos observadores e das leituras que faz das teorias em voga para explicar os sismos, Haller assume uma atitude de ponderado cepticismo acerca das causas naturais dos terremotos. Em carta dirigida a Bonnet, em 1756, diz que receia que jamais se venha a encontrar “uma explicação racional para os terremotos.” Para o famoso e informado fisiologista, a teoria do ar comprimido e das explosões subterrâneas em cavernas profundas no interior da Terra – que, tendo a sua matriz na física aristotélica, se estava a reescrever no século XVIII, à luz das novas leis da Física e de surpreendentes experiências químicas – não passava de uma hipótese muito improvável. E discute essa opinião com o professor Samuel Christian Hollman, de Göttingen, e com o físico alemão Carl Gottlob Sprinsfeld, anos mais tarde, na sequência do terramoto



de 1774 sentido na Suíça, quando já muitos autores se inclinavam para a tese das descargas eléctricas no subsolo, tal como o haviam admitido Benito Feijoo, William Stukeley e Andrea Bina, na sequência do terramoto de 1755. 🍁 Em Berna, o célebre fisiologista Haller apercebe-se do que se passa em Lisboa, informa-se e discute ideias com outros sábios europeus recorrendo aos mesmos meios que, em qualquer parte, os filósofos das Luzes utilizavam, isto é, as cartas, jornais, livros e anotações. No seu espólio epistolar, 47 cartas, metade das quais reportadas a 1755-1756, versam sobre o impacto causado pelo sismo de Novembro. Na sequência dos registos e reflexões que compilou, Haller escreveu um artigo intitulado “Notícias da Suíça acerca do terramoto”, que foi publicado pelo *Göttingische Gelehrte Anzeigen*, em 6 de Março de 1756. No mesmo jornal, Haller tinha já dado a conhecer, em 12 de Janeiro de 1756, umas observações sobre a subida do nível das águas na região de Lucerna, nos dias imediatos a 1 de Novembro. Na sequência dos pequenos abalos sentidos na Suíça a 9 de Dezembro de 1755 e 2 de Janeiro de 1756, retoma a comunicação com o físico e literato Georg Zimmermann. Nestas cartas trocam-se ideias e versos. Haller, homem culto, poeta e amante das Belas-Letras, é convidado a apreciar, criticamente, os dois poemas sobre o terramoto de Lisboa, que o amigo lhe envia, em borrão. Por iniciativa do seu correspondente, tem igualmente acesso à carta do enviado dos Países Baixos em Portugal, Bosc de la Calmette, na qual este narra o seu próprio salvamento a um membro do governo de Zurique, “favorito da pátria e das musas”. 🍁 Literariamente expressivas mas

não superiores, as composições de Zimmermann impõem-se, sobretudo, pela força filosófica-teológica da sua mensagem moralizadora e pietista. O sentido culpabilizante da humildade cristã é exaltado perante o espectáculo convulso da natureza que, na pena do poeta, ganha a dimensão de prelúdio do fim dos tempos. Num dos fragmentos de “Gedanken bey dem Erdbeben das den 9. Christmonat 1755 in der Schweiz verspühret worden”, enviado por carta a Haller, este pode assim ler, em primeira mão, a inquietante visão de algo que estava para além daquilo que os olhos poderiam contemplar:

“A FORÇA DO CENTRO DA TERRA IRROMPE DOS ABISMOS,  
DO FUNDO DAS TREVAS ATÉ DA LUMINOSIDADE O EXTREMO  
.....  
O GLOBO RASGA-SE. SEUS ESCOMBROS AS NAÇÕES SOTERRAM:  
UM FAVOR JAMAIS SENTIDO DOS POVOS SE APODERA:  
.....  
DESEPERO, DESDITA E AFLIÇÃO, DO HOMEM SÃO  
O DESTINO AGORA:  
ASSIM SE ANUNCIAM, TALVEZ, POR MEIO DE UM BRILHO BAÇO,  
OS DERRADEIROS TEMPOS: COMO SERÁ A SUA VINDA?”

# DISCURSOS E NARRATIVAS DA CATÁSTROFE

É impossível conhecer, com precisão, tudo o que se publicou à escala europeia sobre o terramoto de 1755, mas calcula-se que as tipografias de todos os países produziram, em conjunto, milhares de impressões e centenas de títulos alusivos ao acontecimento. Respondendo a gostos de leitura claramente firmados, as *relações de sucessos* corporizam a visão comum do acontecimento e as reacções que ele provocou. Neste género cabe todo o tipo de textos circunstanciais, anónimos ou não, em verso ou prosa – alegadamente noticiosos –, impressos em papel grosseiro, dobrado em cadernos de pequena dimensão e taxado a preços baixos. 🐛 Género literário menor, pronto a acolher situações imprevistas e desastres de todo o tipo, as *relações de sucessos* aprimoram a linguagem patética em relatos caracteristicamente distorcidos, omissos, fantasiosos, descuidados, incertos, de vida curta e escrita rápida. A grande difusão e consumo das *relações de sucessos* alusivas ao terramoto e suas consequências explica-se, por um lado, pela força da mensagem que as suporta e, por outro, pelas crenças, sentimentos e visões do mundo da maioria dos leitores do século XVIII. No fundo, estamos perante uma literatura coerente com a sua matriz sensacionalista e que se alimenta a si própria com novos e exuberantes motivos de prosa, vulgarmente apresentados como: “fiel relação”, “nova e fiel relação”, “descrição”, “notícia”, “carta”, etc. O facto de reportarem acontecimentos reais não afiança a vera-

cidade das chamadas *relações de sucessos* que exageram, falseiam e distorcem para mais facilmente agradarem aos seus leitores. Neste aspecto são, portanto, um bom barómetro para o estudo das mentalidades colectivas e para a avaliação dos gostos e sensibilidades comuns. 🐛 Em Portugal, Espanha e Inglaterra o pico mais alto deste tipo de publicações ocorre em 1756. À escala europeia, numa pequena amostra de 107 títulos diferentes publicados entre Novembro de 1755 e Dezembro de 1757, topam-se 51 locais diferentes de edição. Lisboa e Sevilha, as cidades mais duramente atingidas pela catástrofe e, portanto, com maior número de tipografias destruídas ou danificadas, produzem, em conjunto, mesmo antes de findar o ano de 1755, cerca de setenta títulos. 🐛 Por toda a parte, os textos de maior repercussão começam a surgir, em catadupa, no ano imediato à catástrofe. Em Madrid, vem a público a *Disertación física* de D. Francisco Martinez Moles, e a *Explicación física y moral de las causas, señales, diferencias y efectos de los terremotos*, do periodista Nifo; em Granada, a *Memoria sobre los terremotos*, de José Ponce de León, e a *Disertación física y reflexiones curiosas*





sobre el terremoto, de José Aparicio Morata; em Toledo, *El terremoto y su uso*, de Juan de Zuñiga, logo traduzido para português; em Valência, a *Carta apologética en que se explican las verdaderas causas naturales del terremoto*, de Domingo Morico; em Salamanca, as *Lecciones entretenidas y curiosas, fisico-astrologicas o metereologicas sobre a generación, causas e señales de los terremotos*, atribuídas a Isidoro Ortiz Galhardo, também editadas em Sevilha, onde continuavam a correr os populares sermões de Francisco José de Olazábal e os versos de Gerónimo Maria Muñiz. Envolto em escândalo, entre críticas e aplausos, surge um dos textos mais relevantes produzidos pela Ilustração espanhola: o *Nuevo systema, sobre la causa physica de los terremotos, explicado por los phenómenos eléctricos, y adaptado al que padeciò España en primero de Noviembre del año antecedente de 1755*, do padre Feijoo, que, à semelhança de William Stukeley, propõe uma teoria fundada na Electricidade para explicar a origem natural e a propagação dos terremotos. Depois das cartas de Feijoo – reunidas e publicadas, a primeira vez em


Cádiz por Juan Luis de la Roche, com a censura dos eruditos sevillhanos membros da Academia de Belas Letras, José Cevallos e Francisco Buendia – o *Nuevo systema* desencadeou uma forte contestação por parte dos sectores ultramontanos. 🐛 Em Portugal, onde a obra de Feijoo circulou sem entraves, saíram dos prelos 125 títulos alusivos ao terramoto, em formatos que vão do in 4º ao in 12º. Neste acervo pontificam as *relações de sucessos*, os tratados ou dissertações. Se juntarmos a este acervo de obras os

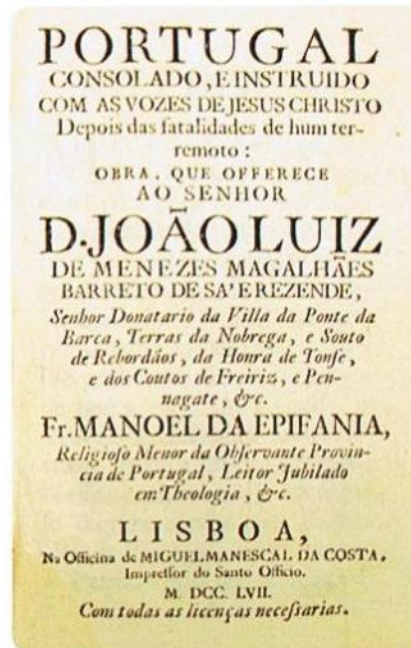
inúmeros relatos de fenómenos naturais catastróficos ou prodigiosos ocorridos em diversas partes do mundo, ficaremos, talvez, com uma imagem aproximada das leituras sensacionalistas do público que, maioritariamente, encontrava motivações comuns, de natureza divinatória e mágico-religiosa, nos mais insólitos, esquisitos e devastado-

EX-VOTO DEDICADO A NOSSA SENHORA  
DA PENHA DE FRANÇA E ALLUSIVO À CURA MILAGROSA  
DE UMA MULHER QUE SOBREVIVEU  
AO TERRAMOTO DE 1755  
Óleo sobre tela  
M. C.



res fenómenos da natureza. Estes folhetos de poucas páginas, vendidos com ou sem ilustrações, inundavam as bancas dos cegos, nas ruas e praças da cidade em ruínas. Corriam ainda de mão em mão, por esmola, ou a troco de poucas moedas dadas a um livreiro, confraria, igreja ou convento, papéis avulsos com cédulas, bênçãos, registos de santos *pro tempore terraemotus* e “livrinhos prodigiosos” com orações, novenas e estórias milagrosas. A *Gazeta de Lisboa* publicita alguns destes objectos impressos, fazendo alusão, a 29 de Julho de 1756, tanto a dádivas de “papéis preciosos contra a morte súbita”, como a benefícios para os que lessem a obra acabada de sair, intitulada *Precauções Medicas contra algumas remotas consequencias, que se podem excitar do Terremoto de 1755*, de José Alvarez da Silva, anunciadas, em simultâneo com a *Dissertação Philosophica sobre o Terremoto*, de Veríssimo Moreira de Mendonça, em 27 de Maio de 1756. Se reuníssemos toda esta massa imensa de impressos – alguns deles irremediavelmente perdidos –, concluiríamos que muito sangraram os prelos portugueses, sobretudo os lisboetas, nesta ocasião.

 O boom editorial português tem Lisboa como palco. Dos 125 títulos alusivos ao terramoto que analisámos, 75% vieram a público no quinquênio imediato ao terramoto e cerca de 87% tiveram a sua primeira edição em improvisadas oficinas tipográficas da capital. Se tivermos em conta que a rede de produção e comércio livreiro na cidade de Lisboa tinha o seu núcleo forte na zona da Baixa, distendendo-se pelas colinas da Sé e de Santa Catarina, ou seja, pelas freguesias mais danificadas pelo sismo, compreende-se o notável impul-



so dado ao funcionamento de muitas oficinas tipográficas. A título de ilustração, refira-se que a casa dos irmãos Bertrand, à rua direita do Loreto, ficou totalmente destruída. Neste quadro, a forma improvisada de nomeação de impressores em muitas portadas de obras publicadas nos anos imediatos a 1755 capta-se em referências como estas: “na oficina junto a S. Bento de Xabregas”, “na oficina junto ao Beato António”. Em ambos os casos, a proximidade de um convento e de uma igreja fazem supor a colaboração ou mesmo a iniciativa de eclesiásticos neste rol de publicações, em que também se destacam

tipografias preferenciais, como as de Miguel Rodrigues e Miguel Manescal da Costa, impressores, respectivamente, da igreja Patriarcal e da Inquisição. Alguns folhetos correram sem licenças de impressão, por ausência pontual de mecanismos de censura. A Inquisição, que continuou a exercer o controle sobre a importação, comércio livreiro e edição de impressos, por edital de 8 de Outubro de 1756, proibe o *Discours Pathétique, au sujet des calamités arrivés en Portugal*, de Francisco Xavier de Oliveira, e a *Relation Historique du tremblement*



*de terre survenu a Lisbonne le premier Novembre 1755*, de Auge Goudar. Estas e outras proibições tiveram um efeito reduzido. As obras estrangeiras, especialmente as que foram alvo de censura, correram, facilmente, em Portugal. Os *Poèmes sur la Religion Naturelle et sur la destruction de Lisbonne*, de Voltaire, circularam nas suas duas versões: uma sem indicação de local e editor, e outra na edição de Genebra de 1756. Posteriormente, entraram no mercado livreiro novas edições do *Poème sur le Desastre de Lisbonne*, supostamente publicadas em Paris e Amsterdão. Porém, só em 1803 aparece a primeira refutação pública, redigida em português, a esta obra de Voltaire. Trata-se da *Lisboa Destruída*, do oratoriano Teodoro de Almeida. Este longo e entediante poema em seis cantos abre com uma "Ode à Religião Christã". Teodoro de Almeida, assumindo a perspectiva apologética de um espírito crítico sensível à ortodoxia católica, condena o cepticismo, discute os limites da filosofia natural e ataca violentamente o deísmo, com alusões directas a Pope e a Voltaire do *Poème sur le Desastre de Lisbonne* e de *Candide, ou l'Optimisme*. Diferido no tempo, este confronto de posições envelhece um tema que estava na ordem do dia em 1755 e que, na altura, foi objecto de condenação pública da Inquisição. Na proximidade do acontecimento, os folhetos e livros vindos a público respondem a um conjunto amplo de inquietações e problemas, consentâneos,

216  
 O nosso Ministerio se acha occupado em examinar o valor das prezas feitas aos Prussianos, no tempo da ultima guerra, para ajustar a somma que se deve pagar aos proprietarios, para resarcimento da sua perda. Corre a voz de que as tropas *Hassianas* desembarcaram ja a 10 deste mez em *Sautampton*. O Almirante *Boscawen* anda cruzando na altura de *Brest*, com 18 naus de linha, e muitas fragatas; e tem escrito ao governo, que há naquelle porto onze naus de linha prontas a fazer-se á vela, e que elle está disposto a atacalas, tanto que sahirem ao Mar. Do Almirante *Bing* se ignora em que parte do Mediterraneo se acha. Corre a voz de haver elle chegado a 29 de Abril a *Porto Mahon*, mas ninguem lhe dá credito. A sua esquadra que nam consiste mais que em 10 naus de linha, se devia ajuntar com a de *Mrsr. Edgetombe*, que se compoem de huma nau de 60 pegas, de duas de 50, hum de 40, e duas fragatas de 20, e duas chalupas. As ultimas Cartas de *Paris* confirmam, que este Commandante se retirou de *Porto Mahon*, assim q̃ a Armada Francesa chegou a *Citadella*.

**ADVERTENCIAS.**  
*Imprimiu se novamente hum papel intitulado Nova, e fiel Relaçam do Terremoto, que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1. de Novembro de 1755. com algumas observações curiosas, e a explicação das suas causas. Venda-se na loja de Manuel da Conceição, Mercador de livros na rua direita da Esperança junto ao Povo dos Negros, e tambem huma boa porçam de livros de Historia, e Filosofía, Theologia, e de outras facultades.*  
*Fica-se imprimindo huma Relaçam do Combate Naval succedido no Mar Mediterraneo no dia 20 de Mayo proximo entre huma esquadra de Naus Francesas Commandada pelo Marquez de la Galissoniere, e huma esquadra de naus Inglezas Commandada pelo Almirante Jorge Bing, e se achará nas partes donde se vendem as Gazetas.*

Num. 26 217

# GAZETA DE LISBOA

Cô Privilegio de Sua Mag.



Quinta feira 15 de Julho de 1756.  
 FRANÇA *Paris 12 de Mayo.*

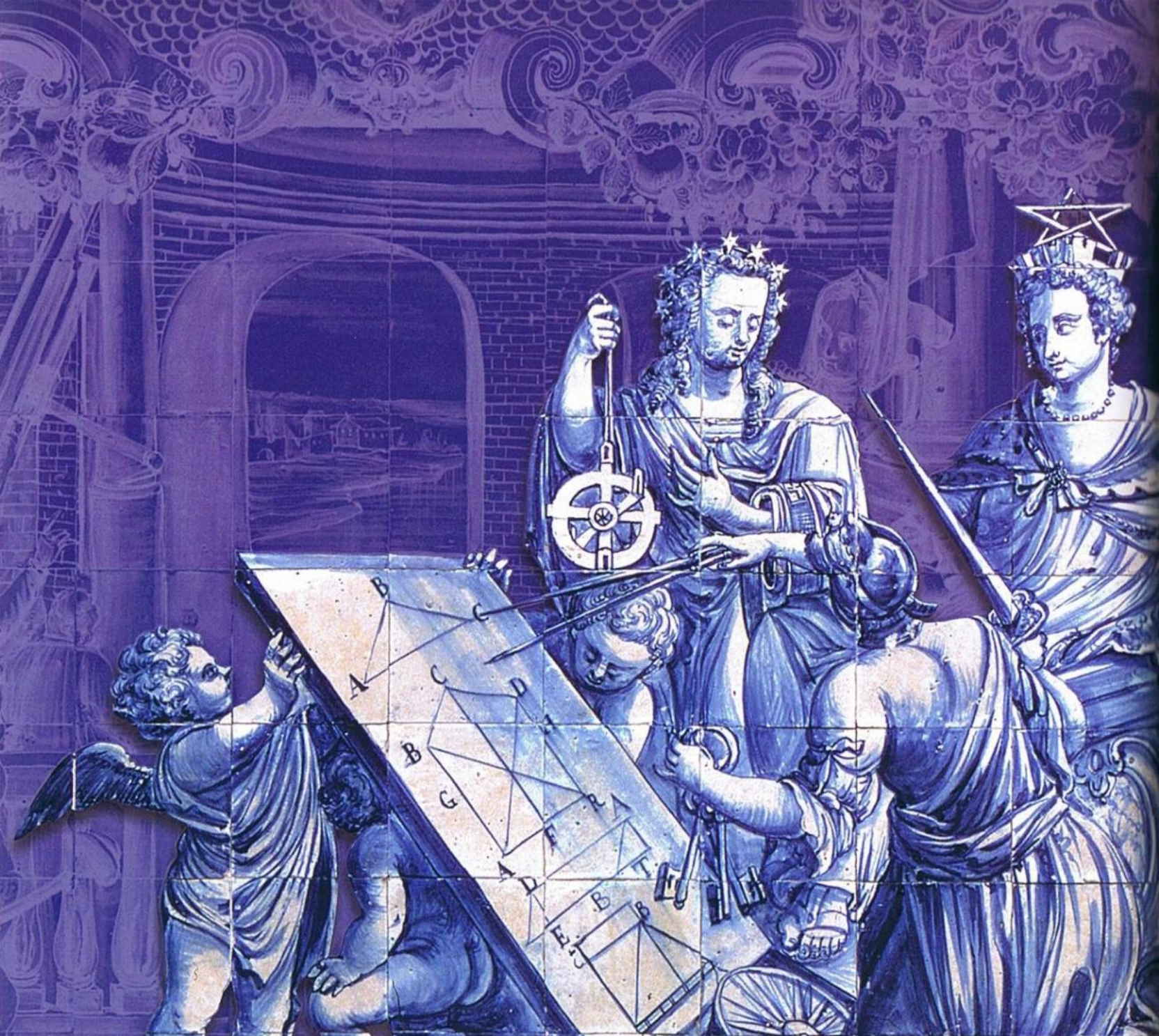
**A** confusas noticias, que se receberam do sucesso da expedição de *Porto Mahon*, sem o Povo desta Cidade descontente. Os vizos de *Menorca*, por via de *Marselha* nam dam todas as clarezas que se desejam; mas he certo, que a Corte nam ignora a situaçam, e progressos dos *Franceses*, e da em que se abriu a trincheira contra o Forte de *S. Filipe*; ainda, que se devemos dar credito ao que se escreve em muitas Cartas, nam estava aberta até 30 de Abril. He sem duvida, que as preparaçens do sitio pedem muito tempo; que o transporte da artilharia hade haver sido dilatado, e penoso; que foi preciso reparar os caminhos, que os Ingлезes tinham destruido; e que as nossas tropas foram obrigadas a dispor huma quantidade de perrechos deffensivos, para cubrir os trabalhadores.

Ec

ANÚNCIO DE LIVROS E FOLHETOS SOBRE O TERRAMOTO NA GAZETA DE LISBOA DE 15 DE JULHO DE 1756  
 BGLAC

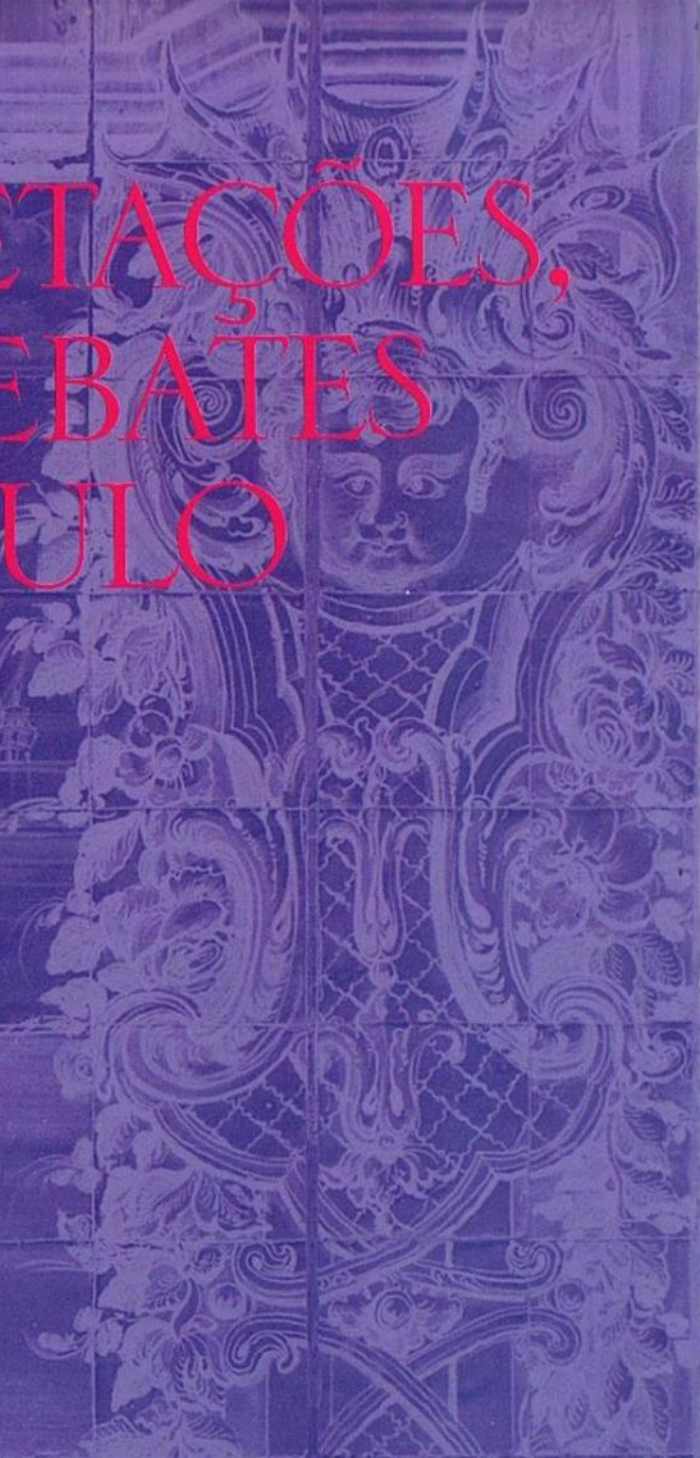
no essencial, com as clivagens e disputas filosóficas que caracterizam a cultura das Luzes. Na verdade, a celebração literária do terramoto vem reforçar a dimensão europeia de um problema sentido e discutido pelo povo, evocado por diversos porta-vozes culturais e motivo de arrastadas polémicas filosóficas. Dando a ver e a ler ancestrais representações de carácter mágico-divinatório, a percepção da catástrofe atravessa o universo do conhecimento e da crença, da moral e da filosofia. Dito de outro modo, a especialização da literatura sobre o terramoto de Lisboa condensa, nos seus diversos enunciados, as questões-chave da modernidade. Responde circunstancialmente a

uma moda de leitura, permite repensar a periodização da História da Europa e desencadeia um conjunto vasto de problemas de alcance filosófico, religioso e moral. Desde logo, o terramoto torna-se um óptimo pretexto para pôr a ridículo vaticínios, prognósticos e profecias. Porém, a clarividência de uns não obstava ao delírio de outros que teimavam em associar terramotos a cometas, de forma obsessiva e a pretexto de visões terríficas.



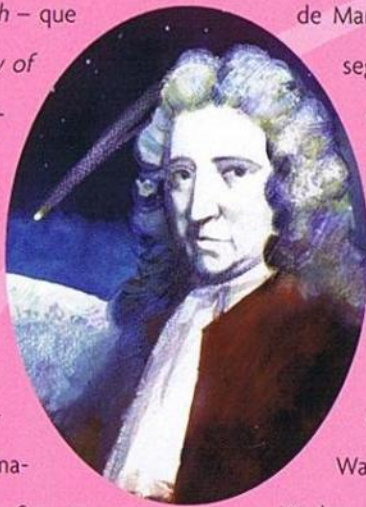


# INQUIETAÇÕES, UTOPIAS E DEBATES DO SÉCULO



# COMETAS, PROFECIAS E TERRAMOTOS

Na passagem de um cometa, os presságios de infortúnio não eram apenas apanágio da “plebe ignorante”, “muitos doutos” sustentavam as mesmas ideias. Em termos próximos, os abalos sísmicos de Fevereiro e Março de 1750, ocorridos em Londres, facilitaram a divulgação de profecias milenaristas e relatos visionários. Os fatídicos prognósticos de Thomas Burnet e William Whiston, baseados, respectivamente, em *Sacred Theory of Earth* – que ia já na 7ª edição em 1757 – e em *A New Theory of the Earth*, editado, a primeira vez, em 1708, alarmaram a população londrina. Whiston, sucessor de Newton na Universidade de Cambridge, deu particular ênfase a alguns sinais precursores de grandes catástrofes observáveis, no céu e na terra. Para este autor, a passagem de um cometa e a ocorrência de um sismo susceptível de desmoronar “uma eminente cidade” deviam ser tomados, também, como prelúdio do fim dos tempos. Se, em 1750, as suas ideias subjugaram muitos espíritos, cinco anos depois elas voltariam a reaparecer com idêntica força. Novos rumores foram postos a circular, nomeadamente por Peter Peckard que, no rescaldo do terramoto de Lisboa, escreveu *A Dissertation on Revelations* (1756).  Entretanto, o famoso cometa Halley – que



alguns autores relacionaram com os sismos de Londres e cuja passagem, em 1682, ficara registada nos anais da Academia Real de Londres e no calendário astrológico da Real Academia das Ciências de Berlim – tinha, bem ou mal, a sua trajectória traçada. Vários astrónomos e matemáticos previram o seu reaparecimento por volta de 1757-1758. Nesta conjuntura, dominada por expectativas contraditórias e algum pavor, surge, primeiramente em Inglaterra, uma série de prognósticos astrológicos de cunho milenarista. Um dos mais conhecidos, incluído no *Monthly Catalogue*, de Março de 1756, abre com “Os Prodigiosos sinais da segunda vinda de Cristo, considerados com serenidade”. Trata, por exemplo, das “Observações acerca das profecias bíblicas, por ser aparente o paralelo com os sinais do presente”. E dá também uma “Breve notícia sobre o grande cometa, esperado, segundo Sir Isaac Newton e outros eruditos, em 1757 ou 1758”. Idênticas preocupações atravessam os sermões de John Wesley, R. Watkins, Thomas Hartley, Thomas Alcock, William Warburton e outros pregadores inflamados. O metodista John Wesley chegava a interpelar directamente os seus seguidores com esta pergunta: “Se não se deixam abalar por um terramoto,

HALLEY  
Desenho de  
José Luis Tinoco, 1986

ASTRÓLOGO E SEU CLIENTE  
ESPECULAM SOBRE A ORIGEM  
E SIGNIFICADO DO COMETA  
1596



104

# SERIOUS THOUGHTS

Occasioned by the late

# EARTHQUAKE

A T

# L I S B O N.

---

*Tua res agitur, paries quum proximus ardet.*

---

The SECOND EDITION.

---



---

L O N D O N :


Printed in the Year M.DCC.LV.


[ Price Six-Pence. ]


o que pensam de um cometa?" A questão aparece inscrita na sua terrífica compilação *Serious Thoughts occasioned by the late Earthquake at Lisbon*, publicada a primeira vez em Londres em 1755 e da qual se fizeram 7 edições distintas. 🐉 A avaliar pelo sucesso editorial de tais escritos, poucos terão sido aqueles que, no século XVIII, o Século das Luzes, passaram ao lado dos terrores supersticiosos alimentados e propalados por tão atormentados espíritos. Em Inglaterra, que nos serve aqui de termo de comparação, o bispo de Exeter, George Lavington, condenou veementemente toda a sorte de previsões e prognósticos difundidos pelo clero. A mesma atitude esclarecida teve o arcebispo de Canterbury. Na sociedade civil, a crítica à idolatria e à superstição é suportada por Samuel Johnson, Bolingroke, Horace Walpole, Samuel Richardson, entre outros autores [Kendrick, 1956]. 🐉 Em Portugal, a refutação esclarecida dos profetas da desgraça tem como alvos os sebastianistas, cujos erros são analisados no plano político, e, sobretudo, os supersticiosos ou idólatras, persistentemente combatidos no plano filosófico. No primeiro caso, o discurso é paradigmaticamente sustentado pelo abade Platel, figura próxima do

ministro Sebastião José de Carvalho e Melo que, a coberto do pseudónimo Epicúrio Alexandrino, escreve a *Carta em que se mostra a falsa profecia do terremoto do primeiro de Novembro de 1755* para “sossego da Republica, crédito da pátria e respeito do trono”. E embora o fantasma do sebastianismo aflore episodicamente noutros textos, em cartas, sermões e discursos de cunho moral, são os “erros” do povo, isto é, as superstições do vulgo que mais inquietam os sectores ilustrados. O autor anónimo do *Juízo Critico em que se persuade a falacia dos vaticinios do homem chamado vulgarmente o profeta de Leiria* assesta baterias contra os insensatos que julgam ter um “telescópio” capaz de sondar os “arcanos da Providência”. Nestes termos acaba por convocar, discretamente, para o debate algumas das ideias expandidas por Pierre Bayle em *Pensées diverses sur la comète* (1682-83), fazendo crer que tão condenável é imaginar os designios de Deus através dos astros como suspeitar que Ele faz milagres e opera prodígios. Na mesma linha se coloca o autor anónimo da *Relaçam notavel de hum cometa, que novamente appareceu em Africa sobre a praça de Tangere* (1757). Aqui ironizam-se especialmente os filósofos

pouco versados em coisas naturais, para quem tudo é mistério. A crítica à astrologia funda-se na convicção de que a Natureza, indiferente ao seu Criador, funciona por si e de acordo com leis científicas. Escudado na leitura de Bayle, o autor admite que as superstições subvertem a palavra revelada, a ordem das religiões e manifestam-se, em tudo, contrárias à fé. Deste ponto de vista, a idolatria representa uma verdadeira afronta a Deus. Os seus efeitos são nocivos à sociedade, porque da idolatria promana a irracionalidade e a violência, e são também intoleráveis para a Igreja, porque ridicularizam os atributos da divindade. No plano filosófico a pugna contra as falácias da astrologia é igualmente retomada por Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo num texto metódico e exemplar de crítica ilustrada, intitulado *Conjecturas de vários philosophos acerca dos cometas, expostas e impugnadas* (1757). Para contrariar a crença no poder dos astros e o receio de calamidades previstas aquando da passagem dos cometas, o autor que escreve a *Relaçam notavel de hum cometa* (1757) evoca, especialmente, o cepticismo crítico de Benito Feijoo e as suas reflexões sobre astrologia e sobre profecias, inscritas no *Teatro Critico Universal*. Neste registo, o tema concitou ainda a atenção de outros autores, com destaque para Bento Morganti e Pedro Norberto Aucourt de Padilha que, nos *Efeitos raros, e formidáveis dos quatro elementos*, menciona a falsa profecia do terramoto de 1755 atribuída a madre Maria Joana, freira do convento do Louriçal. As arrepiantes manifestações de idolatria que leigos e religiosos


protagonizavam são ainda retomadas na *Refutação de alguns erros que com o falso e fantástico nome de profecias ou vaticínios se divulgam e espalham*. O seu autor coloca no mesmo plano as explicações providencialistas do terramoto e os prognósticos passados e futuros sobre desastres naturais. Contrariando as verdades do senso comum, assenta que, se Deus, com o terramoto, quis punir os fiéis pelos seus pecados, não havia maneira de provar que as exuberantes manifestações de penitência produzissem efeitos visíveis. A repulsa crítica perante o fanatismo substancia, igualmente, uma tomada de posição fortíssima contra os autores e propagandadores dessas profecias: “É tal a nossa desgraça” – diz o autor anónimo da *Refutação* – “que ainda se não tem visto a maldade de todo desvanecida.”  Apesar das críticas, generalizar-se a crença de que a passagem de um cometa prenunciava calamidades futuras. Aproveitando o início da guerra que viria a chamar-se dos Sete Anos (1756-1763), este tipo de presságios ganha um acento mais secular. Isso mesmo se observa na obra intitulada *Theatro Universal de Novidades Politicas e Marciaes, e Elementares e Prognóstico para o anno de 1757*, de Francisco Carlos da Silva,


astrólogo que se faz passar por professor de Matemática. Este autor não só pressagia o envolvimento de Portugal no conflito europeu como alerta o povo para as dificuldades e misérias que, segundo as suas previsões, se aproximam.  Coincidindo com a passagem do cometa Halley, Francisco Henrique Ahlers publica, em Lisboa, a *Instrução sobre os corpos celestes, principalmente sobre os cometas* (1758). Com o objectivo de dissipar medos e desconfianças relativas à funesta passagem do cometa, Ahlers sustenta, com base em cálculos e observações rigorosos, que os cometas são corpos celestes com uma cauda comprida, brilhante, que “se dissolvem, quando desaparecem, mas se desviam para tão remota distancia, que não pode haver telescópio capaz de os descobrir”. Elucida os leitores portugueses sobre a sua constituição, características e órbitas, fornecendo desenhos e perspectivas destes corpos em movimento. Critica a suposta influência dos cometas na vida dos homens e das sociedades, contrariamente, “a vulgar credulidade” e recorre à história para demonstrar que, na Europa, jamais os cometas haviam provocado funestas consequências. Em 1759 surge uma *Cronologia dos Cometas [...] desde o anno de 480 do nascimento de N. S. J. Christo até ao tempo presente*, com informes estrangeiros coligidos a partir de fontes credíveis. Acompanhando a divulgação do tema, o padre Teodoro de Almeida, no sexto volume da *Recreação Filosófica* (1762), analisa os cometas como corpos físicos, inteiramente naturais que se movem, perpetuamente, descrevendo órbitas excêntri-

cas. Para além da lição dos livros, Teodoro de Almeida desloca para o plano empírico as questões relacionadas com o brilho, poeiras e outros dados por si observados em 1759, no gabinete físico e astronómico do Convento das Necessidades. Tendo presente a lição de Pierre Bayle, mas sem nunca o evocar, o oratoriano, numa atitude igualmente moderna, converte a filosofia natural em nova pastoral do mundo, alargando, a partir da matemática dos céus, o espaço de contemplação de Deus.  Mais perscrutante e duradoura é a resposta dada, no tempo, por Ribeiro Sanches aos enigmas da Terra supostamente anunciados nos movimentos dos astros. Sabe que a matéria dos céus e da terra obedece às mesmas leis científicas e atribui à ignorância do homem o medo que sente em relação à fragilidade do chão que pisa. Por isso, escreve nas *Considerações sobre os Terramotos* (1756): “Antes de dois séculos todos os cometas eram tantos agouros de mortes de príncipes, de guerras, e da destruição dos Estados adonde se observavam: conhecida a causa por aquele insigne filósofo e astrónomo Isaac Newton, olhamos hoje estes corpos celestes com a mesma serenidade com que contemplamos a Júpiter ou a

Saturno.” E, colocando a autoconfiança da Razão ao serviço do progresso da ciência, afirma peremptoriamente: “Um eclipse da Lua ou do Sol não nos atemoriza, porque sabemos a causa; [...] se soubéssemos tão bem a causa dos terramotos, como sabemos a dos ventos, das trovoadas e dos trovões não teríamos, pode ser, estes notáveis movimentos da Natureza por castigo do céu, nem teríamos deles prognósticos para a nossa total ruína.”

# MEDO E SUPERSTIÇÃO

O medo irracional do povo, em parte estimulado pelo fanatismo religioso, aflora a cada passo na literatura portuguesa sobre o terramoto. Tremer e temer tornam-se sinónimos. A leitura do momento, organizada pelo providencialismo católico, inculca um forte sentimento de culpabilização. A palavra de Deus, tomada como extensão da Terra em furor, tinha um duplo significado, punitivo e misericordioso. Gabriel Malagrida, por exemplo, assegurava, no *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto* (1756), que só por castigo a face da onipotência divina se tornara tão horrenda. Hereges, judeus e católicos, todos eram responsáveis pela vingança implacável de Deus. A causa próxima do flagelo radicava, em seu entender, nos mundanos e profanos modos de vida urbana, com os seus “teatros, as musicas, as danças mais imodestas, as comedias mais obscenas, os divertimentos, as assistências aos touros, sendo tanto o concurso, que enchiam as praças, e as ruas todas; e nas igrejas, nas festas sagradas, nos sermões, nas missões apostólicas, por mais fervorosas que fossem não aparecia uma alma”. Lado a lado com a lastimosa imoralidade colocava-se o comportamento dos poderosos – encarados como “profanadores dos templos”, nas palavras do pregador –, para os quais reclamava a mão pesada de Deus.  Outros oradores, disputando a fama do célebre jesuíta, foram ouvidos e idolatrados pelo povo. Cabem neste grupo Manuel Macedo Malafaia, que fala de um *Novo Terramoto nos*

*remorsos da consciência* (1756), e Fr. Manuel da Epifania, que menciona no *Portugal consolado e instruído com as vozes de Jesus Cristo* (1757) a promessa do filho de Deus em reedificar a cidade depois de resgatadas as culpas dos seus habitantes. Na *Exortação Consolatoria de Christo Crucificado* (1757), Fr. António do Sacramento assume também a denúncia das vaidades, dos vícios, dos pecados e dos insultos cometidos contra Deus. A mensagem era simples. Para que a Terra não mais vacilasse era preciso deixar de pecar e fazer penitência. Os sermões consagram grandes espaços a esta temática. Na generalidade dos casos, o pregador, interpelando directamente os crentes, avoluma os terrores visíveis da destruição e as incertezas do povo em relação ao futuro.  No discurso da maioria dos eclesiásticos, o macabro transfigura o espectáculo visível da morte selvagem que invade a cidade. Deitando mão a uma bateria de imagens muito popularizadas, João Bezerra e Lima, na *Declamação Sagrada na Ruína de Lisboa* (1756), recria os arrepiantes movimentos de pânico dos sobreviventes como se de um jogo de espelhos se tratasse – de um lado a multidão aflita, do outro a multidão de cadáveres. Neste cenário dantesco, as imagens da catástrofe valem também, para um expressivo conjunto de autores, como prelúdio ou antevisão do fim dos tempos. À semelhança do que acontecera no Dia de Todos-os-Santos de 1755, também no Dia do Juízo Final uns seriam poupados ou permaneceriam vivos, outros mer-





**O FLAGELO E A PROVIDÊNCIA,  
SOBREVIVENTES E AGONIZANTES  
JUNTO ÀS RUÍNAS DA IGREJA DE SANTA CATARINA**  
Óleo sobre tela de João Glauber Ströberle, 1760  
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (MNAA)

gulhariam para sempre nas trevas infernais e outros ainda seriam entregues às chamas purificadoras do Purgatório. 🐉 Por toda a parte, a comoção devota apoderava-se dos sobreviventes. O medo colectivo e a humilhação cristã inculcada por uma terrível concepção de divindade banalizavam-se. As manifestações de piedade e terror, encenadas com a ajuda de eclesiásticos, repetiam-se em Lisboa e noutros lugares. Estas imagens, fixadas pela literatura, passaram também para a tela.

Num quadro célebre, datado de 1760, João Glama Ströberle dá a ver junto das ruínas da igreja de Santa Catarina, multidões – empunhando cruzes, em gestos de aflição e implorando misericórdia aos céus – conduzidas por religiosos que pregam, absolvem e ministram a Extrema-Unção. Enquanto os religiosos, especialmente os franciscanos, exortam à penitência, quatro anjos sobrevoam a cena. O fervor e o sofrimento do povo corporizam-se na representação, em primeiro plano, de um homem nu e sofredor, pintado à maneira de Cristo, e na imagem da Cruz que se destaca do



REGISTO DE AZULEJO DEDICADO  
A S. FRANCISCO DE BORJA, PROTECTOR DO REINO  
DE PORTUGAL CONTRA OS TERRAMOTOS

M. C.

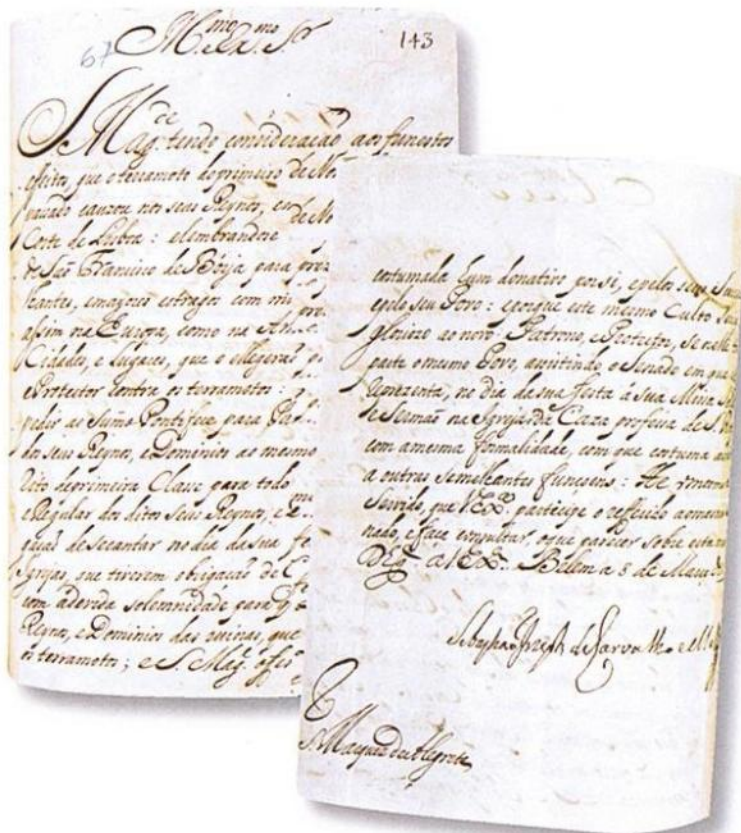
lado direito da composição. 🐉 Em Braga e em Coimbra a pequenez dos estragos contrasta, notoriamente, com a grandiosidade e com a frequência das manifestações penitenciais. Os excessos piedosos contribuem para dilatar a insegurança e dar expressão ao medo. O edifício da Universidade não experimentou danos materiais de monta – apenas se registaram fissuras de paredes e pouco mais –, mas muitos actos académicos foram deslocados, durante um longo período de tempo, no recinto do velho Paço das Escolas. Por exemplo, em Dezembro de 1756, o exame privado em Teologia de frei José de Santa

Rita Durão teve lugar na casa da livraria, por causa “dos terramotos de que ainda se percebem lembranças”, conforme explicita o bedel no respectivo livro de registo. Ainda em Coimbra, em 1758 continuavam a imprimir-se sermões perfeitamente aterradores como o que o padre Joaquim Rebelo pregou na Sé Nova, em honra de S. Francisco de Borja. A imagem que o pregador constrói do antídoto espiritual contra os terramotos conserva uma estranha dramaticidade. “S. Francisco de Borja estimou tanto o céu que tudo o que era terra ou de terra meteu debaixo dos pés” – diz o pregador jesuíta, que acrescenta: “Os títulos, os bastões, os valimentos, as riquezas, as púrpuras, as tiaras, tudo desprezou, tudo pisou [...] pisada a terra e metida debaixo dos seus pés [...] não se há-de mover; e por isso com a sua protecção

podemos estar seguros dos terremotos.” 🧚 No clima de delírio colectivo evocado em textos tão diferentes como relações de sucessos, sermões e exortações morais, as menções a prodígios e milagres tendem, invariavelmente, a ser interpretadas como sinal de misericórdia e de eleição divina. Com tantos homens, mulheres e crianças desenterrados vivos e com a notícia de inúmeros resgates prodigiosos de imagens, oratórios, terços, etc., a ilusão milagreira, patenteada por leigos e eclesiásticos, é por si só motivo de alívio. Algumas das histórias mais conhecidas tiveram honras de impressão, como a *Verdadeira Notícia de Hum Famoso Caso Sucedido na Rua dos Canos* (1757), que narra o prodígio operado por uma imagem de Santo António encontrada intacta nos destroços. 🧚 Para combater o medo, o rei e os súbditos recorrem à Virgem. Uma belíssima gravura da época mostra D. José I, a rainha D. Mariana Vitória e o patriarca de Lisboa postados, em oração, aos pés da Virgem, “Consolação de todos os corações aflitos”. Ao fundo, Lisboa destruída aparece envolta em chamas. A par do culto mariano, impõem-se, pela voz autorizada do clero, outras evocações de santos que simultaneamente protegem contra as intempéries e catástrofes naturais e preservam os fiéis da grande obsessão do momento, a morte súbita. Aos tradicionais Santo António, Santa Bárbara, Santa Águeda, São Sebastião e São Roque vêm juntar-se outros mais modernos, utilizados como escudos protectores contra os



terramotos: Santo Emídio, São Filipe de Néri e São Francisco de Borja, figurados por vezes conjuntamente. A renovação do discurso hagiográfico contribui, nos inícios do século XVIII, para exaltar as qualidades do bispo de Ascoli. Santo Emídio ganha poder carismático depois do grande sismo que abalou a Itália em 1703. Neste mesmo domínio, e reforçando a tradição ibérica da Contra-Reforma, a Universidade de Coimbra, em claustro pleno datado de 7 de Fevereiro de 1756, elege São Francisco de Borja como protector oficial do reino e domínios de



**AVISO DE D. JOSÉ I, DE 8 DE MARÇO DE 1756,  
COMUNICANDO AO PRESIDENTE DO SENADO  
A ESCOLHA DE S. FRANCISCO DE BORJA PARA  
PROTECTOR DO REINO CONTRA OS TERRAMOTOS**

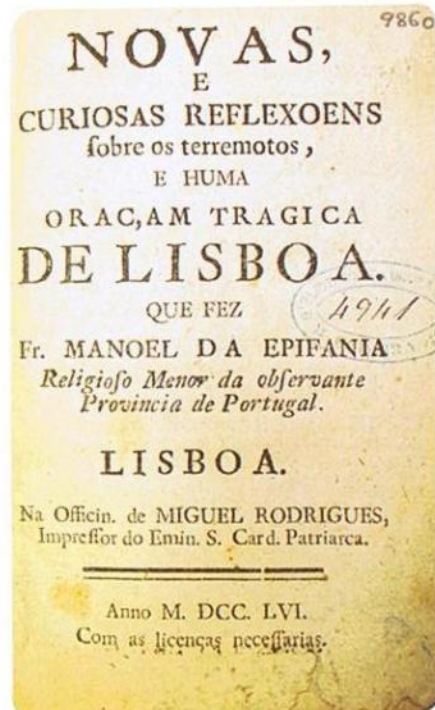
Arquivo Histórico Municipal, Lisboa, Livro 8, das Consultas  
e decretos de El-Rei D. José I, cod. 185, fl. 143

terraemotus. Esses milagrosos papéis, evocando os respectivos protectores celestiais, eram afixados às portas das casas e barracas, depois de benzidos e salpicados com água benta. Em Lisboa, o cardeal patriarca concedia 30 dias de indulgência às pessoas que possuíssem as estampas e bênçãos de Santo Emídio e de Santa Bárbara. Várias relações de vidas e milagres destes e de outros celestiais protectores continuaram a ser publicadas, mesmo depois de 1760. Enquanto isto acontecia em Lisboa, um português refugiado em Londres, por questões religiosas – ostensivamente adepto do protestantismo –, falava em “devoções absurdas” e “sacrifícios indignos”. E indo mesmo mais longe nas suas críticas, o famoso Cavaleiro de Oliveira fazia crer que, em Portugal, o culto que os católicos devotavam às imagens em nada diferia do culto que os pagãos nutriam pelos seus ídolos. Mas no interior da Igreja Católica também se fizeram ouvir protestos e apelos à moderação. Reagindo aos excessos da retórica sagrada e à tendência milagreira da religião popular, o *Discurso moral, sobre os temores que causou o terremoto na gente de Lisboa*, do franciscano António de São José, acusa os padres de acirrare os ânimos inquietos dos fiéis, incutindo-lhes medos e terrores infundados e ministrando-lhes, ao mesmo tempo, insignificantes motivos de alívio. A fim de desterrar a onda de pânico que se apoderara do povo, este missionário da Índia recomenda aos pregadores moderação na linguagem, serenidade na condução dos

Portugal contra os terremotos. Com a publicação do Breve de Bento XIV de Maio de 1756, a Companhia de Jesus, a três anos da sua expulsão do território português, consegue ver aprovada uma eleição que lhe dava um inequívoco ascendente sobre a espiritualidade da gente comum. Todos estes cultos foram popularizados por meio de cédulas, bênçãos, novenas e folhas avulsas com orações e gravuras, cuja posse garantia aos crentes milagrosos benefícios. A par dos registos de santos, usados para proteger domicílios e edifícios urbanos, deviam satisfazer a mesma função as chamadas cédulas milagrosas *pro tempore*

FRONTISÍCIO DA OBRA DE  
FR. MANUEL DA EPIFANIA, *NOVAS E CURIOSAS  
REFLEXÕES SOBRE OS TERRAMOTOS,  
UMA ORAÇÃO TRÁGICA DE LISBOA, 1756*  
BGCUC

ânimos e compreensão evangélica. Denunciando a pregação terrorista da maioria do clero, mostra-se totalmente contrário aos “desenganos insubsistentes” e às “penitências instantâneas” que se viam por toda a parte. O seu discurso visa “desterrar dos corações dos humanos o temor pânico”, denunciar “os rumores e falsidades” e instaurar a tranquilidade e a paz necessárias ao trabalho e à nobre tarefa da educação. Na mesma linha se coloca o teatino Frei Tomàs Caetano do Bem que, mau grado o concurso da família real e dos grandes do reino a procissões nocturnas de preces em honra de Nossa Senhora, prefere, no púlpito, e na presença da Corte, pôr a tónica na suavidade de ânimo e na compaixão benevolente dos ministros do altar. Idêntica posição assume o ilustrado franciscano Manuel do Cenáculo. Na *Oração* recitada à Academia Mariana, a 1 de Agosto de 1756, relembra a “esclarecida sabedoria do cristianismo” e a sua dimensão antropológica, cara à “cultura de espírito que tem merecido à Europa douta os aplausos dos sábios”, conforme escreve. 🐉 Mais ligado à revalorização do mito de Ourique e à narrativa lendária da fundação da nacionalidade portuguesa, o sermão pregado por Frei António do Sacramento na igreja provisória dos franciscanos em Campolide, dezassete meses depois

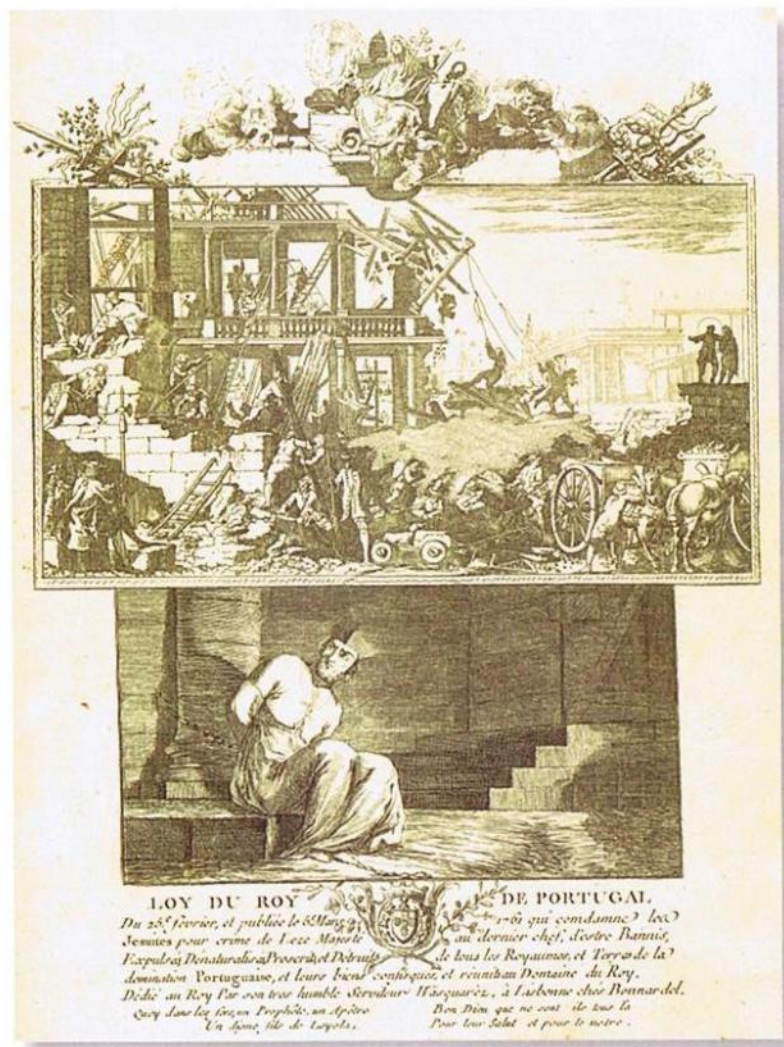


do terramoto, ao conferir uma dimensão profética ao providencialismo dominante não deixa, à sua maneira, de contrariar a visão comum do desastre. O sermão foi impresso com o titulo de *Exortação consolatória de Jesus Christo* (1757). Nele, o pregador sustenta que o terramoto não foi um castigo dos céus mas antes uma provação equivalente a uma manifestação de eleição de Deus em relação a um povo abençoado. 🐉 Como se depreende, a explosão devota subsequente ao terramoto deve ser entendida como uma resposta trágica a um acontecimento brutal, vulgarmente interpretado como castigo de Deus. Longe de representar uma reacção inusitada e sem continuida-

de, reflecte a crispação de um quadro de atitudes e representações que vem de trás, e que a mundividência barroca, progressivamente, foi acentuando. Neste contexto, a defesa intransigente de um catolicismo mais esclarecido acabará, como já salientámos, por ser suportada pelo Estado, com a aprovação das autoridades eclesiásticas. Os primeiros sinais de intransigência política em relação ao estado religioso percebem-se na carta que o rei dirige ao embaixador português em Roma, Francisco de Almada, a 10 de Fevereiro de 1758, na qual responsabiliza os jesuítas de ofensas e crimes graves, incluindo o de causarem medo ao povo “com horrendos vaticínios”. Embora, num primeiro momento, a compra de indulgências, as preces públicas, os ofícios religiosos e as contínuas procissões de penitência reflectissem uma atitude de generalizado empenhamento do clero, o certo é que, dois anos volvidos, o cardeal patriarca e os bispos nas suas dioceses tentam, por meio de pastorais e instruções apostólicas, refrear, reiteradamente, os excessos dos guias espirituais e erradicar o dolorismo de muitas manifestações devotas que eram fruto, como então se dizia, da “imprudente malícia” dos ministros do altar. Foi preciso, no entanto, esperar algum tempo para que o retorno à ordem triunfasse. Recorde-se que, em 1759, o cardeal patriarca, D. Francisco I, assina uma instrução proibindo a realização de penitências públicas e particulares sem sua autorização. E, no mesmo documento, ameaça com excomunhão os infractores, tanto religiosos como leigos. 🐉 À distância, os povos de outras nações, irmanados no destino trágico dos habitantes de Lisboa, buscam refúgio nos mesmos ou em diferentes símbolos religiosos.

Surpreendentemente, na Europa das Luzes, a pregação associada a um fabuloso repertório de gravuras – tão fantasiosas quanto trágicas – atingiu em cheio o homem da rua, criando uma sequência de imagens de choque, susceptíveis de levar ao limite da imaginação os sentimentos de insegurança dos habitantes dos grandes aglomerados urbanos do Ocidente. Em Hamburgo, Zurique, Genebra, Viena, Lião, Paris, Londres, Madrid, Sevilha e outras cidades, sermões arrebatados e ameaçadores, cheios de exageros e monstruosidades, contribuíram, momentaneamente, para reavivar medos ancestrais e estimular a superstição. Em Inglaterra, alguns imprudentes pastores aproveitam a ocasião para anunciar presságios e novas maldições para um maior número de homens. Em Londres, com o aval do monarca George II, a Igreja Anglicana decretou jejuns públicos a 18 de Dezembro de 1755 e a 6 de Fevereiro de 1756. Nas colectâneas de sermões recitados nessas datas e nas celebrações fúnebres dos cidadãos britânicos mortos na catástrofe, o apelo ao arrependimento colectivo pontua os clamores a Deus que se estendem ao País de Gales, Irlanda e Escócia. Em matéria de interditos, refira-se também que, em Viena, as festas de Carnaval de 1756 foram suspensas, por

ordem da imperatriz Maria Teresa. 🐉 O retorno à Bíblia, suporte da leitura providencialista do desastre, documenta-se na similitude vulgarmente explorada entre a sorte de Lisboa e Ninive, cidade penitente, ou, no limite, Sodoma e Gomorra. Sobre este vasto nível de exploração do tema, católicos, protestantes e pietistas coincidiram no diagnóstico das principais causas de decadência moral de um século considerado terrível e fatal. Em Londres, a vigorosa campanha protestante contra as instituições eclesiásticas portuguesas não abrandou perante os excessos das várias correntes religiosas, com destaque para o puritanismo e o milenarismo dos metodistas. Pastores como Peckard e Watkins enfatizaram a ideia de que a Inquisição espalhou a idolatria em Portugal e de que as vítimas da catástrofe pagaram com o seu sangue erros seculares. Posição idêntica tiveram os ministros calvinistas neerlandeses que se serviram igualmente da catástrofe para verberar o “papismo” dos católicos portugueses. Em França, os jansenistas insistiram em associar àquele argumento o da inevitável punição dos jesuítas, de acordo com as teses expostas por Laurent-Étienne Rondet, em *Reflexions sur le desastre de Lisbonne*. No rol das causas do terramoto, Rondet refere ainda o facto de a capital portuguesa ser o centro do comércio da Europa e de a ela afluírem estrangeiros de várias nacionalidades. Por isso, em sua opinião, a queda de Lisboa devia ser tomada como uma séria advertência para toda a Europa. Com idêntico argumento, também o teólogo alemão Johann Piderit relacionava a fatalidade geográfica de Lisboa com a grandeza do seu comércio e com a extensão da punição divina que sofrera. Em geral, os protestantes



**A CONDENAÇÃO POLÍTICA DOS JESUÍTAS.  
 A LEI DO REI DE PORTUGAL**  
 Wasquarez  
 Museu do Banco de Portugal

*An Attempt to assign the Cause of the late most DREADFUL EARTHQUAKE & Fiery Irruption at LISBON  
Or Suppression of Superstition & Idolatry & Persecution for Conscience sake the most probable means of averting National Calamities.*



*The Protestant Divines Address to the K... of P... on Occasion of the late dreadful Earthquake at Lisbon.*


*O Prince with royal Pow'r and sacred design  
To be a Saviour of Mankind  
Were not these Wrecks to precisely Conscience given  
Dread, by enthusiastic Foes driven?  
Think only dearest from Heav'n is this Judgment down,  
Why shake the Earth? why sink the guilty Town?  
This Repentance that real scenes requires,  
Thou'rt sure long Engines shall continuing Years*

*Ten Thousand Martyrs bleed for Vengeance sake  
And flames stalk round thy sacred Wrecks  
For this, for this, wretched Pow'r is asked  
The stormy rocks and the Mountain's head  
Woudst thou that Heav'n to those grovelling Wretches had  
Quarrel, quench the Flames of persecuting Zeal  
Open their Prisons Doors, let Conscience see  
And open the glorious Issues of Truth & Liberty*

iconoclastas atribuem o facto de a catástrofe ter ocorrido no Dia de Todos-os-Santos – data maior do calendário litúrgico romano – e de ter causado um reduzido número de vitimas no seio da comunidade protestante estrangeira residente em Lisboa a um acto de represália de Deus em relação aos católicos. Esta ideia – empolada pelo puritanismo e pelo discurso exacerbado dos metodistas, de John Wesley a George Whitefield – entronca na vigorosa campanha

VISÃO SATÍRICA DE UM AUTO-DE-FÉ EM LISBOA  
The Protestant Divines Address to the K... of P... on occasion  
of the late dreadful Earthquake at Lisbon

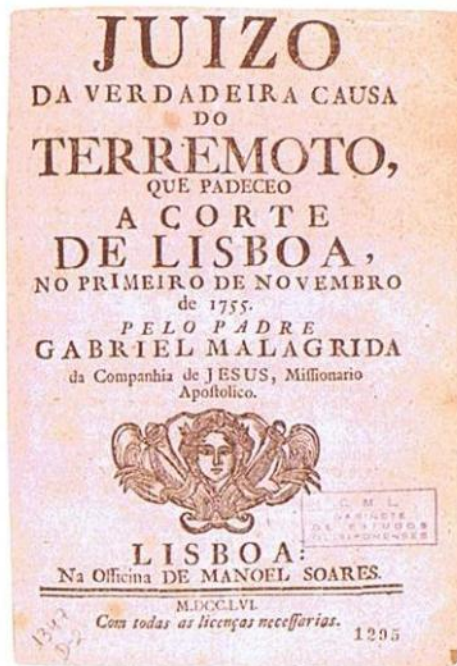
ANNA

anti-romanista promovida pelo protestantismo europeu, a pretexto do terramoto.  De acordo com esta matriz, uma das suas mais inquietantes expressões de repúdio do catolicismo seria fixada, a partir do exterior, por um português. Francisco Xavier de Oliveira, então




refugiado em Londres, homem próximo do protestantismo, mas sensível ao racionalismo deísta, resolve compensar o fracasso do periódico que lançara em 1751, o *Amusement Periodique*, com o lançamento do *Discours Pathétique, au sujet des calamités arrivés en Portugal* (1756). A edição original em língua francesa foi reimpressa no mesmo ano e dela se fez uma tradução para o inglês, publicada em Londres, em 1757. O assinalável êxito deste libelo, grosseiramente prosélito, prolonga-se a 1762, quando Francisco Xavier de Oliveira retoma aquele título para responder, publicamente, à sentença inquisitorial que o mandava queimar, em efígie, em auto-de-fé público. Entretanto, sairá já em Londres uma *Suite du Discours Pathétique*, com data de 1757. Nestes textos, a utilização instrumental do protestantismo suporta a denúncia da intolerância e do fanatismo religioso, reabre o problema das reacções das autoridades portuguesas a outros credos religiosos e favorece, de forma indirecta, o sucesso dos escritos deste polemista português, prosélito à sua maneira, crítico mordaz e espírito diletante, vagamente afeiçoado às grandes ideias do século. Entre os protestantes, outras vozes moderadas e solidárias se ergueram contra a ideia de castigo divino infligido à capital portuguesa. Em planos distintos, tanto Elie Bertrand, primeiro pastor da igreja francesa de Berna e autor da *Mémoire pour servir à l'histoire des tremblements de terre de la Suisse, principalement pour l'année 1755*, como o poeta alemão Georg Zimmermann alertam para o embuste de tais visões, chamando a atenção para os caminhos ocultos de Deus "aos olhos do mundo". Apesar dos vários argumentos que suscitou, a leitura providencialista



FRONTISPÍCIO  
DA OBRA DO JESUÍTA  
GABRIEL MALAGIDA,  
JUIZO DA VERDADEIRA CAUSA  
DO TERRAMOTO, 1756  
GEO



do terramoto foi intensivamente explorada com o propósito de fornecer uma resposta definitiva a um acontecimento que despertava a consciência da precariedade da vida e da fragilidade das coisas. Esta vaga de proselitismo e de sectarismo religioso afectou de forma desigual o território europeu. Foi mais persistente em Portugal, onde recua à força e de modo efectivo a partir da década de sessenta em diante. No resto da Europa, a vaga supersticiosa dilui-se mais depressa. De qualquer modo, foi preciso algum tempo para que o esquecimento fizesse recuar o medo.

# SENSIBILIDADE E RAZÃO

A poesia foi o género escolhido pela maioria dos autores para exprimir a forte e contraditória tensão provocada pelo pensamento ou pela vivência do tremor de terra. Nas composições vindas a lume, a ode de alcance exaltante e a exortação de carácter moral predominam. Na poesia – seguindo a caracterização feita por Jaucourt na *Encyclopédie* –, o pungente lirismo da ode adequa-se melhor à produção de efeitos de grande impacto, resultantes de um motivo religioso único e elevado, de uma digressão imaginária fabulosa ou de uma desordem causada por um acidente ou catástrofe, como é o caso. Em França, Barthe de Marseille, M. Guis e Le Brun, para só referir os autores mais vulgarizados, imortalizam o sismo de 1 de Novembro de 1755 escrevendo odes. De um modo geral, estes autores partem de uma ideia simples, que se avoluma ao longo da composição, gerando em quem lê um crescendo de tensão e de angústia. Tomando como exemplo a conhecida Ode IX, “Sur la Ruine de Lisbonne”, de Le Brun, verifica-se que os seus versos, oscilando ente o patético e o sublime, fixam o brilho ofuscante da realeza portuguesa, exprimem o *pathos* dos sobreviventes e suscitam a simpatia dos leitores para com as vítimas do terramoto [Cardoso, 1995].  Num registo idêntico, a famosa *Descrição Antilógica Phisico-Moral* (1756), de Antônio da Silva Figueiredo, fala do “portento que ofusca o entendimento” e oprime os corações sensíveis. Neste poema, o sobrevivente da



catástrofe vagueia “louco pelo espaço horrendo” da cidade e fica chocado com os descabros físicos e morais que observa. Vê e sente, com mágoa, “espantos”, “assombros”, “prantos”, “ecos”, “gemidos” e “estrondos”. Intrigam-no os mistérios da Natureza e não se conforma com a “violência, com que o mundo cursa”. De repente, “o Paço altivo” dá lugar à “rústica cabana”, o “libertino” convive com a mitrado, “o grande ilustre” queda-se, lado a lado, com “o baixo jornaleiro”, “ricos cavaleiros” e pobres homens, todos parecem iguais. Morada de momentânea indistinção social, a “íclita Lisboa”, “abatida e aviltada”, não esmorece.  Pela sua parte, o poeta recusa a ideia de que o terramoto seja produto da ira divina. Não tem tão má imagem de Deus nem se atreve a desvendar os seus mistérios. Parece-lhe até uma indignidade haver quem o faça com tanta publicidade. Colocado no plano da transcendência divina afasta, por um lado, a intervenção providencial de Deus e, por outro lado, confina as alterações e as revoluções que ocorrem na natureza aos domínios da filosofia e do conhecimento do mundo. Deste modo, assumindo uma atitude moderna, remete para a ordem física e natural as causas imediatas do terramoto.  Contemporâneo da recém-criada *Arcádia Lusitana* – formalmente constituída em Março de 1756, quatro meses depois do terramoto – e perfeitamente sintonizado com os ideais de simplicidade e de concerto entre Razão e Natureza, caros a uma




**RESGATE DE UMA VÍTIMA DO TERRAMOTO DE 1755**  
 Desenho de António das Neves Pereira para ilustração  
 da obra de Teodoro de Almeida, *Lisboa Destruída*, 1803  
 BNUC

academia de inclinação burguesa e gosto neoclássico, como a que então despontava, Silva Figueiredo demarca-se, ostensivamente, dos novos árcades reclamando-se sócio da *Academia dos Escolhidos da Corte*. Revê-se na atitude livre e independente de Francisco de Pina e Melo, académico da *Academia Real da História Portuguesa*, poeta bucólico de gosto rebuscado, conhecido e ridicularizado pelos árcades como “o corvo do Mondego”. Se, no plano doutrinário, António da Silva Figueiredo se distancia da Arcádia, a sua obra poderia,

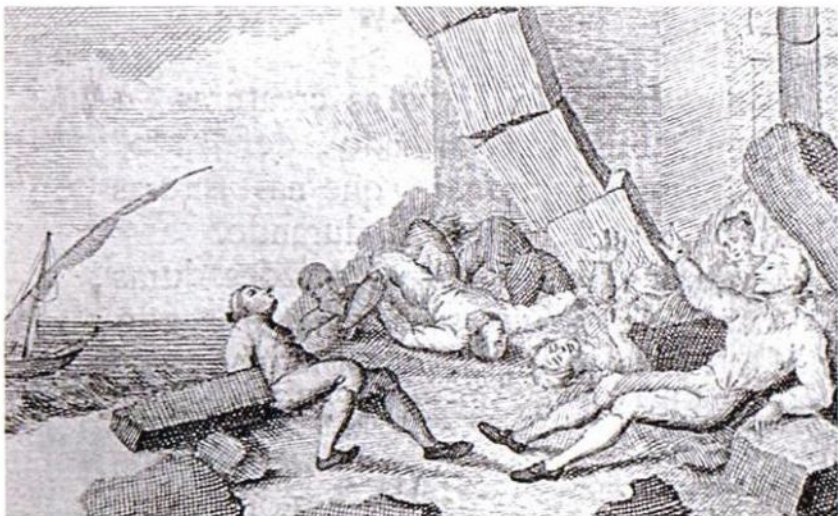
eventualmente, caber nas suas convenções estéticas. A velada crítica do fidalgo à nova agremiação literária assenta, sobretudo, na recusa do ideal de “nobre simplicidade” reclamado pela nova aristocracia literária, formada na base da supremacia do mérito, o que agradava a burgueses cultos, mas desagradava a literatos de linhagem aristo-

crática, de fina sensibilidade e modernas leituras, como era o caso de António da Silva Figueiredo e João Crisóstomo de Faria Cordeiro de Vasconcelos de Sá.  Apesar das diferenças assinaladas, deve acrescentar-se que António da Silva Figueiredo parte da inquietante indagação formulada por Pina e Melo acerca da verdadeira face da (in)justiça de Deus. Saindo em sua defesa, acaba por contrariar a visão geocêntrica do mundo e distanciar-se do providencialismo e do pessimismo antropológico da *Parenesis*, obra que esteve no centro da polémica literária de incidência filosófico-religiosa que aqui referenciamos. No contexto académico, e em abono de Pina e Melo, também João Crisóstomo de Faria Cordeiro de Vasconcelos de Sá, celebrado autor de uma colectânea de panegíricos ao rei D. José I, assume na *Defensam Apologetica* (1757) uma posição muito singular. Insurge-se contra o anonimato da crítica – de um tal Coutinho e de outros autores fiéis ao cânone académico e à *Arte Poética* (1748) de Cândido Lusitano – e confessa o seu respeito ao poeta Pina e Melo que, na República das Letras, “campeava livre sem se lhe disputarem os passos da ciência”.  Para suavizar a angústia de Job que perpassa na *Parenesis*, Faria Cordeiro cria, contudo, uma alternativa bucólica de inspiração horaciana, publicando em apêndice à *Defensam Apologetica* uma *Écloga Pastoril* na qual intervêm três pastores: Menálio, Aónio e Frondoso. Tendo que lidar com as objecções feitas pelos católicos ultramontanos ao autor da *Parenesis*, oferece aos críticos um poema exemplar pela sua temática, sensibilidade, estilo e actualidade. Em síntese, Faria Cordeiro recria, no decurso de uma

ida festiva à cidade, a angústia experimentada por dois dos referidos pastores antes e depois de a terra começar a tremer. O desenrolar do diálogo entre os dois é precipitado pelo terramoto, que ocorre quando ambos assistem à missa no interior de uma igreja, situada algures no campo. Aónio, espírito melancólico, despojado e virtuoso, amava Deus mas não conseguia entender a ambição dos padres, que faziam d'Ele “seu Império”. “Para nós” a religião é um conjunto de “segredos escondidos”, conclui à maneira de Rousseau.  Depois de passada a tormenta – Aónio e Menálio escapam com vida –, dão graças a Deus por estarem bem e confortam Frondoso que, em fuga e esbafo-rido, relata o terrível espectáculo de destruição urbana e de pilhagem que testemunhara. Fazendo o balanço do que acontecera naquele fatídico dia, os três pastores chegavam à conclusão de que estavam errados ao pensarem que a cidade oferecia maiores oportunidades de bem-estar e divertimento. A natureza contrariava, rotundamente, o optimismo da sociedade. Admitindo, por experiência própria, que a felicidade chega sempre antes da desgraça, assentam que a consciência da Humanidade sofredora jamais poderia apagar a insuportável crueldade suscitada pelo infortúnio individual dos que tinham pere-



*A View of the Quinta of Gerard de Vasco Esp. at Bemfica near Lisbon.  
Including the Quinta of the Marquis de Ferreira &c. From the original picture by Nolet.*




**SOBREVIVENTES EXAUSTOS E AFLITOS  
REPOUSAM NUM CAIS JUNTO AO MAR**  
Desenho de António das Neves Pereira para ilustração  
da obra de Teodoro de Almeida, *Lisboa Destruída*, 1803  
BGLAC

cido e dos que continuavam a sofrer. Convictos de que a maldade alastrava mais facilmente na cidade do que no campo, pretendem abstrair-se do progresso e de todos os pensamentos elevados da filosofia, que, por um lado, promoviam o género humano mas, por outro, aprisionavam os espíritos livres. Ponderados todos estes factores, os três pastores, inicialmente seduzidos pela vida na cidade, acabam por adoptar como lema de vida a simples e douta opinião de Aónio, expressa nesta exortação final:

**“POIS SÓ É PARA NÓS BASTANTE IDEIA  
GUARDAR OVELHAS E VIVER NA ALDEIA.”**


A força desta mensagem atraiçoa o diálogo inicialmente proposto por Faria Cordeiro. Independentemente da pretendida aproximação

a Pina e Melo, há que reconhecer que as inquietações deste fidalgo de província são de outra indole e expressam-se com outro impeto. A poesia de Faria Cordeiro impõe-se por si, sem atear ódios ou incompreensões – ao contrário de Rousseau, cujo discurso analisaremos mais adiante –, mostrando apenas, com simplicidade e profundidade crítica, que o infortúnio faz parte da vida e que a crueldade existe no mundo.  Na base desta importante tomada de posição estava, como temos salientado, o famoso poema, em versos hendecassílabos, escrito por Pina e Melo e intitulado: *Ao Terramoto do 1º de Novembro de 1755. Parenesis*. Impresso num pequeno caderno de 16 páginas, o poema, vulgarmente conhecido por *Parenesis* ou exortação, foi desde logo um sucesso de livraria, tendo sido editado duas vezes em 1756. Antes da sua aparição, o mesmo autor dera à estampa um *Juizo sobre o terramoto* (1756), previamente recitado na capela do Hospital Real de Montemor-o-Velho, sob os auspícios da confraria de Nossa Senhora da Conceição. Lastimando aí a perda de Lisboa, “opulentíssima” rainha dos mares, interroga-se e interroga Deus. Nota que na cidade arrasada não “ficou templo nem tribunal inteiro”, mas também não caiu “uma só casa daquela rua, que antes se

devera chamar das meretrizes”. Interpretando estes sinais de clemência divina, considera que “não foram as lascívia de Lisboa” que estiveram na origem da fulminante vingança divina. Desloca o fulcro da desgraça de Lisboa para a Europa inteira. Falando em linguagem figurada, diz que “o vinho da dissolução” fora bebido por “Portugueses, Franceses, Espanhóis, Dinamarqueses, Holandeses, Ingleses, Suecos e todas as nações de que se compunha aquela dilatada e populosa” urbe. Perante o desastre, limitava-se a questionar se Deus tinha sido justo, ou seja, se “a vingança correspondia à culpa”. À partida não se esperaria que o autor do *Triunfo da Religião* (1756) – longo poema dedicado ao papa Bento XIV e destinado a exaltar a ortodoxia cristã contra o deísmo, o teísmo, o ateísmo e toda a sorte de heresias – pudesse abalar as convicções comuns dos católicos e alimentar as suposições dos cépticos, num século dado ao culto da razão e à crítica, aspecto que o autor, na sua qualidade de censor régio, não ignorava. 🐉 Apesar da sensibilidade tocante e do catolicismo ilustrado de Pina e Melo, as ideias que conformam a sua mente estão nos antípodas do pensamento das Luzes. Na *Parenesis* defende abertamente o geocentrismo e condena aqueles que admitem que a Terra se move em torno do Sol. Acredita na tradição lendária de Ourique. Com base nas lições do passado, atribui o esquecimento de Deus, em relação às promessas feitas ao reino de Portugal no alvorecer da nacionalidade, à degeneração histórica dos portugueses. A onipotente fúria divina só poderia ter origem na desobediência e no progressivo processo de afastamento do povo eleito. O terramoto, tomado como brutal

e cruel castigo divino, punha a nu a sofrida e deleitosa fragilidade humana, em tudo semelhante a uma folha de Outono ao vento. Para o poeta, o choque provocado pela tragédia estava para além da natureza assombrosa do massacre infligido por Deus a um povo mártir. O estrondo e o escândalo da maldição levantavam, de vez, o problema da justa medida e da justa proporção da pena divina em relação à culpa humana. No quadro de um ressurgimento brutal da dor e do sofrimento, as queixas bíblicas de Job inquietavam profundamente os católicos ilustrados. Humilhados e aflitos, os crentes sentiam-se no direito de perguntar, alto e bom som, se a Justiça de Deus era justa, aceitável e compreensível. Um acontecimento singular parecia assim afectar a convicção geral e, com ela, a moderna noção de teodiceia. Sem perder o sentido religioso do mundo e da existência humana, a justificação do mal num mundo criado por Deus e regido por um equilíbrio preestabelecido não remetia para a ordem e para a harmonia do Universo mas, talvez, para a impossibilidade dessa mesma ordem e harmonia. 🐉 Se outras razões não existissem, esta superior manifestação de inconformismo lógico e filosófico bastaria para justificar a grandeza da polémica que rodeou o aparecimento

de um dos mais celebrados poemas de Pina e Melo no meio literário português. Mas, no domínio das Belas Letras, outros nomes famosos subscreveram, em Portugal e Espanha, composições sobre o terramoto. O movimento de renovação cultural que atinge as academias sevilhanas de Medicina e Buenas Letras nota-se nas dissertações aí apresentadas e discutidas. Nomes como Miguel Cabrera, Juan Luis

de la Roche, Francisco de Céspedes Espinosa e Bonifácio Ximénez de Lorite, entre outros, cultivam a crítica histórica, promovem a indagação das causas naturais do terramoto e exprimem, em verso ou prosa, uma atitude tolerante, mais favorável ao cepticismo filosófico do que ao dogmatismo escolástico, em matéria de conhecimento e de crença.  Em Portugal, um dos fundadores da *Arcádia Lusitana*, Francisco José Freire, aparece associado, mais por empréstimo do seu prestígio do que pelo seu labor literário, à publicação das *Memorias das Principaes Providencias que se derão no terramoto* (1758), atribuídas a Amador Patrício Lisboa. O texto, de finalidade propagandística, graficamente aparatoso, não deixa de revelar, contudo, a tendência, plenamente comprovada nos anos seguintes, de observância literária no quadro de uma programática dependência mecenática imposta pelo poder político. A este propósito, recorde-se que o árcade José Xavier Valadares e Sousa redige um convencional lamento poético, de cunho marcadamente moralista, e que Domingos Reis Quita, outro sócio da *Arcádia Lusitana*, compõe uma exultante *Sylva ao Lamentável Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755* (1756). Reveladores de maior tensão dramática e fulgor fantasista são o *Romance heróico*

MEMORIAS  
DAS PRINCIPAES  
PROVIDENCIAS,  
QUE SE DERÃO NO TERREMOTO,  
que padecco a Corte de Lisboa no anno  
de 1755,  
ORDENADAS, E OFFERECIDAS  
A' MAGESTADE FIDELISSIMA DE ELREY  
D. JOSEPH I.  
NOSSO SENHOR  
POR AMADOR PATRICIO DE LISBOA.



M. DCC. LVIII.

MEMORIAS DAS PRINCIPAES PROVIDENCIAS,  
QUE SE DERÃO NO TERREMOTO, QUE PADECEO  
A CORTE DE LISBOA NO ANNO DE 1755  
Lisboa, 1758  
GEO



ao *Terremoto do 1º de Novembro de 1755*, de João Xavier de Matos, e o *Romance Fúnebre*, de Paulino António Cabral, o Abade de Jazente, ambos membros da Academia portuense. Nas composições destes autores, as imagens do terramoto transmitem a sensação de quebra fatal, de falha brusca e violenta. No limite, evocam o retorno ao medonho espectáculo do cataclismo cósmico, confundem o Homem, recriam o tumulto do Mundo e dão livre curso às desordens da Natureza. 🐉 Em geral, no discurso literário, o engenhoso artifício da autenticação testemunhal é utilizado para despertar a emoção do leitor. Este tipo de procedimento documenta-se, entre outros textos, na *Ode sur les Tremblements de terre arrivés à Lisbonne. C'est un portugais qui parle* (1756), assinada por A La. La., na *Ode sur la ruine de Lisbonne*, da autoria de Barthe de Marseille, publicada no *Journal Encyclopedique* de 15 de Junho de 1756, e especialmente na literatura alemã referente ao terramoto. O relato imaginativo fixado pelo olhar manifesta-se na vivacidade e no gosto pelo pormenor, na atracção pelo abismo e na sedução exercida pela sensação de terror, que paralisa os movimentos e atordoa o espírito do homem. Haller, Zimmermann, Wieland, Piderit e outros autores, nomeadamente germânicos, exploraram intensamente, de acordo com este modelo, o fundo contraditório de sentimentos que a catástrofe continuamente suscitava [Campos, 98]. A descrição sublime do acontecimento, tingida de laivos patéticos, lúgubres, heróicos e fantásticos, apresentava aos leitores ideias e emoções inesperadas, jamais sonhadas ou imaginadas com tamanha nitidez. A maioria dos relatos produzidos

à distância procuravam transformar o leitor em espectador invisível do drama narrado. Mas o dado talvez mais relevante do trabalho literário, centrado no exagero da visão tumultuosa do homem e da natureza, tem a ver com a vocação e com o lugar a que o artista aspira na sociedade, em pleno Século das Luzes. Não é, portanto, em vão que Zimmermann escreve em *Die Zerstörung von Lisabon* (1756):

“Ó NUNCA EXPERIMENTADA ARTE!  
 CONFERE-ME O OUSADO ARDOR  
 QUE O PENSAMENTO AGUÇA, VALOR À EXPRESSÃO  
 CONCEDE  
 É A EMOÇÃO EM TODA A SUA INTENSIDADE EXPRIME  
 ASSIM FALAVA EU, QUANDO O MEU ESPÍRITO,  
 P'LAS CENAS DE HORROR EXCITADO,  
 A CATÁSTROFE NAQUELA CIDADE DE UM  
 ASPECTO OLHAVA.”

# POLÍTICA, JUSTIÇA E PROPAGANDA

O alarido internacional em torno do desastre motivou leituras e aproveitamentos políticos de vária ordem. A destruição de uma praça mercantil da importância de Lisboa – dada a sua posição no eixo Atlântico e a sua condição de entreposto do comércio mundial –, acompanhada pelo “aniquilamento” da Corte esplendorosa de D. João V, criava uma espécie de “revolução”, de acordo com as palavras da época, susceptível de afectar, numa conjuntura instável, o “equilíbrio europeu”, tal como fora definido depois da Paz de Utreque. 🐉 Em vésperas da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Portugal não estaria em condições de alinhar por uma das partes em conflito, a Inglaterra e a França, e não poderia também, sem auxílios, responder eficazmente a qualquer hostilidade. Mas, não obstante todas as contingências, a posição portuguesa continuava a pesar, sobretudo para a nação aliada, a Inglaterra. Por esse motivo também, e, portanto, não só por mera filantropia, as principais potências europeias ofereceram socorros materiais, em géneros e dinheiro, e disponibilizaram outro tipo de ajudas, enviando técnicos e observadores à capital portuguesa. Neste capítulo, a corte francesa contou com os préstimos do publicista, espião e aventureiro Ange Goudar, que viera para Portugal em Julho de 1751 – e não em 1752 como diz no prefácio do livro que escreveu a propósito do terramoto – com a missão secreta de aconselhamento do secretário de Estado dos Negócios

Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Os seus préstimos visavam, ao que parece, a instalação de uma manufatura de musselinas e chitas vermelhas, tendo sido pago para o efeito pela Secretaria dos Negócios do Reino. Goudar, alegando possuir os “segredos orientais” de coloração desses finos e apreciados tecidos, cujo processo de tinturaria era desconhecido, foi arrastando, sempre com novas exigências, as negociações relativas à patente e à instalação das referidas unidades fabris, a pretexto de que a produção em grande quantidade de tecidos daria para satisfazer as exigências do mercado interno e ultramarino, prestando-se ainda para a exportação. 🐉 Antes do terramoto, já tinham caído por terra os seus megalómanos planos de instalação de 20 mil teares, espalhados pela província, bem assim como o recrutamento de setenta mestres estrangeiros. Regressado a França, antes do desastre, aproveita a avalanche informativa sobre a destruição de Lisboa e, no começo de 1756, publica a obra intitulada *Relation historique du Tremblement de Terre survenu à Lisbonne le premier Novembre [...] précédée d'un Discours politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur*. O livro, impresso em Haia, correu inicialmente sem indicação de autor e de tipografia. O imediato sucesso desta obra comprova-se pelas 4 edições que teve logo em 1756, todas em idioma francês. A terceira edição, falsamente



atribuída a uma oficina de Lisboa, comporta uma significativa alteração de título. O *Discours politique* aparecia agora em primeiro plano, precedendo a relação distante, distorcida e cheia de erros acerca dos estragos causados pelo terramoto. O texto, por sua vez, também fora revisto de maneira a comportar um violento ataque à Inquisição. 🐘 Nesta obra, Goudar afirma que Portugal, vítima da cobiça da nação aliada, deixava escoar, por força da sua balança comercial deficitária, o ouro do Brasil para a Grã-Bretanha. Avalia em 64 milhões de cruzados (25 600 contos de réis) as perdas das firmas inglesas estabelecidas em Lisboa ao tempo do terramoto. A esta soma exagerada junta os prejuízos inestimáveis causados pela interrupção temporária das trocas regulares com a Grã-Bretanha.

Responsabilizando os ingleses pelo atraso industrial português, sugere que a catástrofe configurava uma oportunidade única para uma mudança radical de alianças e de política económica de Portugal. A viragem da política externa portuguesa far-se-ia com o apoio de França que, “dando a mão” a esta nação ibérica, faria “renascer das cinzas” o seu comércio e indústria. Norteados por tais preocupações, o texto de Goudar converte-se numa autêntica arma de propaganda política em vésperas da Guerra dos Sete Anos. Sustentando ostensivamente os interesses de França e dos países continentais europeus que apoiavam as suas pretensões



coloniais contra a Inglaterra, o *Discours politique* demonstrava que Portugal continuava a desempenhar um papel fulcral no xadrez diplomático europeu e que uma das possíveis consequências do terramoto poderia ser o fim do favoritismo britânico no sistema de comércio atlântico português. Por isso, o *Theatro Universal de Novidades Politicas e Marciaes, e Elementares e Prognóstico para o anno de 1757* afirmava que toda a Europa receava a intromissão beligerante de Inglaterra nos negócios franceses, adiantando, em prol do partido francês, que estava escrito nos astros que Portugal não se manteria neutral neste conflito – o que era por demais evidente dado que Portugal havia já sido alvo de ataques militares no ano precedente. 🐉 A par da procura de informações relativas ao conflito europeu, cresceu o interesse pelo livro de Goudar que foi, desde a sua primeira edição, possuído, lido e comentado em Portugal e no Brasil. Daí o teor do precoce edital de 8 de Outubro do Conselho Geral do Santo Ofício, a que já fizemos referência, condenando drasticamente os seus erros, injúrias e falsidades políticas. Mais tarde, em Agosto de 1777, voltará a ser censurado e proibido pela Real Mesa Censória, decisão que indicia a continuada procura deste libelo que irá suscitar a curiosidade do público português até, pelo menos, ao tempo das Invasões Francesas, tendo circulado clandestinamente no país e no Ultramar em diversas edições e numerosas cópias manuscritas. Entretanto, refira-se que, no decurso da Guerra dos Sete Anos, a obra de Goudar corre, avulsamente, em versão castelhana anónima, sob o título de *Profecia politica, Verificada en lo que està sucediendo à los*

*Portugueses por su ciega afición à los Ingleses* (1762). Este reaparecimento dá-se no mesmo ano em que as tropas coligadas franco-espanholas, unidas pelo Pacto de Família celebrado entre Luís XV e Carlos III, invadem a fronteira portuguesa. Era a derradeira tentativa de arrastar Portugal para a guerra, gorando-se a pretendida imparcialidade da Corte de D. José I, com o auxílio inglês e confiando-se o comando militar do exército ao conde de Schaumburg-Lippe. 🐉 Nessa altura, o futuro marquês de Pombal escreve um texto alusivo à *Profecia politica* – a nova e adaptada versão do velho *Discours politique* – destinado a ser publicado no periódico inglês *London Chronicle*. Numa evidente estratégia de disfarce e propaganda, imputa a um anónimo cidadão inglês as suas reflexões, cujo rascunho se conserva, com essa indicação, na Biblioteca Nacional de Lisboa. Ponto por ponto, o estadista considera que “o meio que se pretendeu aplicar a este fim [de apartar Portugal da aliança inglesa] consistiu em se pintarem os ingleses ao mesmo Portugal com tais cores que os fizessem odiosos e insuportáveis opressores na movida e agitada imaginação dos Povos Portugueses. Assim o manifestou a todo o publico da Europa o libelo famoso impresso e publicado em Madrid [para se

O TRABALHO PERDIDO



Desta Arvore Divina, cujo antigo,  
 Eterno Tronco, com cruel fereza,  
 Pertende derribar, Braço inimigo,  
 A raiz ó SENHOR conserva illeza;  
 Que para confusão da Turba impia  
 Renascera com gloria tua, hum dia.

Mas se ordenado está na Eterna Mente,  
 (Que em seus abismos os destinos cerra)  
 Que desta Arvore, a copa florecente,  
 Com injuria quebrada caia em terra,  
 Debaixo do seu pezo a Turba infida  
 Fique despedaçada, e confundida.





**RUÍNAS DA IGREJA DE S. NICOLAU**  
 Álbum de M. M. Paris e Pedegache,  
 gravura nº 5 aberta a buril por  
 Jacques Philippe Le Bas e aguarelada  
 M. C.

introduzir e espalhar pelas suas fronteiras] no princípio do ano de 1762, com o título de 'Profecia política, verificada em lo que está sucediendo à los Portugueses por su ciega afiction à los Ingleses'. Libelo que bem desempenhou este sedicioso titulo e bem fez ver que os objectos com que se escreveu foi o de denegrir ambas as Nações e o de fazer a segunda delas horrorosa e insuportável à primeira." 🐉 O expediente pombalino de utilizar os periódicos europeus para minimizar os efeitos da catástrofe, contrariar erros ou lugares-comuns e tirar partido da situação, lançando as bases de uma persistente campanha de propaganda, interna e internacional, a favor do Absolutismo Esclarecido de D. José I, é um dado inteiramente novo e moderno, que revela, claramente, a percepção que o estadista tem da importância da opi-

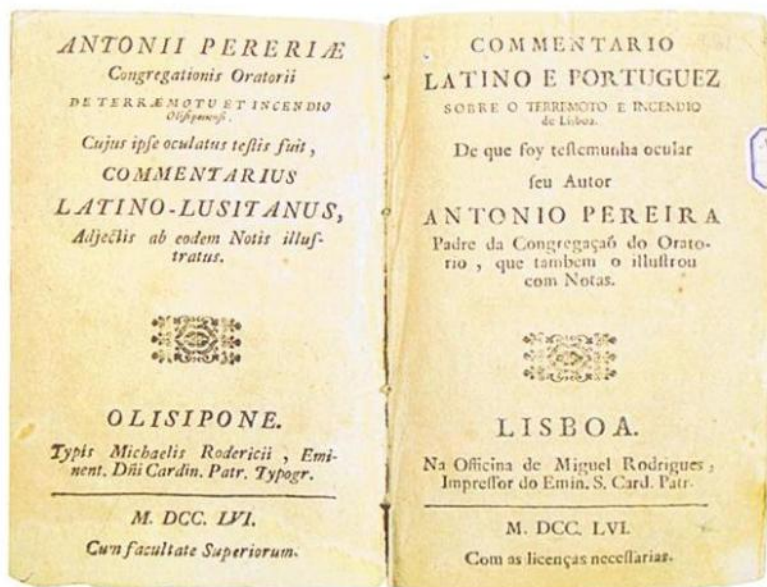
ção pública europeia no Século das Luzes. Dir-se-ia que o ministro que a partir de 1762 tudo fez para silenciar a imprensa periódica portuguesa procurou, em momentos precisos, calar a contestação interna e externa ao seu governo através dos jornais, alimentando libelos – o caso dos jesuítas é paradigmático –, impressionando as elites cultas e afastando os adversários. 🐉 Depois de uma notada carreira de diplomata em Londres e Viena de Áustria, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra desde 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo, recebe, em Maio de 1756, por morte de Pedro da Mota e Silva, o cargo de secretário dos Negócios do Reino. Esta nomeação comprova o seu inequívoco valimento junto do monarca. O caminho para a hegemonização do poder ministerial seria, entretanto, precipitado por uma conjura, cujos contornos ainda hoje se não conhecem com total nitidez. Sabe-se, todavia, que os ódios e desconfianças de alguns titulares e outros sectores esclarecidos da nobreza de Corte se reacendem com a ascensão à Secretaria dos Negócios do Reino do futuro conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1770). 🐉 Em Fevereiro de 1756 começou a circular na capital uma *Carta que de Portugal se escreveu a um grande de Hespanha*,

redigida pelo advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, que conhecia bem a família de Carvalho e Melo e que a havia defendido em tribunal. Escrita em tom panfletário, com o propósito de difamação internacional do governante mais influente de uma das nações adversárias de Espanha, a dita carta serviu de pretexto à primeira purga interna do regime. A conjura, com outras ramificações no Paço e na sociedade civil, é duramente reprimida. Na urdidura da trama conspirativa foram também incriminados o mercador alemão Feliciano Velho Oldenburg e o desembargador António da Costa Freire – julgados e condenados a degredo em África – e ficaram mal vistos, por conluios insinuados com os conspiradores, os duques de Lafões e de Aveiro, os marqueses de Angeja e Marialva e outras figuras de primeiro plano da Corte. No decreto de 17 de Agosto de 1756, o monarca reconhece, expressamente, que os incriminados eram “pessoas bárbaras” que “propagavam a necessidade de pôr em risco a vida dos ministros que comigo despacham e executam as minhas reais determinações”. 🐉 O imediato degredo e prisão do exonerado secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte-Real, apenas veio confirmar a tendência de encerramento do círculo poli-

tico centrado em Sebastião José de Carvalho e Melo, que passou a cuidar, com indefectível zelo, da imagem internacional do déspota esclarecido D. José I. Em termos imediatos, a embaixada portuguesa em Londres tentou cativar as boas graças do governo inglês e combater, com menos sucesso, os exageros e aproveitamentos, de carácter religioso, dos protestantes, sobretudo quando estes se diziam portugueses, como era o caso de Cavaleiro de Oliveira. Folhetos de contra-propaganda, do género de *A Satyirical Review of the manifold Falshoods and Absudities hitherto published concerning the Earthquake* (1756), a par de outras invectivas anónimas vindas a público em alguns periódicos londrinos, procuravam frustrar críticas e tentativas de aliciamento religioso contra a política regalista católica



**RUÍNAS DA BASÍLICA DE SANTA MARIA**  
 Álbum de M. M. Paris e Pedegache,  
 gravura nº 3 aberta a buril por  
 Jacques Philippe Le Bas e aguarelada  
 M. C.



FRONTISPÍCIO DA OBRA DE  
ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO,  
COMMENTARIO LATINO E PORTUGUEZ  
SOBRE O TERREMOTO E INCENDIO  
DE LISBOA, 1756

BGAJAC


Soares de Barros, na altura sócio correspondente das Academias de Berlim e das Ciências de Paris; o físico e construtor de instrumentos João Jacinto de Magalhães, membro de várias academias e com bons contactos no seio da comunidade científica internacional; o médico, conselheiro e filósofo Ribeiro Sanches, de renome europeu; o teólogo e conselheiro António Pereira de Figueiredo; e, entre outros, o militar de carreira, dotado de engenho técnico e artístico, cultor das Luzes e homem próximo do futuro conde de Oeiras, Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo, de ascendência suíça. A esta figura pouco estudada do Pombalismo – que antes do terramoto tinha elaborado para o *Journal Étranger* uma resenha, em forma de carta, dos literatos mais famosos existentes em Lisboa – coube a tarefa de redigir, na qualidade de correspondente do mesmo jornal, a primeira notícia da catástrofe autorizada pelo governo de D. José I. O relato remetido a 11 de Novembro de 1755 e publicado em Dezembro, em Paris, seria, nos inícios de 1756, desenvolvido e reeditado em Portugal, com o título de *Nova e fiel relação do terramoto que experimentou Lisboa e todo o Portugal no 1º de Novembro de 1755*, debaixo das iniciais “M.T.P.” O mesmo correspondente da imprensa periódica francesa


de D. José I, tranquilizar os ânimos dos súbditos britânicos e responsabilizar os judeus e outros refugiados – como o autor do *Discours Pathétique* – pelo medo e pelo alarido público que grassavam na Grã-Bretanha. Em suma, a representação diplomática portuguesa não ficou indiferente às investidas críticas dos sectores protestantes e, em especial, às provocações panfletárias do libertino Francisco Xavier de Oliveira. Lançando as bases de uma política de imprensa à medida da catástrofe, o futuro marquês de Pombal contou com uma boa pléiade de autores e com um número reduzido de colaboradores fiéis. No plano internacional, a regulação noticiosa da informação relativa ao terramoto, à protecção civil e política das populações afectadas e à reconstrução de Lisboa mobilizou grandes vultos das letras e da cultura da época: o matemático e astrónomo Joaquim



esteve na origem da famosa colecção de gravuras, composta por seis vistas das ruínas de Lisboa – a Praça da Patriarcal, a Casa da Ópera, a Basílica de Santa Maria, a Torre de S. Roque, a igreja de S. Nicolau e a igreja de S. Paulo. Estas foram gravadas em Paris, em 1757, por Jacques Philippe le Bas, gravador da corte de França, conforme desenhos remetidos de Lisboa por M. Paris e T. Pedegache. 🐛 Se, no desenho, o traço preciso capta a beleza decaída das magníficas construções em ruínas, na escrita, o rigor, o método de observação, o espírito matemático e o calculismo político comandam a descrição. Em francês e depois em português, estas palavras certificam, na versão oficial, o início do sismo: “Pelas nove horas e quarenta minutos da manhã, estando o barómetro em 27 polegadas, 7 linhas, e o termómetro de Reaumur em 14 graus acima do gelo, sereno o tempo, e pura a atmosfera, tremeu a terra com três impulsos.” Curiosamente, e como se de um plágio se tratasse, a mesma descrição é retomada por Joaquim Moreira de Mendonça na *História Universal dos Terramotos* (1758). No texto de Pedegache, a amplitude dos destroços não é ocultada. Sobre o número de vítimas previne-se o leitor que “não se sabe nem nunca se saberá o número de pessoas que pereceram neste trágico desastre”. Mesmo assim, adianta-se que, aproximadamente, um décimo da população perecera, o que, em números redondos, equivalia a vinte ou vinte e quatro mil mortos, estimativa moderada, como convinha. Norteado por preocupações filosófico-naturalistas modernas, o conselheiro de Sebastião José de Carvalho e Melo que lera a *Teoria da Terra* de Buffon, conforme indica, chama a atenção para a regula-

ridade dos intervalos históricos entre os grandes sismos de 1309, 1531 e 1755. Deste modo, lança a hipótese de cíclicos retornos de ocorrências sismológicas de idêntica magnitude em território nacional. A ciência, colocada ao serviço da causa pública, acarretava a relativização do mal, promovia o conhecimento e conferia um alcance pragmático à acção política e à reconstrução urbana, curiosamente pensada, no que concerne à engenharia civil, em moldes de resistência preventiva – com a aplicação da técnica construtiva da gaiola aos novos edifícios, para melhor resistirem às contingências sismológicas do futuro. 🐛 No campo da “medicina política” – a expressão é de Ribeiro Sanches –, a saúde pública protagoniza a viragem civilizacional do urbanismo das Luzes, pensado em termos de melhoria qualitativa de padrões de vida e de higiene dos habitantes das cidades. A instância do duque de Lafões, Pedro de Bragança Mascarenhas, regedor das Justiças do Reino, o médico português de Catarina II da Rússia escreve o *Tratado da Conservação da Saude dos Povos* (1756). A obra, também publicada anonimamente em Paris e mais tarde traduzida em castelhano, foi inicialmente executada em França, pelo editor Pedro Gendron, afamado livreiro e fornecedor das livrarias

régias de D. João V, que, poucos meses antes do terramoto, retornara ao seu país de origem. A oportunidade da reflexão de Ribeiro Sanches é ditada pelo apêndice que anexou ao tratado, contendo umas *Considerações sobre terremotos com referência ao último de 1 de Novembro de 1755*. A versão final recebeu o alto patrocínio da Corte de Lisboa, conforme o comprova a letra de três mil e quinhentas libras tornesas sacada em Lisboa e a descontar pela casa bancária Thomas & Filhos, em Paris, em Fevereiro de 1756 [Biblioteca Nacional de Madrid, ms. 18372, fls. 213]. Mesmo sem grande utilidade, na medida em que os conselhos que encerra – como veremos a seguir – não foram adoptados, o facto de a ela se associar um médico português, respeitado no meio intelectual europeu, abonava em favor da política esclarecida do ministério de D. José I, que não deixava de convocar preocupações higienistas e sanitárias na reedificação de Lisboa.  A propósito do terramoto de 1755, conhecem-se mais ocorrências de agenciamento, propaganda e manipulação da informação. Sem preocupação de exaustividade, refiram-se dois episódios relacionados com a catástrofe, que alcançaram, por força da imprensa, grande projecção internacional. O primeiro é

sucedâneo da publicação de *As Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755* (1758), indevidamente imputadas ao árcade Francisco José Freire e publicadas sob pseudónimo de Amador Patrício Lisboa. A iniciativa desta compilação de leis, com assinatura do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, a menos de um ano da sua entrada na Grande família da nobreza titular, com o título de conde de Oeiras, é claramente política, conforme demonstra a dedicatória das *Memórias* que, em virtude do alto patronato que as inspira, correram, singularmente, sem licenças de impressão. Na verdade, as *Memórias* são um monumento à Majestade de D. José I, em forma de livro, revestido de “imortal honra e grandeza”, para quem o promove. Expressão viva de um tempo, este monumento consagra a superação do infortúnio de um povo e o triunfo da acção política dos seus governantes.  Só a voz de um valido régio com manifestos inimigos na Corte e autor da legislação apresentada neste repertório classificado podia afirmar, como Carvalho e Melo: “Somos em nosso mal venturosos porque da calamidade que sentimos tirámos o bem de ter V. Majestade um amplíssimo teatro em que pudesse assombrar ao Mundo com a sua inimitável grandeza. Porém, se houver alguns ânimos que, penetrados ainda do mal que experimentaram não dêem a esta reflexão todo o seu justo valor, não tardará o magnífico ânimo de V. Majestade a mostrar-lhes aos olhos a verdade dela.” O aviso, lançado no mesmo ano em que ocorre a tentativa de regicídio, dá que pensar, tanto mais que o poder absoluto da realeza, personifica-

**SUPLÍCIO DO PADRE MALAGRIDA**  
 Água forte de Montalgi (7). 1762  
 MNMA

do na imagem sacralizada do retrato régio, “a alfaia mais preciosa”, se destinava à veneração de todos os súbditos. Com notória antecipação, surge também esboçada, na dedicatória das *Memórias*, a ideia de erguer, em praça pública, “a heróica estátua de V. Majestade”, cujo projecto o Senado da Câmara da capital, presidido pelo 2º conde de Oeiras, filho do marquês de Pombal, retomou, incumbindo, anos mais tarde, o escultor Joaquim Machado de Castro da execução da estátua equestre, a colocar na Praça do Comércio. A derradeira e consequente tentativa de immortalização do estadista e de enaltecimento do despotismo esclarecido de D. José I ocorre em 6 de Junho de 1775, dia de aniversário do rei e de inauguração do solene monumento em sua glória. 🐉 Mas não fica por aqui a imposição, pela imprensa, do poder majestático do rei e do seu ministro. A campanha de divulgação de *As Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto* prolongou-se, nos anos seguintes em França. O matemático e astrónomo Soares de Barros publica, nos meses de Junho e Julho de 1759, no *Journal des Sçavants*, um artigo alusivo à sábia governação do ministro de D. José I. Em Abril de 1760, sai no *Journal Étranger* um longo e laudatório comentário às *Memórias das Principais Providências*, da autoria do físico e abade secularizado João Jacinto de Magalhães. 🐉 Após o terramoto, esclarece o abade Magalhães, impunha-se, entre outras medidas, salvar os bens que



ainda restavam e punir os desertores, saqueadores, incendiários e ladrões que, rapidamente, começaram a agir. As entradas de Lisboa foram policiadas por militares e ordenou-se a repressão sangrenta de reais e supostos criminosos. No arquivo de imagens do desastre facilmente se descobrem alusões explícitas à cominação exemplar da pena de morte, espectáculo que, ao contrário do que era habitual,



O MARQUÊS DE POMBAL

Óleo sobre tela de autor desconhecido

M. C.

não parece concitar a curiosidade mórbida ou a fúria de vingança da população, dispersa e entregue a preocupações mais prosaicas e a afazeres mais imediatos. 🐉 O desejo de compensar e substituir o medo religioso pelo "terror legal", julgado mais racional e eficaz e, por outro lado, a necessidade de reequilibrar o funcionamento da sociedade ameaçada pelo crime, tornavam tolerável, para muitos filósofos das Luzes, o recurso à pena de morte. Esta, revestindo o carácter de justo castigo, contribuía, à escala geral, para deslocar os motivos de ritualiza-

ção do medo do céu para a terra. Como expressão secularizada de poder, a encenação cruel e sangrenta da justiça régia constituía também um aspecto fundamental na estratégia de auto-consagração do absolutismo. Em concreto, durante o governo de Pombal, a pena máxima ganha visibilidade política. Ela torna-se notada, não só pelos traços de crueldade que reaviva, mas também pela natureza social e conspirativa dos processos e das sentenças que caucionam o seu agravamento, depois do terramoto de 1755. 🐉 De modo certo, o poeta Le Brun, na *Ode Au Soleil, sur les malheurs de la terre, depuis le désastre de Lisbonne*, em 1755, associa ao trágico acontecimento as tentativas de regicídio de 1755 contra o rei de França e de 1758 contra o rei de Portugal. A ideia de transformar um imprevisto e brutal acontecimento num marco temporal indispensável ao enaltecimento do poder da realeza está já presente no *Comentário latino e português sobre o terremoto e incêndio de Lisboa* (1756), do padre Pereira de Figueiredo, texto que teve alguma projecção em Espanha, Itália, França e Áustria. Este teórico do regalismo político desenvolveu, mais tarde, no *Diário dos Sucessos de Lisboa, desde o terremoto até ao extermínio dos jesuítas* (1761), escrito originariamente em latim, como o texto ante-

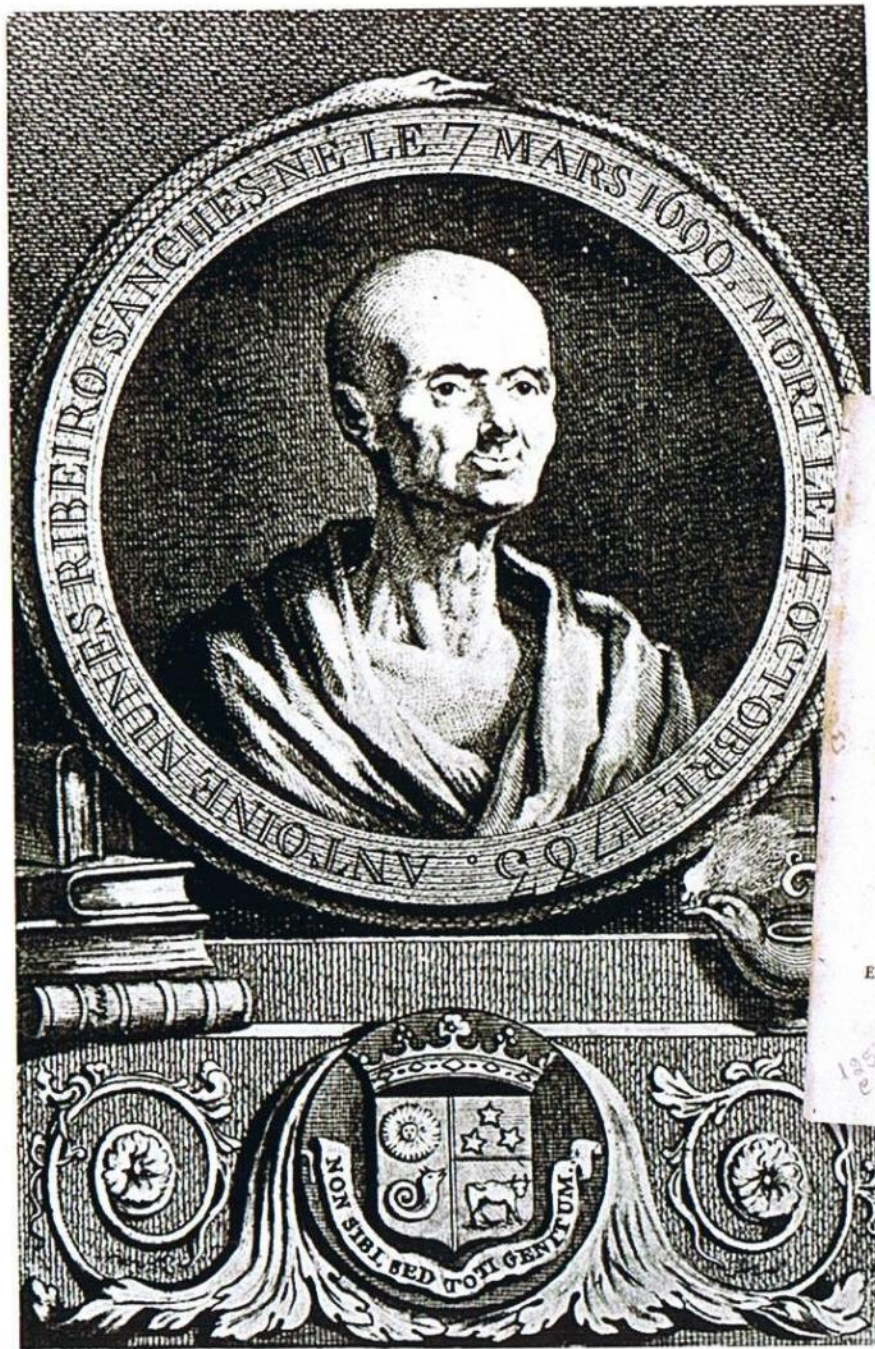
rior, e destinado a ser lido em Portugal e no estrangeiro, uma visão da história do governo de Pombal polarizada por dois acontecimentos fundamentais: o terramoto de 1755 e a expulsão dos jesuítas (1759), sendo esta apresentada em estreita conexão com o episódio dramático de execução dos Távora e demais implicados no crime de lesa-majestade de 3 de Setembro de 1758. “Todo o segredo” e máxima justiça no tratamento dos adversários políticos do rei – diz o padre Pereira de Figueiredo – se deve “à vigilância e impertérrito ânimo de Sebastião José de Carvalho e Melo”. Este aspecto deve ser realçado, pois sabe-se que a notícia do atentado só é tornada pública três meses mais tarde, após o restabelecimento do monarca, correndo logo a devassa contra os implicados: D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, os marqueses de Távora e filhos, o marquês de Alorna, o conde de Atouguia e, entre outros, o conde de Óbidos. No processo ressalta a sanha persecutória contra os jesuítas, nomeadamente contra o padre Gabriel Malagrida, acusado de ter inspirado a conjura. Os regicidas foram executados publicamente, com barço e pregão, na Praça do Cais de Belém, em 1759. O jesuíta, apesar de incriminado de conluio com os Távora, continuou preso na Junqueira, tendo sido sentenciado em auto-de-fé de 1761, sendo então inquisidor-geral Paulo de Carvalho de Mendonça, irmão do futuro marquês de Pombal. 🐉 O livro que plasma, de forma exaltante, a versão oficial da História deste período, vem a lume no ano em que morre o duque de Lafões, regedor das Justiças, alguns meses depois de ter sido decretado o corte de relações do governo português com a Santa Sé

e de executado o desterro imposto pelo conde de Oeiras a várias personalidades, com destaque para os chamados “Meninos de Palhavã”, filhos naturais de D. João V. A ascensão e consagração do primeiro valido do rei não deve, portanto, ser dissociada desta complexa trama de acontecimentos. Reimpresso em 1766, o *Diário dos Sucessos de Lisboa* confere ao compromisso ideológico de Pereira de Figueiredo com o pombalismo uma dimensão prospectiva. Nessa narrativa, a História do tempo presente, iluminada pela figura do déspota esclarecido D. José I, tem um único e grande “herói”, o conde de Oeiras, cujo retrato se reconhece nesta caracterização parcial: “É dotado de indizível indústria na providência das coisas, de incrível constância, e agudeza no obrar, de merífica elegância, e suavidade em dizer de tal sorte que nas coisas sérias ninguém é mais prudente, nas festivas, ninguém é mais alegre. O seu dilatado ânimo nada medita senão o sublime, nada executa senão o magnífico, estimando a glória máxima não pelos seus cómodos, mas pela utilidade da República e pela grandeza dos seus negócios.”

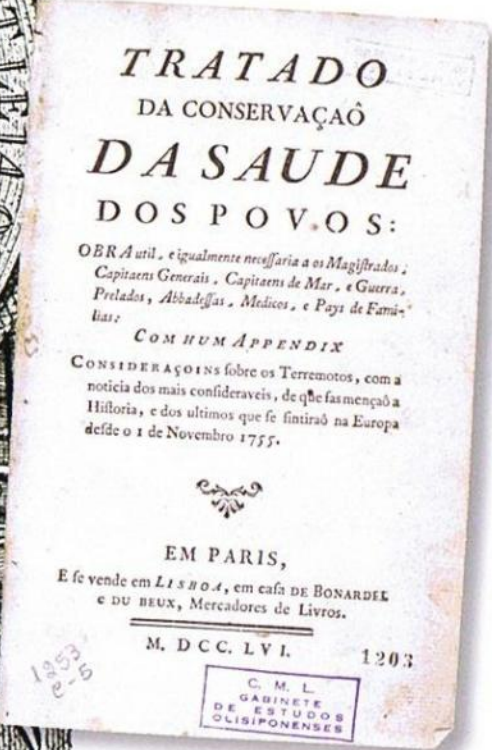
# A UTOPIA HIGIÉNICA

Em meados do século XVIII, um acidente trágico envolvendo uma grande cidade não podia deixar de colocar novas questões sobre segurança urbana, salubridade do ar e maneira de tratar os elementos físicos, respeitando o equilíbrio natural dos corpos e acrescentando bem-estar e qualidade de vida às populações. Em Lisboa, os espaços desabitados criados pela derrocada dos edifícios evocam o vazio deixado por milhares de mortos, feridos e estropiados em fuga. Neste cenário fatídico e cruel os médicos não se furtaram a dar o seu parecer. No campo da medicina e da filosofia higienista, a censura mal se nota, apesar de muitos princípios caros à filosofia das Luzes e de a genuína busca de aperfeiçoamento pessoal e colectivo se associarem, normalmente, à arte de bem viver e de prolongar a vida. 🧑🏻‍🔬 Em diversos opúsculos, o primado dado à filantropia, à higiene pública, à confiscação civil do espaço dos mortos, com o aparecimento das primeiras propostas de criação de cemitérios públicos, à prevenção dos riscos de contágio e à reorganização civil e secularizada da rede hospitalar deixa, claramente, antever a sólida e moderna formação dos intervenientes no debate. Na área médica pontuam, entre outros nomes, António Nunes Ribeiro Sanches, autor do famoso *Tratado da Conservação e da Saúde dos Povos*, dedicado ao duque de Lafões, e que foi publicado, sem indicação de autoria, em 1756,

com o já referido apêndice intitulado *Considerações sobre Terremotos*, também impresso e reimpresso à parte; José Alvarez da Silva que, no mesmo ano, dedicou a D. Leonor de Távora as *Precauções Medicas contra algumas remotas consequencias que se podem excitar do terremoto de 1755*; e João Mendes Sacchetti Barbosa, que escreve as *Considerações medicas sobre o modo de conhecer, curar e preservar epidemias, ou febres malignas [...]. Aplicadas particularmente às que se seguem aos grandes terremotos, etc. Escriptas em tres cartas e um appendix*, cuja edição ficou incompleta. 🧑🏻‍🔬 Em nome das mais avançadas concepções higienistas, pela primeira vez, em Portugal, se coloca o problema das vantagens dos enterramentos fora das igrejas. Ribeiro Sanches postula a necessidade de criação de cemitérios em espaços ventilados, arborizados e afastados dos centros urbanos, referenciando os melhores autores estrangeiros que haviam escrito sobre o assunto e mostrando a necessidade imperiosa da secularização das necrópoles, a partir da experiência de outros países europeus. Com idênticos argumentos, Alvarez da Silva recomenda, contra a opinião dominante dos prelados nacionais, que se adopte o exemplo de dois bispados franceses, que não permitiam o enterramento de cadáveres nas igrejas. Os perigos miasmáticos resultantes das exalações dos cadáveres e de todos os vapores que se libertam



ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES  
Gravura de Le Villain e desenho de Moitte. 1785  
BPM



TRATADO  
DA CONSERVAÇÃO  
**DA SAUDE**  
DOS POVOS:

OBRA útil, e igualmente necessaria a os Magistrados,  
Capitães Generais, Capitães de Mar, e Guerra,  
Prelados, Abadeses, Medicos, e Pays de Famílias.

COM UM APPENDIX

CONSIDERAÇÕES sobre os Terremotos, com a  
noticia dos mais consideraveis, de que fasmença a  
Historia, e dos ultimos que se fintirã na Europa  
de fde o 1 de Novembro 1755.

EM PARIS,

E se vende em LISBOA, em casa de BONARDEL  
e DU BEUX, Mercadores de Livros.

M. DCC. LVI. 1203

C. M. L.  
GABINETE  
DE ESTUDOS  
OLISIPONENSES


1853  
e-6


ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES.  
TRATADO DA CONSERVAÇÃO DA SAUDE  
DOS POVOS... COM UM APENDIX:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERREMOTOS  
Paris, Pedro Gendron, 1756  
GEO


da crosta terrestre acentuam a angústia destes médicos ilustrados que acreditam, a partir das experiências de Prestley, Arbuthnot, Hales e Boyle, na desodorização do ar e na assepsia dos corpos. 🐉 O eco das propostas, formuladas em 1756, de secularização das necrópoles chegou aos anos setenta. Em sintonia com o debate de ideias em curso nos países pioneiros na “revolução dos cemitérios”, França e Áustria, o provedor da Saúde do Senado da Câmara de Lisboa, Luís de Vasconcelos e Sousa, confrontado com inúmeras queixas a respeito de irregularidades na abertura, disposição e saneamento dos espaços de sepultura dentro das igrejas e em volta delas, avança com a primeira petição oficial, devidamente fundamentada, de criação de um cemitério público em Lisboa. Em nome da decência e da dignidade do culto, da saúde pública e da segurança sanitária da população urbana, pede ao monarca D. José I, em 1771, que autorize o estabelecimento do primeiro cemitério nas imediações de Lisboa, considerando esta providência absolutamente necessária e útil à eliminação de exalações mefíticas, causadoras de doenças e focos de contágio. Contrapõe à vala comum a necessária individualização das sepulturas em espaços abertos e arejados e chega mesmo a

dispensar a sagração dos futuros cemitérios tutelados pela edilidade. Segundo a concepção do esclarecido provedor da Saúde, os cemitérios do futuro deveriam ser estabelecimentos eminentemente laicos, despidos de marcas sacralizadoras e de grandes dimensões. A sua proposta de inspiração médico-sanitária colidia com os interesses de párcos, conventos e irmandades, era demasiado avançada para ser bem aceite pela mentalidade popular e foi prontamente silenciada pelas autoridades civis e eclesiásticas. Gorada talvez a melhor oportunidade, no decurso do século XVIII, de secularização do espaço cemiterial, seria preciso esperar que a questão dos mortos se politizasse para que a institucionalização das necrópoles civis passasse, muito mais tarde, em 1835, a vigorar por lei. 🐉 De qualquer modo, na sequência do terramoto de 1755, a higienização do território dos vivos obrigou a repensar o destino dos mortos na cidade, o lugar e a função dos espaços, público e privado, e as condições de segurança, de habitabilidade e de conforto dos seus residentes. O agudo mal-estar civilizacional decorrente da intolerância ao cheiro, da repugnância à imundice e da estranheza ao vômito fecundo da natureza aumenta com a promiscuidade gerada pelo terramoto, com lixos, entulhos e ruínas espalhados por toda a parte. Para enterrar de vez os testemunhos do tempo orgânico numa cidade esventrada e imunda, a nova sensibilidade higienista, posta brilhantemente à prova por alguns médicos portugueses, emerge de um pano de fundo comum de ideias, preocupações e valores partilhados pelas elites esclarecidas europeias. Neste contexto,



Ribeiro Sanches antecipa, claramente, a política urbanista dos séculos por vir. De acordo com a teoria de Priestley sobre a respirabilidade do ar, considera prioritária a reforma dos lugares mais infectos da cidade: igrejas, hospitais, prisões, casernas, matadouros, mercados, portos, navios e outros espaços promíscuos, onde a confluência de gentes e de imundice tornavam repulsiva à vista e ao olfacto a experiência quotidiana de habitar esses espaços imundos e asfíxiantes. Considera, à semelhança de Halles, o navio “um pântano flutuante” e indica uma técnica eficaz de higienização das embarcações – um ventilador de grande porte. Em terra, a sua diatribe contra o *habitat* insalubre vai do domicílio ao hospital, passando pela praça pública. Para todos estes espaços adianta ideias novas e concepções de vanguarda, em termos de qualidade de vida, vigilância ambiental e incorporação de normas saudáveis. Tem a consciência de rasgar, no século XVIII, um outro e vasto campo de intervenção para a Medicina. De modo simples e realista confessa: “Até agora parece que esta sorte de Medicina Política não entrou, como devera, na consideração dos tribunais da Europa, ainda que vejamos nos reinos mais civilizados dela manterem-se leis para a conservação e saúde dos povos.”  O padrão urbanístico subjacente à normatividade higiénica exposta por Ribeiro Sanches respeita a exigência de recomposição sensorial dos locais de habitação e de lazer. Para o médico português, o espaço de implantação ou de reconstrução da cidade devia ser sadio e a topografia urbana pensada de molde a comportar praças amplas,

 111

jardins públicos, ruas pavimentadas, largas e direitas, limpas por carros da edibilidade e casas de pé-direito alto, com grandes janelas. A planificação da capital do império – confiada a arquitectos, políticos e médicos – devia proporcionar mais segurança, conforto e prazer de viver aos seus habitantes. Em suma, a cidade da abundância de ar, de espaço e de luz, planificada pela linguagem médica e racionalizada pela filosofia do progresso, incitava à monumentalidade semântica do futuro, criando clareiras reais para o aparecimento de edifícios ideais apetrechados de máquinas e múltiplos aparelhos vanguardistas.  Mas as ideias de Ribeiro Sanches pouco influíram na legislação de saneamento público da capital. A topografia urbana de reconstrução do centro e o reordenamento de outros sítios de expansão residencial, com excepção do traçado ortogonal da Baixa de ruas largas, de praças públicas e de um passeio público arborizado, cujas obras se iniciam com Reinaldo Manuel dos Santos, em 1763, não incorporaram os contributos fundamentais do médico português residente em Paris. No essencial, a “cidade das Luzes” que o velho Manuel da Maia, à frente de uma sólida equipa de engenheiros militares,

ideou e que Pombal ideologicamente confiscou, não respeitou a moderna e pioneira topografia sanitária contida no projecto higienista de Ribeiro Sanches. O miolo urbano, renascido das cinzas e erguido a partir dos escombros da derrocada telúrica – geométrico no traçado e emblemático do ponto de vista estético e discursivo –, estava fadado a coexistir, pacificamente, por mais algumas décadas, com a promiscuidade nauseabunda da cidade infecta do passado. 🎵 Refira-se que os esgotos, previstos nas instruções do decreto de 12 de Junho de 1758, não foram devidamente implantados nas edificações recém-construídas. A maior parte das ruas centrais não comportou canalizações adequadas. As cloacas desproporcionadas e mal articuladas apresentavam erros graves de concepção e tornavam difícil o escoamento das imundices. Por estes motivos, os cheiros nauseabundos proliferavam nas casas novas e nas ruas alinhadas da Baixa. Como o sistema de saneamento e de canalização das águas não funcionava, os detritos amontoavam-se em vias públicas mal pavimentadas, irregulares, sem limpeza, sem iluminação e, por vezes, sem passeios. A nova cidade não cumpria, de facto, alguns requisitos fundamentais de civilida-

de, higiene e saúde pública valorizados pelas “nações mais iluminadas do mundo político”, como então se escrevia. A par das críticas de forasteiros e visitantes estrangeiros, os mais esclarecidos habitantes da capital não se furtam a lamentar o facto, pressionando, até, as autoridades a remediar a situação. Jácome Rattton, que se vangloriava de ter dado a conhecer, em Portugal, os candeeiros de corrente de ar, inventados por Argant, e de ter importado as primeiras caixas fumigatórias, ou seja, aparelhos destinados a salvar asfixiados, reivindicava algumas conquistas elementares decorrentes de decisões de maior envergadura anteriormente tomadas em matéria de saneamento público. Por um lado, reclama a elaboração de um mapa topográfico dos canos de superfície e da canalização subterrânea que derivava do Aqueduto das Águas Livres, por outro, lamenta as imperfeições e a falta de indicação de profundidade da rede de esgotos existente. Neste ponto rende-se, quando escreve as suas *Recordações sobre as ocorrências do seu tempo* (1813), à magnanimidade esclarecida de D. João V e às preocupações que inspiraram a construção do Aqueduto das Águas Livres, obra de engenharia hidráulica muito avançada para a época e que Rattton considera ímpar e própria das nações mais civilizadas do seu tempo. De resto, o industrial francês fixado em Portugal sabia que, em finais dos anos quarenta, o Senado da Câmara de Lisboa recomendara a instalação em todos os arruamentos de colectores de esgotos domésticos e pluviais e, para evitar qualquer espécie de prevaricações, impusera a obrigatorie-

dade de alvará municipal para a realização de obras ou edificações na cidade. Neste campo, as medidas eram muito recentes e não tinham ainda produzido o efeito desejado. O mesmo se observava em relação às disposições do Senado da Câmara sobre prevenção de fogos urbanos. À semelhança do corpo de bombeiros criado em Paris, dez anos antes do terramoto e do brutal incêndio que se lhe seguiu, a Câmara de Lisboa instituiu uma estrutura, que se revelou depois insuficiente e ineficaz, formada por onze guarnições de bombeiros, municados de baldes, escadas ferradas, canhões de couro e outros apetrechos importados da Holanda, e tendo cada uma oito homens aptos para o transporte das bombas. Em termos de legislação sanitária e de segurança muito havia ainda a fazer. Todavia, no reinado de D. João V tinham-se dado os primeiros passos, com ousadia e pioneirismo, em matéria de higiene pública, urbanismo e normas de segurança colectiva. A emulação com as nações mais civilizadas da Europa requeria, a exemplo de outras experiências bem sucedidas levadas a cabo em França, Inglaterra e Holanda, que a iluminação pública começasse a espalhar-se na capital portuguesa. Para isso, D. Luís da Cunha propõe no *Testamento Político* que "para esta despesa devem concorrer os moradores por ser esta comodidade e sossego da sociedade comum; ao que ajuntarei". E acrescenta o esclarecido magistrado e diplomata "que as lanternas não deveriam acender somente desde o mês de Setembro até o mês de Março, mas todo o ano ainda que faça luar". 🐉 Em Lisboa, as múltiplas direcções de reforma urba-

nística e os indícios de progresso técnico e de civilização, pautados, nos anos trinta e quarenta, por modelos inspirados nas grandes capitais europeias, autorizavam, assim, o aparecimento das primeiras fulgurações utópicas, como aquelas que, no domínio da topografia higiénica, Ribeiro Sanches propõe meses depois da catástrofe.

# O DESPERTAR DA TERRA

A natureza tornara-se no século XVIII um campo sublime de conhecimento e de indagação. Em 1749, Buffon publica a *História e Teoria da Terra* e em 1754 Kant redige um ensaio sobre “História geral da natureza e teoria do céu”. Ambos, o naturalista e o filósofo, despertam para o problema da imensidão do tempo geológico e ambos partem da existência de uma memória da Terra, diversa e autónoma da narração bíblica. Kant, seduzido pela física newtoniana e preocupado com o efeito de travagem exercido pela atracção conjugada do Sol e da Lua sobre os oceanos no movimento de rotação terrestre, admite a possibilidade de um “momento fatal” na revolução planetária, ou seja, inclina-se para a ideia de redução, anulação e colapso, a muito longo prazo, do planeta Terra. Nos confins do universo físico, a noção de catástrofe habita assim o pensamento de Kant. Este escrito da chamada fase pré-crítica – pouco conhecido na época – prepara e condiciona a reflexão circunstancial do filósofo alemão sobre o terramoto do ano de 1755 e tem que ser lido como um documento de autoconfiança da razão “que acreditava poder agarrar *num único* gesto os objectos mais afastados no espaço e no tempo para nos poder dar conta deles *numa única* história da natureza” [Blumenberg, 1994, p. 107]. 🦄 Num outro plano, Buffon, cuja obra correu sem entraves em Portugal, sendo, por isso, avulsamente citado por vários autores nacionais que escreveram sobre as

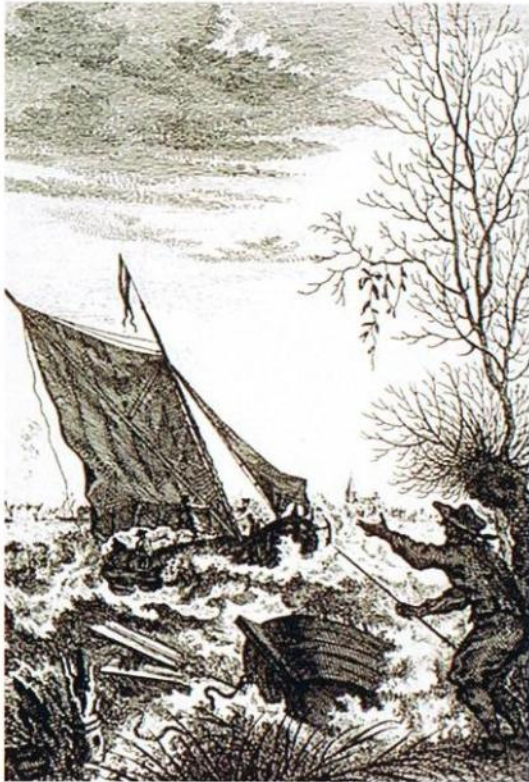
causas físicas do terramoto, perscrutando as origens das espécies e as alterações litográficas da crosta terrestre, recusa-se a alimentar a ideia de universalidade de uma catástrofe primitiva, inspirada no livro bíblico do *Génesis*. Todavia, defende que os oceanos guardam os segredos da vida e que as características fisiográficas, litológicas e morfológicas da Terra têm a sua origem nos mares. Em busca das invisíveis e quase imóveis transformações da natureza, o olhar do naturalista valoriza as marcas do tempo e os sinais obscuros de vida. Os fósseis falam da “autobiografia” da Terra, dão a conhecer a imensidão do tempo geológico, as profundezas do solo e as suas camadas visíveis. A natureza mutável possui uma ordem intrínseca, rege-se por leis próprias e comporta uma história que, segundo Buffon, começa nos cálculos de altitude a partir do fundo dos mares e atravessa, ao longo do tempo, uma sucessão de acidentes naturais, em que se incluem os terramotos. Conhecendo esta interpretação, José Joaquim Moreira de Mendonça, na *História Universal dos Terramotos* (1758), o primeiro grande tratado do género escrito em português, com inúmeras observações e notícias sobre o sismo de 1 de Novembro de 1755, escreve: “Os autores profanos, alguns dos antigos e muitos dos modernos, dizem que o globo terráqueo padeceu antigamente grandes revoluções, por causa de um universal terramoto ou da repetição de muitos.” 🦄 Qualquer das referidas



**A FÍSICA DA TERRA E A PROTECÇÃO DE SANTO ALEXIO**  
 Ilustração de uma dissertação académica checa, 1765  
 NISEE, Universidade da Califórnia, Berkeley

leituras da natureza implicava a ideia de catástrofe, ou melhor, pressupunha a necessidade de uma história do universo físico, pontuada por ocorrências “anómalas” ou desastrosas. Mesmo considerando a actualidade e modernidade das teorias de Kant e Buffon, deve acrescentar-se que os seus contributos ficavam muito aquém do

esforço de compreensão exigido por um acidente específico de grandes proporções e intensidade, como foi o terramoto do 1º de Novembro de 1755. Tendo em conta as conclusões que o filósofo alemão tira do acontecimento, o conjunto vastíssimo de observações obtidas a partir de uma metodologia experimental e, ainda, a



OS EFEITOS DO TERRAMOTO NA HOLANDA  
Gravura holandesa do séc. XVIII (?)  
NISEE, Universidade da Califórnia, Berkeley

formulação de teorias de base física e matemática sobre o impacto e o movimento de propagação dos sismos, pode dizer-se que o terramoto de 1755 marca, no campo da História e do conhecimento da Terra, o início da pesquisa científica moderna numa área que, muito mais tarde, se virá a designar por sismologia. 🐘 No século XVIII, a herança do pensamento antigo é retomada e conjugada com novas hipóteses e experiências. “Entre os fenómenos que a Natureza oferece à contemplação da Física, o mais difícil de explicar é o terramoto”, escreve Moreira de Mendonça na sua *Dissertação*

*Philosophica* (1756), que caracteriza o fenómeno em termos de “pulsão, tremor, inclinação ou subversão da terra em alguma parte do globo terráqueo”. Saliente-se que, na mesma altura, John Bevis publica, em Londres, um tratado idêntico, intitulado *The history and philosophy of earthquakes* (1757). A concepção de ambos não difere, no essencial, da maioria dos pensadores e naturalistas que se ocupam do tema e que partem da teoria dos quatro elementos de Empédocles – a terra, a água, o ar e o fogo – para compreender as manifestações regulares e invulgares do universo. Bento Morganti, Francisco Vasconcelos de Sande Corte-Real, João António da Costa Andrade, Frei Manuel da Epifania, Duarte Rebelo de Saldanha, Teodoro de Almeida e muitos outros autores portugueses e estrangeiros citam avulsamente os clássicos, mas não confinam as suas dissertações ao legado dos antigos. Têm presente Plínio, que dá testemunho de terramotos quase esquecidos; Parménides, que atribui a causa dos terramotos à terra; Anaxágoras, que elege o fogo como fonte de energia de todos os movimentos telúricos; Arquélau e Aristóteles, que privilegiavam a acção do ar. Bento Morganti, na *Carta a hum amigo* (1756), mobilizando todos estes factores, esclai-

rece, com mediana clareza, a doutrina comum acerca da origem dos terremotos: “O globo que habitamos sendo visivelmente formado de terra e de água não deixa, contudo, de nutrir em suas entranhas um fogo efectivo, material e ardente, que o éter excita por sua virtude activa e móvel; e como o ar se introduz em tudo, e não podendo ao mesmo tempo o fogo subsistir sem este elemento, disto resulta que estes quatro elementos ou princípios se acham misturados.” Logo, segundo acrescenta, a explosão que ocorre no interior da Terra, potenciada pelo “éter”, propaga-se a todos os mistos dando origem aos tremores de terra. 🐉 A ideia de explosão liga-se, por sua vez, à afirmação da existência de profundas cavernas subterrâneas que acumulam materiais diversos – enxofre, salitre, betumes e outras substâncias que se misturam entre si e se designam “mistos”. A tese da existência de cavernas subterrâneas está presente em grande número de interpretações sobre a origem dos sismos. Segundo uma concepção igualmente vulgarizada nos tratados e escritos sobre o assunto, os efeitos da pólvora inflamada, misturada com salitre, enxofre e carvão, há muito conhecidos, desenvolviam-se, sob a forma de “fermentação” ou “exalação” no interior das

referidas cavernas. Por isso, Moreira de Mendonça asseverava, na sua *História Universal dos Terramotos*, que “uma mina de pólvora na sua explosão forma um tremor de terra”. Na base do mesmo princípio, Teodoro de Almeida explica, no tomo VI da *Recreação Filosófica*, que, em 1755, “rebentou em várias partes a terra, lançando grande cópia de uma matéria negra e betuminosa, que mostrava ter grande porção de enxofre”. O mestre oratoriano apoiava-se na observação directa do fenómeno – “eu tive um pedaço [dessa matéria negra] nas minhas mãos e me certifiquei disso” – e na famosa descoberta de Nicolas Lemery, conhecida por “experiência do vulcão de Lemery”, que fora publicada, em 1701, nas *Memórias da Academia Real das Ciências de Paris*. No fundo, o químico francês criava a impressão de provocar um tremor de terra e um pequeno vulcão, introduzindo no solo, a um palmo de profundidade, um preparado de limalha de ferro e de enxofre. Após a fermentação deste aglomerado, ou seja, algumas horas depois, a terra começava estremecer, abrindo fendas, libertando fumos e lançando energicamente para o ar substâncias incandescentes. 🐉 Entre os diferentes autores que referem a demonstração de Lemery encontra-se Ribeiro Sanches, que valoriza, em abono da sua explicação sobre as origens dos terremotos, as experiências efectuadas por Boyle sobre a elasticidade do ar e pelo físico francês Amontons sobre a densidade do ar comprimido. Sem romper com a tradição aristotélica – que atribuiu os terremotos à movimentação de ventos subterrâneos inflamados por acção do fogo –, Ribeiro Sanches, nas *Considerações sobre os*

*Terramotos*, escritas em Janeiro de 1756 conforme indica no texto, sustenta que “no interior da terra existe ar nas cavernas de que é composta, e que ficará tão comprimido como for a profundidade do lugar em que estiver” e, mais adiante, fornecendo uma explicação global para terramotos, vulcões, auroras boreais, relâmpagos e trovões, diz que todos estes fenómenos provém de uma infinidade de vapores atmosféricos que deflagram e exalações sulfúreas que explodem. 🦋 Nesta como na maioria das explicações setecentistas, o fogo apresenta-se como elemento indispensável à eclosão dos terramotos, ou actuando directamente ou fazendo explodir as terras combustíveis ou vaporizando a água ou dilatando violentamente o ar. Ao mesmo tempo que vigoram estas concepções, o espanhol Benito Feijoo, o inglês William Stukeley e o italiano Andrea Bina sustentam que os tremores de terra ocorrem por efeito de descargas eléctricas. A experiência da famosa garrafa de Leida e as descobertas recentes de Benjamim Franklin sobre a electricidade em meio atmosférico tinham impressionado fortemente os físicos europeus. Os adeptos da teoria da electricidade aplicada aos terramotos encontram nesta causa provável a razão de ser da

propagação rápida dos sismos e o elemento comum que justifica a ocorrência simultânea, em partes distintas do globo, de tremores de terra. 🦋 Em Portugal, poucos autores atribuíram uma explicação exclusivamente física ou material ao terramoto de 1755. De um modo geral, aqueles que procuravam interpretá-lo como um fenómeno da natureza não deixaram de encará-lo, em primeiro lugar, como resultado da intervenção de Deus no curso do universo. Adoptando a lógica da dupla causalidade, distinguiam as “causas segundas” da causa primeira – Deus, criador da Natureza. Esta posição de princípio afigura-se, por vezes, mais convencional do que genuína ou consequente nas suas premissas filosóficas. Limitados nas suas apreciações por um apriorismo de que não conseguiam facilmente libertar-se, alguns desses pensadores foram capazes de raciocinar com rigor e método sobre a matéria das suas observações. Paradigmaticamente, José Alvarez da Silva promete, na *Investigação das causas próximas do terramoto* (1756), seguir “o método do novo órgão das ciências naturais que inventou Bacon”, não validar “hipóteses precárias” e ater-se aos dados da experiência – “sustentando o discurso nos constantes experimentos” que observara. Semelhante atitude assume Teodoro de Almeida quando intenta explicar o tsunami que acompanha o terramoto. A este respeito, recorde-se que no estuário do Tejo e na orla litoral sul, especialmente no Algarve, as águas invadiram violentamente as zonas costeiras. O movimento das águas ocorreu depois de a terra tremer. O avanço avassalador da frente marítima foi devastador e,



PADRE TEODORO DE ALMEIDA  
Óleo sobre tela  
IAN/TT

segundo as descrições da época, repetiu-se analogamente em cada um dos três sismos que se fizeram sentir no 1º de Novembro de 1755. Tendo observado de perto o fluxo e refluxo das águas do rio Tejo, o oratoriano conjectura que a terra “inchada” e “levantada” pela força da explosão que motivara o tremor de terra teria causado o deslocamento abrupto das águas. Reduz assim aquilo que os seus olhos haviam visto à expressiva imagem de um alguidar de água suportado, instavelmente, por alguém que o inclina. Nessa situação, “a água ganhará balanço e fugirá da borda que se levantou; mas em se assentando o alguidar, no segundo balanço a água não só chegará ao lugar antigo, mas passará muito avante, e transbordará para fora. Assim considero eu – escreve – o mar como um tanque imenso de água; que muito é logo que, levantando-se o terreno sobre as cavernas que ardem, e tornando ao seu assento, as águas ganhem balanço, ora fugindo, ora inundando, até se acomodarem?” A pergunta que tinha implícita a resposta aparece formulada no fim do volume sexto da *Recreação Filosófica*. 🐉 Todos estes contributos teóricos e dados empíricos autorizam, no plano prático, o inquérito imposto a todos os párocos pelo futuro marquês de Pombal que,



nesta como em outras matérias, contava com esclarecidos conselheiros. Pela pertinência e objectividade dos seus 13 quesitos, facilmente respondíveis, a consulta lançada em Janeiro de 1756, quando ainda se faziam sentir pequenos abalos de terra em Lisboa e outras localidades próximas, pode considerar-se o primeiro documento sismológico de carácter estatístico e utilidade pública de que há notícia no Ocidente. As perguntas orientadas tanto para as alterações da crosta terrestre como para a caracterização do tsunami configuram uma grande exigência de precisão e uma cuidada preparação por parte de quem orientou a elaboração do formulário e de quem, previsivelmente, desejava tratá-lo. Basicamente, o chamado *Inquérito do Marquês*

de Pombal faz tábua rasa das suposições do senso comum e obriga o olhar do observador a cingir-se ao essencial. 🦄 Na época, um dos tópicos mais glosados nas relações pormenorizadas que descrevem o tsunami prende-se com a forma como foi sentido o impulso e o movimento das águas e da terra, em momentos diferentes. Nos dois casos, a “opinião geral”, segundo escreve um observador inglês, aponta para “um movimento de tipo balouçante, como as ondas do mar”. Basicamente, a terra estremece à imagem de um navio que balança, e as águas movem-se inclinando e enrolando os obstáculos que vencem. São estas as representações mais impressionantes que se fixam do terramoto e do tsunami. Em gravuras ou nas descrições

que apareceram impressas as mesmas imagens exercem, directa ou indirectamente, um enorme poder de sugestão sobre os físicos e filósofos que, posteriormente, se debruçaram sobre o tema. Kant, escrevendo a partir de observações deste género e de outros indícios captados a grande distância de Lisboa, interroga-se: “Como pode a



**IMMANUEL KANT**  
Gravura de ilustração à obra,  
GESCHICHTE UND NATURBESCHREIBUNG  
DER MERKWÜRDIGSTEN VORFÄLLE  
DES ERDBEBENS, 1755  
Universidade de Marburg

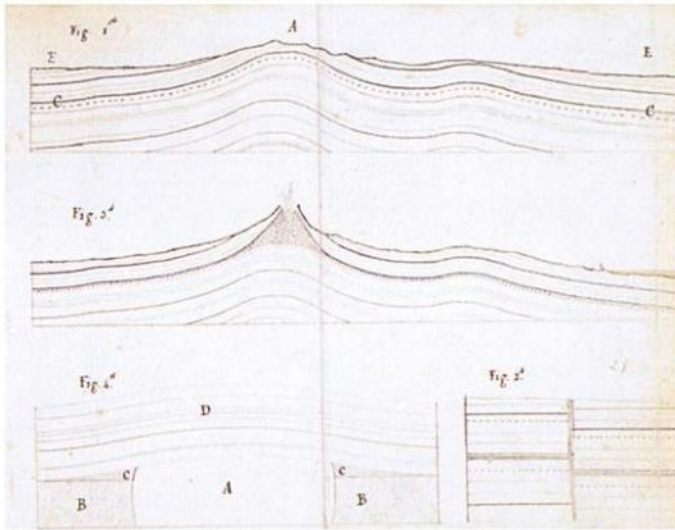
pressão das águas do mar da costa portuguesa, depois de se terem espalhado por centenas de milhas ter feito subir de alguns pés de altura as águas de Glückstadt e Husum?” E, tentando compreender o mesmo fenómeno, acrescenta: “A isto pode responder-se que há duas espécies de causas que levam um meio líquido a ser posto em movimento, por subida e descida sucessivas, isto é, de modo ondulatório, ou por uma súbita pressão que provoca na massa líquida movimento semelhante ao que sofreria um corpo sólido, de maneira a não permitir por fuga lateral a diminuição do efeito da pressão e da comunicação lenta do movimento” [Kant, 1955]. 🦄 Idêntica intuição sobre o efeito causado pelas concussões de terra do sismo de 1755, incluindo, especialmente, a sua violenta e ampla propagação em ondas, tiveram Élie Bertrand, em *Mémoires historiques et physiques sur les tremblements de terre* (1757), e John Winthrop, em *A Lecture on Earthquakes* (1755). Estes autores apenas insinuaram a ideia, sem a desenvolver. Só mais tarde, um discípulo de Newton a retomaria e aprofundaria de forma metódica e sistemática. À distância, John Michell, considerado hoje um dos precursores da Sismologia moderna, pode reflectir, maduramente, sobre o teor dos relatos conhecidos, surpreendendo neles algumas coincidências descritivas, como expressamente afirma nas *Conjectures concerning the cause, and observations upon the phaenomena, of earthquakes, particularly of the great earthquake of the first November 1755*, inseridas nas *Philosophical Transactions* da Real Sociedade de Londres (1760, nº 51). O seu objectivo era o de fornecer uma eluci-

IMMANUEL KANT  
HISTÓRIA E DESCRIÇÃO NATURAL  
DOS INCIDENTES MAIS ESTRANHOS DO  
TERRAMOTO, QUE NO FINAL  
DE 1755 ABALOU GRANDE PARTE  
DA TERRA, 1756  
Universidade de Marburg

dação detalhada das causas e efeitos da propulsão provocada pela explosão subterrânea e, acima de tudo, esclarecer a transmissão ondulatória do choque sísmico. Michell coloca a hipótese de a propagação do sismo se fazer através de um modelo de transmissão de ondas sísmicas-tipo. Baseia esta hipótese no facto de o interior da Terra ser formado por diferentes e sucessivas camadas de solo e rocha. A exploração desta tese ocupa uma longa parte do seu tratado. Para conferir maior realismo à representação dos estratos geológicos e das forças e acções envolvidas no terramoto, acrescentou ao tratado diagramas por si desenhados, como se pode ver no original manuscrito depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa (código 12983). Elabora quatro desenhos esquemáticos, cada um dos quais representando uma secção transversal do solo, em que se evidencia a estratificação da Terra. Em sequência, eles põem em relevo a libertação de vapor acumulado e a variação vibratória das ondas que, por falta de coesão dos estratos da Terra, asseguram a propagação ondulatória do choque sísmico. 🎨 Um outro estudioso, Johan Drijfhout, recorreu também a representações gráficas para ilustrar os efeitos do terramoto de 1 de Novembro de 1755. Em 1763



publica no jornal *Verhandlingen*, da Sociedade de Ciências de Haarlem, um artigo em que demonstra que o sismo tinha provocado uma invulgar agitação de águas em muitos rios e lagos da Holanda. A tarefa de Drijfhout era complexa, pois, para além de corroborar a teoria de Michell, procurava dar um suporte visual à ideia original de Kant de que a fonte dos terramotos podia estar numa região distinta daquela em que ocorriam os abalos telúricos. As alterações verificadas no comportamento das nascentes, rios e lagos, e a grande distância da zona atingida pelo sismo de 1 de Novembro de 1755 requeriam, desde logo, a necessidade de visualização dos seiches, isto é, das alterações ocorridas em certas massas de água isoladas à



**TRANSMISSÃO ONDULATÓRIA DOS SISMOS**

Ilustração constante da obra de John Michell, *Conjectures concerning the cause, and observations upon the phaenomena of earthquakes*, 1760

passagem das respectivas ondas sísmicas. Ao transpor para o desenho esta complexa ideia acabava por tornar mais fácil o entendimento imediato da teoria, esquematizando, assim, os enigmas da Terra e desdramatizando os efeitos próximos e longínquos do terremoto e do tsunami de Lisboa de 1 de Novembro de 1755. <sup>3</sup> Para poder reconciliar o homem com a natureza, naturalistas e filósofos tentam canalizar o uso da razão para o campo da curiosidade teórica. Esta é, claramente, a atitude de Ribeiro Sanches que, dois meses depois do desastre, escreve as *Considerações sobre os terremotos*, para “conhecer aquela universal ordem da Natureza, para desterrar dos ânimos aflitos e temerosos aquela solícita admiração, que aumenta os males do futuro e que deprime e consome o pouco ânimo que deixou o tremor causado pelo desastre e desolação”. À semelhança de Kant, que reflecte, simultaneamente, sobre

o terremoto de 1755 em três escritos famosos, Sanches não só sustenta uma teoria análoga à do filósofo alemão, como postula a mesma necessidade de restaurar a confiança do homem, atingido no cerne da sua relação com o mundo exterior. Ambos não se limitam a explicar o que existe debaixo do chão, os perigos que as cavernas subterrâneas encerram. Em nome de uma razão actuante recusam um destino cego. Kant recomenda que a cidade de Lisboa seja reerguida no mesmo local, porém, com a implantação dos prédios respeitando a orientação visível do impacto do terremoto. Sanches acha que “deveria entrar na consideração dos legisladores” a escolha dos terrenos mais adequados para edificar cidades, não se permitindo construções a menos de quatro léguas do mar, e que estas teriam que ser “fundadas” e “fabricadas” segundo processos sismorresistentes. A preocupação de reconduzir o terremoto a um esquema de causalidade física associa-se à tentativa precária de “prever”, prevenir e minimizar estragos futuros, conforme explicita no *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* e nas *Considerações sobre os Terremotos*. Aí, exprime também a ideia de que as ciências da Terra não estavam suficientemente desenvolvidas para demons-

trar a causa dos terremotos – “tudo o que dissermos deles será por analogia”, diz Sanches. No entanto, admite que no futuro elas venham a ser conhecidas. Acreditando no progresso das ciências, Ribeiro Sanches e Immanuel Kant – que escrevem ao mesmo tempo, sem se conhecerem – não deixam de considerar a utilidade dos terremotos. Sendo idêntico o princípio de que partem, as conclusões que tiram são, contudo, diversas. Ribeiro Sanches, admitindo que todos os fenômenos extraordinários da natureza procedem de um nexo comum, observa que, tal como as trovoadas, os raios e os trovões contribuem para “limpar” a atmosfera de exalações mefíticas, também as explosões no interior da terra servem para as dissipar. Logo, “por este benefício” compensa a natureza os estragos que os terremotos causam. Ao mesmo tempo que o médico português escreve estas palavras, Kant vê esse proveito na renovação do solo que possibilita, a curta ou longa distância, o crescimento de plantas, o aparecimento de fontes termais, minas e cursos de água. Mas, no seu esforço especulativo, o filósofo alemão vai, evidentemente, muito mais longe na consideração dos benefícios a retirar dos terremotos. Ao assinalar a separação do campo filosófico do religioso, renuncia, expressamente, à “indiscrição pecaminosa de descobrir os propósitos de Deus” no movimento da Terra. O mesmo pensamento poderia ser subscrito por Sanches.

Porém, ao atribuir o que é natural à Natureza e o que é racional ao Homem, Kant faz “prova cabal de uma razão apurada”. No horizonte da Aufklärung, a experiência do ano de 1755 dá um suporte realista à separação da teoria da teodiceia e faz descer o homem à terra, “à fragilidade do chão” que pisa e à sua elementar condição mortal, tornando-o, por estranho que pareça, mais capaz de se elevar às grandes realizações do espírito. É que, como explicita Kant, “os grandes acontecimentos, que têm repercussão no destino de todos os homens, fazem despertar com toda a razão aquela curiosidade louvável que acorda para tudo o que é extraordinário e costuma interrogar-se acerca das suas origens”.

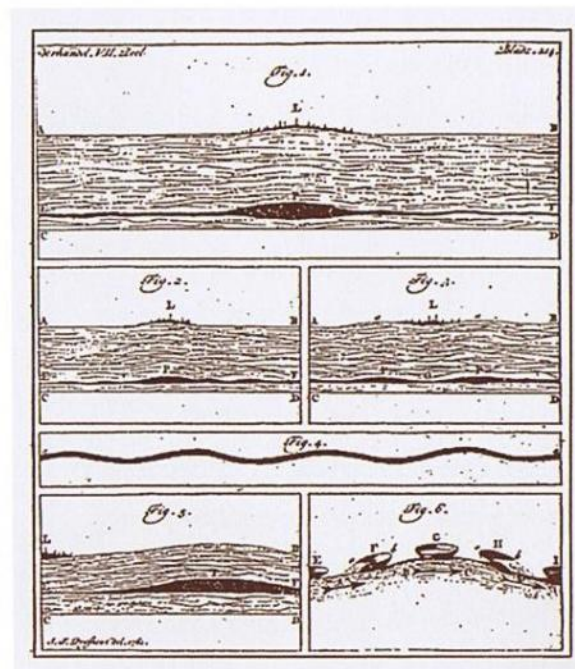


DIAGRAMA ILUSTRANDO  
A NOÇÃO DE SEICHE  
Johan Drifhout

# O OPTIMISMO ABALADO

Metáfora de uma nova ordem do mundo, o desastre de Lisboa lança assim novos desafios à compreensão da Natureza e, consequentemente, ao desenvolvimento da Ciência. Mas, na História intelectual da Europa o acontecimento ficaria igualmente célebre por convocar o escândalo do mal, pondo em confronto diversas concepções de Providência, e de suscitar a discussão do problema da dessacralização do tempo e do sentido da História. 🦋 Em termos próximos, a questão do mal vinha sendo debatida, desde os fins do século XVII, pelos adeptos do racionalismo crítico e das correntes deístas que punham em causa a ideia de pecado original – origem do mal e de todo o sofrimento – e a doutrina cristã do livre arbítrio, sobre a qual se alicerçava a visão comum do problema. Pierre Bayle recusando conciliar razão e fé distingue, radicalmente, a presença do mal do poder infinito de Deus. Leibniz, respondendo a Pierre Bayle, procurava mostrar, nos *Essais de Théodicée* (1710), que a realidade do mal em nada contradizia a eterna perfeição de Deus. Ao criar o mundo, Deus, que era a razão suficiente do mundo, conhecendo a infinidade dos possíveis, escolheu, por um acto da sua vontade, o fim mais conforme à sua criação, dotando-o do mínimo de mal possível. O mal apresentava-se como um mínimo necessário para um máximo de bem, visto que sendo responsável pela imperfeição das criaturas, não interferia com a felicidade de todos, nem

com o princípio de harmonia universal que regia o Universo. Logo, o mundo, tal como existia, era “o melhor dos mundos possíveis”, porque no acto da sua criação Deus havia preterido o *maximum* (o mundo perfeito) em benefício do *optimum* (“o melhor dos mundos possíveis”). 🦋 Numa ordem tão racionalmente organizada e acessível ao entendimento humano, a existência do mal só podia ter uma explicação metafísica. Para justificar a sua diversa natureza, o filósofo alemão distinguia três tipos de mal: o mal metafísico, o mal físico e o mal moral. O mal metafísico consistia na imperfeição de toda a criatura, em particular do homem; o mal físico, decorrente da privação, tinha a sua expressão máxima na morte e no sofrimento; o mal moral resultava dos infortúnios infligidos ou provocados pelo próprio homem. Em suma: todas as categorias de mal tinham a sua raiz no mal metafísico que existia necessariamente porque o mundo se apresentava constituído por essências finitas e, portanto, imperfeitas. Esta destrição autorizava a consideração de duas atribuições divinas implícitas no discurso da teodiceia, a saber, o poder fundador de Deus no acto da criação do mundo e o poder ordenador de Deus como supremo legislador. Kant que, a propósito do terramoto de 1755, questiona a possibilidade filosófica da segunda premissa, se, por um lado, não declara imediatamente a falência da teodiceia, salienta, desde logo, os perigos a que conduz uma tal visão do






mundo. Neste ponto, a herança leibniziana, em crise aberta, arrasta-se até 1791, ano em que Kant disserta sobre a “impossibilidade da teodiceia”. A palavra teodiceia, que fora inventada por Leibniz nos alvares do século XVIII, fundamentava o optimismo doutrinal nascente, mas podia também ser interpretada como um sistema que condicionava a liberdade do homem, justificava o sofrimento, o pecado original, e desculpava Deus pelo mal que autorizava. Para evitar cair nos mesmos erros, os adeptos da religião natural – que concebiam a ideia de divindade à margem da Revelação – preferiram alicerçar a sua doutrina do “tudo está bem” na filosofia natural newtoniana. Num sensível apelo à felicidade terrena, o deísta Pope exaltava, no *Essay on Man* (1733-1734) a perfeição do Universo e a realização, através do homem, do




plano providencial de Deus. Dito de outro modo, no Universo havia uma ordem e uma finalidade, insita à natureza humana, que não cabia ao homem modificar. Quebrar um só elo dessa ordem, de toda a cadeia de seres existentes, equivalia a destruir toda a série e, portanto, o próprio Homem. A ideia de que tudo estava bem e de que, pelas leis da Natureza, tudo corria pelo melhor, assentava, portanto, na concepção de uma ordem universal estabelecida por um Ser Supremo, dotado de perfeição absoluta. No Universo, todos os seres estariam hierarquizados e formariam uma cadeia ordenada por ordem decrescente de complexidade e perfeição. Tudo estava encadeado e tudo era necessário. Enfim, para Pope a harmonia geral decorria desse encadeamento perfeito de seres e da aceitação, por parte do homem, da prodigiosa criação ordenada por Deus. Com a consciência aguda da sua grandeza e da sua fragilidade, só restava ao homem aceitar os desígnios da Providência e proclamar que tudo quanto existia estava bem. Do ponto de vista lógico, o mesmo raciocínio transposto para a sociedade levava a que o mal particular fosse tomado como condição do bem geral. Logo, em termos morais, desvalorizava-se o sofrimento particular dos seres humanos e exaltava-se a ideia de felicida-

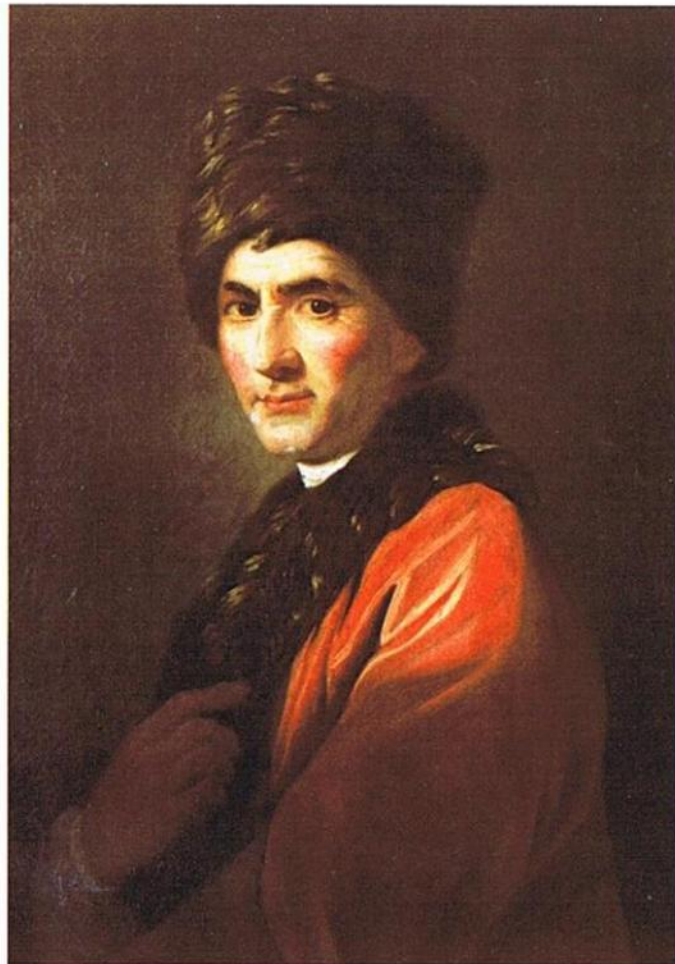
**VOLTAIRE IDOSO**  
Gravura de Charles Brabant,  
final do séc. XIX  
ADS



de, fundada na prática da virtude e na completa identificação desta com a ordem geral, mantida pela Providência.  Deste modo, o optimismo, enquanto ideal e estado de espírito, corporiza um conjunto de ideias luminosas e valores práticos que se difundiram rapidamente – o sucesso europeu da obra de Pope é prova disso. Preocupado com a livre aceitação da nova doutrina, o jesuíta Castel cria o neologismo “optimismo” e utiliza-o, pela primeira vez, nas *Mémoires de Trévoux*, em Fevereiro de 1737. Nesse texto intenta mostrar que a religião natural ou o deísmo conduzem ao optimismo e que este não passa de uma forma encapotada de exprimir o fatalismo provocado pela existência do mal. Apesar de todas as divergências, católicos, protestantes e jansenistas unem-se para denunciar o fatalismo inerente ao novo conceito filosófico.  Entretanto, o termo optimismo é consagrado em dicionário, ao mesmo tempo que passa a fazer parte dos planos de estudos e a integrar temas a concurso de Academias. Em 1752 é registado pelo *Dictionnaire de Trévoux* e, dez anos depois, dá entrada no Dicionário da Academia Francesa. Em 1753, a Academia de Berlim, fundada por Leibniz e presidida por Maupertius, para a recepção do novo sistema filosófico – que tanto fascinava o monarca Frederico II e a sua Corte –, submete o tema a concurso. A dissertação vencedora, da autoria de Reinhard, é conhecida no mesmo ano em que ocorre o desastre de Lisboa. Esta coincidência, mais do que o seu conteúdo, bastaria para a tornar célebre.  Pouco antes, Voltaire, em carta a Frederico II, reconhecia que o seu fatalismo mitigado, próximo do determinismo filosófico, era inerente à

acção do Deus relojoeiro e ao optimismo de fundo deísta que alimentava a sua crença. Esta tomada de consciência coincide com o recurso ao conto filosófico para exprimir a “fatalidade” das suas personagens e melhor sublinhar a supremacia da felicidade final sobre o infortúnio particular e episódico. Depois da toada optimista do poema *Mondain*, escrito em 1736, Voltaire publica um dos seus mais expressivos contos filosóficos, *Le monde comme il va, Vision de Babeuc* (1748), onde concluía que, no mundo, se nem tudo estava bem tudo era ao menos suportável. Uma tal ideia em breve seria posta à prova na Corte de Frederico II, onde o filósofo permaneceu de 1750 a 1752.  Aquilo que à partida parecia ser o cumprimento de mais uma promessa de felicidade depressa se transformou num pesadelo. Num ambiente de marcada controvérsia filosófica, Voltaire decidiu ridicularizar a menoridade intelectual do então presidente da Academia de Berlim, publicando uma série de libelos e *La Diatribe du docteur Akakia, médecin du Pape* (1752), em que o leibniziano Maupertius era especialmente visado. O panfleto foi queimado em praça pública, por ordem de Frederico II, e o seu autor, caído definitivamente em desgraça, viu-se obrigado a abandonar à pressa Berlim,

no meio das maiores peripécias e desgraças. No rescaldo de tão atribulada viagem, Voltaire, impedido igualmente de retornar a Paris, acabou por se fixar em Genebra, entregando-se, por inteiro, ao labor literário. Aí teve conhecimento, em 24 de Novembro de 1755, do terramoto de Lisboa. 🐉 A irrupção violenta do desastre de Lisboa no panorama informativo da época funcionou como detonador de uma reacção incontida, cristalizadora das suas angústias existenciais e filosóficas de Voltaire. No plano das ideias, a diatribe voltairiana teve como fulcro e pomo de discórdia o legado optimista da filosofia das Luzes. Em réplica emocionada e crítica, redige então o famoso *Poème sur de desastre de Lisbonne*, que, depois de significativas correcções, é dado à estampa em 1756. No prefácio adopta a “triste mas antiga verdade, reconhecida por todos os homens, *existe mal sobre a terra*”, sublinhando que “a expressão *tudo está bem*, tomada em sentido absoluto e sem esperança no futuro, não passa de um insulto às dores da nossa vida”. Na sua crítica ao optimismo distingue o pensamento de Pope – “que sempre admirou” – das premissas metafísicas da visão do mundo de Leibniz que nunca quis compreender e que lhe pareciam até ser uma espécie de grão na engrenagem racional da mecânica da natureza. Descrendo da possibilidade de explicar a origem do mal, e pondo assim em causa a própria Metafísica, Voltaire aceita o mal como um




**JEAN-JACQUES ROUSSEAU**  
Óleo sobre tela de Sir Allan Ramsay  
Col. do Castelo de Coppet, Suíça


dado da experiência sensível, considera-o uma evidência cruel, rende-se à experiência do infortúnio e recusa, em situação de calamidade, falar em felicidade geral. No poema convoca o absurdo e lança a inquietação em versos como estes:


"QUE CRIME, QUE OFENSA COMETERAM AS CRIANÇAS  
ESMAGADAS E ENSANGUENTADAS SOBRE  
O SEIO MATERNAL?  
TERIA LISBOA, QUE JÁ NÃO EXISTE, MAIS VÍCIOS  
DO QUE LONDRES OU PARIS MERGULHADAS EM DELÍCIAS?  
LISBOA ESTÁ ARRASADA, E DANÇA-SE EM PARIS."

Arrastando consigo os clamores da gente simples, afirma ser intolerável, no meio da tragédia, proclamar que tudo está bem. Manifesta de modo pungente a sua revolta e indignação, bombardeia o leitor com imagens de grande intensidade dramática e questiona-se sobre a bondade e a justiça de Deus. Como deísta, expressa as ambiguidades de uma razão poderosa na aproximação aos desígnios da transcendência e à inteligência suprema do Universo, mas que permanece incapaz de interpretar a sua essência e de dialogar com a Providência, tal como o faziam os

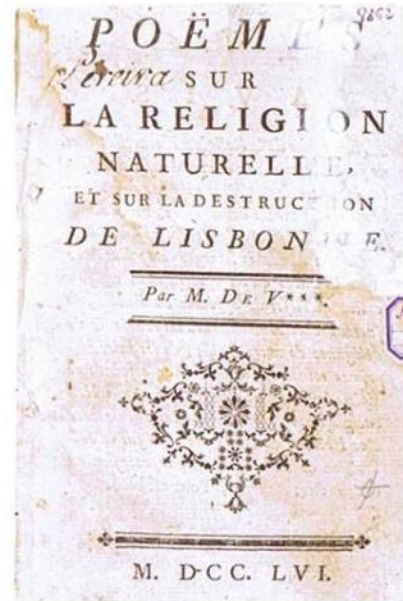
cristãos. Recusa reduzir o mal a instância instrumental de uma trágica Providência, cujos sinais e manifestações os seguidores das religiões reveladas tomavam como manifestação de sabedoria e bondade de Deus. A Natureza permanecia muda, possuía uma ordem própria e o Supremo Arquitecto do Universo não interferia no seu curso. E se muitos filósofos, "tristes calculadores das misérrimas humanas", tinham construído imaginosos sistemas assentes sobre areias movediças, Voltaire, interpretando, talvez, os dilemas, as dúvidas e as hesitações dos homens cultos da época, limitava-se a afirmar "que este mundo está cheio de infelizes que falam de felicidade" e que o presente sem amanhã é vazio e destrutivo.  Em Voltaire, a crise da teodiceia torna assim mais evidente a difícil separação entre a razão terrena e a imortalidade cristã. A revolta contra o sofrimento e a necessidade de proclamar a superação futura dos males que afectam a humanidade são portanto reveladoras de uma nova relação com o tempo, com um tempo que deixa de ser exclusivamente pensado em função da salvação e em que Deus se retira para deixar agir o homem, com a garantia de jamais interferir no curso da História. Daí a esperança que irradia, de forma ténue e hesitante, no final do poema. Com o alento do futuro e com o brilho de um pensamento que se refaz e reactualiza, Voltaire sela as decepções presentes e decepções passadas, fazendo fé na capacidade imaginária do Homem e nas possibilidades de progresso material e moral da sociedade. Emergindo do ruído da tragédia, a lira filosófica do poeta anuncia que:

“O PASSADO NÃO É PARA NÓS MAIS DO QUE  
 UMA TRISTE RECORDAÇÃO:  
 O PRESENTE É TERRÍVEL, SE NÃO HOVER FUTURO,  
 SE A NOITE DO TÚMULO DESTRUIR O SER QUE PENSA.  
 UM DIA TUDO ESTARÁ BEM, EIS A NOSSA ESPERANÇA:  
 TUDO ESTÁ BEM HOJE, EIS A ILUSÃO.”

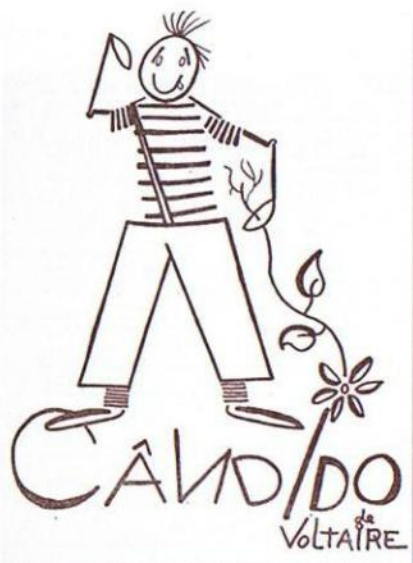
Apesar de tudo, a tónica voltairiana está longe de ser pessimista. A angústia aflora a par da crítica e o impasse subjectivo perante a trágica realidade sobreleva a frieza de raciocínio, uma vez que é a quente que Voltaire medita sobre o desastre de Lisboa. Devido ao empolamento dado pela imprensa ao assunto, o *Poème sur le désastre de Lisbonne* foi lido e relido por milhares de leitores, de Portugal às remotas partes da Rússia, no outro extremo da Europa. Acusando o facto, Melchior Grimm, em carta dirigida a Diderot, mostrando-se surpreendido com as sucessivas edições do *Poème*, considera que “um bem” ou “um mal reportado a um individuo” não pode confundir-se com “um bem ou um mal de alcance universal”, como parecia acontecer.  De facto, a reflexão de Voltaire deu azo a inúmeras e diferentes reacções. Numa apreciação sintética, retenha-se que, pela sua mensagem anti-providencialista, o poema, colocado no *Index*, foi prontamente condenado por católicos e protestantes. Em Portugal, o padre Teodoro de Almeida ocupou-se da sua refutação pública redigindo um longo poema, ilustrado e comentado pelo padre António das Neves Pereira, a que deu o título de *Lisboa Destruída*. Conforme

diz no prólogo, a sua composição destinava-se a defender a religião e a travar “o ronco terrível e medonho” de “um ímpio famoso”. O texto, pronto para impressão desde 1763, estranhamente, só em 1803 conheceu letra de forma. Contrastando com o fraco fôlego filosófico desta crítica, ditada por mero proselitismo católico, a leitura de Rousseau retoma, com coerência e originalidade, a questão da teodiceia, subtraindo tanto a Deus como ao pecador a origem do mal.  Em carta endereçada ao senhor de Ferney, datada de 18 de Agosto de 1756, o autor do *Discours sur les sciences et les arts* aceita, sem sobressaltos, a aparente anomalia da Natureza e releva, sem desculpa, a responsabilidade moral do homem no desastre. “Eu não vejo – escreve Rousseau – que se possa procurar a fonte do mal moral noutra sitio que não seja no homem livre, aperfeiçoado, portanto, corrompido; a maior parte dos nossos males físicos são ainda obra nossa. Sem abandonar o vosso assunto de Lisboa, tereis de concordar, por exemplo, que a Natureza não teria, de modo algum, reunido lá vinte mil casas de seis ou sete andares, e que se os habitantes dessa grande cidade se tivessem dispersado mais uniformemente, e alojado de um modo mais ligeiro, o estrago teria sido muito menor, e

até talvez nulo.” 🧚 Bem vistas as coisas, o mal não interfere com a criação e com a essência do Homem, naturalmente bom. É fruto da sociedade e, enquanto tal, alimenta a corrupção introduzida pelo movimento degenerativo da História. Na verdade, Rousseau não imputa a Deus nem à Natureza aquilo que julga ser do domínio da Moral. Como a ideia do mal suporta a dimensão histórica da política, o devir é também o movimento pelo qual a humanidade se torna culpável. Se na origem o homem desconhece o vício e em sociedade se torna vicioso, então o retorno ao bem adquire o sentido de “revolta contra a história” e de fuga ao tempo presente, com ou sem calamidades e desastres [J. Starobinski, 1971]. 🧚 Sem sacrificar a sua visão conservadora da Natureza, Rousseau não pretende tanto proclamar a hegemonia da Razão mas sim a liberdade do homem. A polémica com Voltaire acentua, portanto, a vibração do “sismo filosófico” que atinge em cheio a Europa em 1756 [Baczko, 1997]. Em Voltaire as conquistas da civilização, suportadas pelo progresso da sociedade, são irreversíveis. A humanidade progride e é com a História que a natureza humana se confronta. O estudo histórico das crenças e costumes conduz à relativização da distinção entre o bem



e o mal, fazendo ressaltar o fundo de valores comuns a todos os homens. A universalidade da razão não só unifica como dá sentido à humanidade do homem. Percebe-se assim que a experiência histórica do terramoto de 1755 esteja na base de uma deriva filosófica não isenta de inquietações metafísicas e morais, cujas repercussões se fazem sentir na própria criação romanesca. 🧚 Em abono dessa demanda de sentido, Voltaire lança, três anos depois da publicação do *Poème*, o célebre *Candide ou l'Optimisme*. Como já foi salientado, a real difusão de *Candide* transcende, largamente, a tiragem da obra. De qualquer modo, conhecem-se, no primeiro ano da sua publicação, dezassete edições em francês desta fantástica novela. Estima-se, assim, que tenham sido vendidos vinte e cinco mil exemplares do



102

livro só em 1759. 🐛 Em *Candide*, os acontecimentos reais não são meros pretextos para a criação imaginária de factos trágicos e divertidos que se sucedem a um ritmo vertiginoso. No desenrolar da intriga romanesca ocorrem mortes aparentes, reencontros inesperados, amores burlescos, descobertas de países fabulosos, viagens e embates cruéis, massacres, terremotos, autos-de-fé, entre outros episódios. O irrealismo da novela percorre o espaço terrestre, acompanhando o deslocamento fulgurante do herói que entra em conflito com o mundo e se revela do primeiro ao último passo da história. Os sucessos descritos vão de Vestefália a Constantinopla, passando por Lisboa – Candide e Pangloss atingem a capital portuguesa precisamente no dia do grande terremoto –, Buenos Aires, Paris e Veneza. No centro das mais trepidantes aventuras encontram-se três personagens caricaturais: Pangloss, doutor leibniziano que, contra todas as

#### CÂNDIDO DE VOLTAIRE

Tradução de Maria Archer, Adaptação e Encenação de Luiza Mari Martins, levada à cena pelo Teatro Estúdio de Lisboa, em 1973 (capa do Programa) Arquivo do Museu Nacional do Teatro

evidências, continua a acreditar que se vivia no “melhor dos mundos possíveis”; Martin, filósofo maniqueista, desditoso e infeliz; e Candide, jovem alemão, de raciocínio rápido e espírito simples que parece estar sempre deslocado da realidade. De facto, ele deixa-se surpreender e revela-se confuso perante acontecimentos cuja lógica se lhe afigura, por vezes, ininteligível. 🐛 Personagem “por excelência do universo moderno e contemporâneo”, Candide é um explorador de novidades, pouco temente a Deus e sempre em busca de valores alternativos, num mundo inseguro e em transformação. A sua sabedoria faz recordar as simples e profundas máximas orientais. O herói da novela tem consciência de que não habita o “melhor dos mundos possíveis”, nem transita por lugares de abominação e loucura, como pretendia o maniqueista Martin. Limita-se a estabelecer a ligação necessária entre a vida simples, a felicidade momentânea e o trabalho continuado. 🐛 A opção de Candide simboliza o ponto de chegada de Voltaire em torno do debate da teodiceia *versus* optimismo, precipitado pelo terremoto de Lisboa. Da indagação sobre as relações entre a razão humana, a Providência e o mal no mundo ficara a compreensão profunda da insuficiência da razão metafísica, portadora de

dogmatismo, e a expressa certeza da autocriação do homem através do trabalho, do conhecimento e da imaginação criadora. 🐉 Em *Candide*, nada do que é atroz resulta de um mero jogo imaginativo. De modo ficcional, Voltaire aproveita para satirizar, talvez com a lembrança do que havia sucedido com o terramoto de Lisboa, as constantes atrocidades que as gazetas da época, vorazmente lidas e comentadas, se encarregavam de divulgar em toda a Europa. Sem nunca abandonar o registo irónico, Voltaire põe também a ridículo a forma como o homem descarta os seus erros, justifica a brutalidade das suas acções e integra no plano providencial de Deus acontecimentos tão absurdos como uma batalha, um auto-de-fé ou um terramoto. Importa também salientar que na novela os indivíduos que suportam a narrativa se encontram deslocados, fora das suas pátrias. Formam um grupo de exilados cosmopolitas, apelam à tolerância, praticam-na, e enfrentam todo o tipo de hostilidades. Neste aspecto, os companheiros de Candide, na sua expressão caricatural, mantêm uma vaga filiação com a idealizada e imaginária República das Letras, tão cara aos espíritos das Luzes. Talvez por isso, um homem tão identificado com as grandes correntes de pensamento filosófico do seu tempo e a par das mais importantes controvérsias do momento, como era o português António Nunes Ribeiro Sanches – refugiado então em Paris – aplauda entusiasticamente a novela de Voltaire e recomende a sua leitura ao poeta Pina e Melo. Falando das vantagens da tolerância civil, o médico português acrescenta que Voltaire acabava de “confirmar” o mesmo “pensamento e ensiná-lo a toda a

Europa em uma novela intitulada *Candide*.” Depois de sintetizar, com inteligência e sensibilidade, as principais ideias da obra, adopta a filosofia de Voltaire, com entusiasmo e provocando alguns silêncios judiciosos: “tirei desta leitura uma consolação tão animosa, que jamais murmurarei do que vir suceder enquanto me lembrar deste livro: que por um terramoto se subverta um Reino, que por um Príncipe gemam muitas Nações; que por um Tribunal se percam todos os conhecimentos divinos e humanos; e que seja decorado o Príncipe, e este mesmo Tribunal que são inspirados pelo Espírito Santo, não direi nem pensarei coisa alguma [...] a idade a que cheguei [...] e o estado da minha vida e saúde me faz preferir este modo de pensar a outro que já tive há muitos anos” [Ferrão, 1936, p. 45-46]. 🐉 Em observância ao espírito voltairiano, fazia ainda sentido evocar a guerra europeia que principiara no ano imediato ao terramoto de Lisboa, e cuja evolução era fortemente temida pelos contemporâneos. Em pleno conflito, o filósofo dedica-se à escrita do *Précis du Siècle de Louis XV*, elegendo, no capítulo trinta e um, o terramoto de 1755 como marco entre o passado e o futuro da Europa, prenúncio, afinal, de um tempo incerto e difícil que assinalara, para sempre, o fim da paz e o recuo do optimismo contagiante de princípio do século. Como justifica Voltaire, “A Europa juntava-se como uma grande família reunida de acordo com as suas diferenças. As novas desgraças da Europa pareciam ter sido anunciadas pelos terramotos que se fizeram sentir em diversos pontos do seu território, e de modo terrível em Lisboa, mais do que em qualquer outro lugar.”

# BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

AAVV, *Sismicidade de Portugal. Estudo da documentação dos séculos XVII e XVIII*,

2 vols., Lisboa, Ministério do Planeamento e Administração do Território, 1988.

ARAÚJO, Ana Cristina,

"Ruína e Morte em Portugal no Século XVIII.

A propósito do Terramoto de 1755";

in *Revista de História das Ideias*, vol. 9, t. 2, Coimbra, 1987, pp. 327-365.

ARAÚJO, Ana Cristina,

"O Desastre de Lisboa e a opinião pública europeia",

in *Estudos de História Contemporânea*, Homenagem ao

Professor Victor de Sá,

Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 93-107.

ARAÚJO, Ana Cristina,

"1755. L'Europe tremble à Lisbonne",

in A. Compagnon et J. Seebacher (dir.),

*L'Esprit de l'Europe*, t. 1, *Dates et Lieux*,

Paris, Flammarion, 1993, pp. 125-130.

ARAÚJO, Ana Cristina,

"Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches"

in *Ars interpretandi. Diálogo e Tempo*,

Homenagem a Miguel Baptista Pereira, Porto,

Fundação António de Almeida, 2000, pp. 35-85.

BACZKO, Bronislaw,

*Job, mon ami. Promesses du bonheur*

*et fatalité du mal*, Paris, Gallimard, 1997.

BARRETO, José,

"O Discurso Político falsamente atribuído

ao Marquês de Pombal", *Revista de História das Ideias*, IV,

*O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, t. 1, 1982, pp. 385-422.

BELO, André,

"A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755:

a margem do não escrito", *Análise Social*,

vol. XXXIV, 151-152, 2000, pp. 619-637.

BLUMENBERG, Hans,

*O Riso da Mulher de Trácia*.

*Uma Pré-História da Teoria*, Lisboa, Difel, 1994.

BOXER, Charles R.,

"Some contemporary reactions to the Lisbon earthquake of 1755",

*Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, t. XXII, nº 2, 1956,

pp. 113-129.

BRAGA, Maria Luísa,

"A Polémica dos Terramotos em Portugal",

*Revista Cultura, História e Filosofia*, vol. 5, 1986, pp. 545-573.

BRAUN, Theodore E. D. e RADNER, John B. (ed.),

*"The Lisbon earthquake of 1755. Representations and*

*reactions"*, SVEC, 2005, 2, Voltaire Foundation, Oxford, 2005.

CAMPOS, Isabel M. Barreira de,

*O Grande Terramoto (1755)*,

Lisboa, Parceria, 1998.

CARDOSO, Arnaldo Pinto,

"O terramoto de Lisboa (1755).

Documentos do Arquivo do Vaticano"

*Revista de História das Ideias*, 18, 1996, pp. 441-510.

CARDOSO, Margarida Vasconcelos,

"Le tremblement de terre de Lisbonne: échos et panique".

*Travaux de Littérature – Les Grandes Peurs*, XVI,

Droz, Genève, 1995, pp. 149-165.

CARVALHO, Rómulo de,

"Portugal nas 'Philosophical Transactions'

nos séculos XVII e XVIII",

*Revista Filosófica*, 15-16, 1956, pp. 3-59.

CARVALHO, Rómulo de,

"As interpretações dadas, na época, às causas do terramoto de 1 de Novembro de 1755",

in *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*,

Classe de Ciências, t. XXVIII, Lisboa, 1987, pp. 179-205.

CHESTER, David K.,

"The 1755 Lisbon earthquake",

*Progress in Physical Geography*, 25, 3, 2001, pp. 363-383.

DOMÍNGUEZ, J. de Vega,

"Des Bords Sanglants du Tage à la Mer de Cadix.

El Terremoto de Lisboa y sus consecuencias en Andalucía.

Nuevos testimonios",

*Revista Portuguesa de História*, t. XXXII, 1997-1998,

pp. 243-329.

DYNES, Russell R.,

*The Lisbon Earthquake in 1755:*

*Contested meanings in the first modern disaster*, University of Delaware Disaster Research Center, 1997 (não publicado, disponível em <http://www.udel.edu/DRC/>).

ESTORNINHO, Carlos,

"O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações Luso-Britânicas"

*Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, t. XXII, nº 1, 1956,

pp. 198-233.

FERRÃO, António,

"Ribeiro Sanches e Soares de Barros. Novos elementos para as biografias desses académicos", *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, 1936, pp. 5-99.

FONSECA, João Duarte,

*1755. O Terramoto de Lisboa*,

Lisboa, Argumentum, 2004.

FRANÇA, J.-A.,

*Lisboa Pombalina e o Iluminismo*,

3ª ed. revista e atualizada, Lisboa, Bertrand Editora, 1987.

FRANÇA, J.-A.,

*A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*,

Lisboa, ICLP, 1989.

GÜNTHER, Horst,

"Le désastre de Lisbonne",

*Revista de História das Ideias*, 12, 1990, pp. 415-427.

KANT, Immanuel,

*Ensaio de Kant a propósito do Terramoto de 1755*,

trad. Luís Silveira, Lisboa,

Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1955.

KELLER, Susanne B.,

"Sections and views: visual representation in eighteenth-century earthquake studies",

*British Journal for History of Science*, 1998,

31, pp. 129-159.

KENDRICK, T. D.,

*The Lisbon Earthquake*, London,

Methuen & Co. Ltd, 1956.



- KOSAK, J. T. e JAMES, C. D.  
*Historical Depictions of the 1755 Lisbon Earthquake*.  
National Information Service for Earthquake Engineering,  
University of California Berkeley, 1998 (não publicado, dispo-  
nível em <http://nisee.berkeley.edu/lisbon/>)
- LÖFFLER, Ulrich,  
*Lissabons Fall - Europas Schrecken. Die Deutung  
des Erdbebens von Lissabon im deutschsprachigen  
Protestantismus des 18. Jahrhunderts*.  
Berlim/New York, Walter de Gruyter, 1999.
- LÜSEBRINK, Hans-Jürgen,  
"Le tremblement de terre de Lisbonne dans les périodiques  
français et allemands du XVIIIe siècle",  
in *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*,  
Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne,  
1999, pp. 303-310.
- MENDONÇA, J. Moreira de,  
*Historia Universal dos Terramotos que tem havido  
no Mundo [...] com huma narraçam individual do Terremoto  
do primeiro de Novembro de 1755*.  
Lisboa, Officina de António Vicente da Silva, 1758.
- Monumentos, Revista Semestral de Edifícios  
e Monumentos*, 21, Setembro de 2004.
- NEIMAN, Susan,  
*Evil in Modern Thought: An Alternative of Philosophy*,  
Princeton, PUP, 2002
- NOZES, J.,  
*O Terramoto de 1755: Testemunhos Britânicos*,  
Prefácio de Maria Leonor Machado de Sousa,  
Ed. Lisóptima/The British Historical Society of Portugal,  
Lisboa, 1990.
- Portugal de D. João V Visto por três Forasteiros*,  
trad., pref. e notas de Castelo Branco Chaves,  
Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.
- PRIORE, Mary del,  
*O Mal sobre a Terra. Uma História do Terremoto de Lisboa*.  
Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- QUENET, Grigory,  
*Les tremblements de terre aux XVIIe et XVIIIe siècles*.  
*La Naissance d'un risque*.  
Paris, Champ Vallon, 2005.
- RATTON, Jacome,  
*Recordações de...*  
Lisboa, Fenda, 3ª ed., 1992.
- REINHARDT, O. e OLDROYD, D. R.,  
"Kant's Theory of Earthquakes and Volcanic Action",  
*Annals of Science*, 40, 1983, pp. 247-272.
- RODRIGUES, A. Gonçalves,  
*O Protestante Lusitano. Estudo Biográfico  
e Critico sobre Cavaleiro de Oliveira, 1702-1783*.  
Coimbra, sep. de *Biblos*, XXVI, 1950.
- RODRIGUES, A. Gonçalves,  
"Uma obra desconhecida do Cavaleiro de Oliveira  
contra a Inquisição",  
in *Biblos*, LII, 1976, pp. 305-317.
- ROSSA, Walter,  
*Além da Baixa. Indícios de Planeamento Urbano  
na Lisboa Setecentista*, IPPAR, 1998.
- ROSSA, Walter,  
*A Urbe e o Traço. Uma década de Estudos Sobre  
Urbanismo Português*,  
Coimbra, Almedina, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques,  
*Oeuvres complètes*, ed. B. Gagnebin  
et M. Raymond, vol. IV, Paris, Gallimard, 1964.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro,  
*Tratado da Conservação da Saude dos Povos [...] Com hum  
Appendix: Considerações sobre Terremotos, com a noticia dos mais consideraveis, de que faz menção a  
Historia, e dos ultimos que se sentirão na Europa desde  
1 de Novembro de 1755*,  
Paris, P. Gendron, 1756.
- SEQUEIRA, G. de Matos,  
*Depois do Terramoto. Subsídios  
para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*,  
vol. 4, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato,  
*Razão e Progresso na Filosofia de Kant*,  
Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- SOUSA, Francisco Luís Pereira de,  
*O Terramoto do 1º de Novembro de 1755  
em Portugal e um Estudo Demográfico*,  
vol. 1, *Distritos de Faro, Beja e Évora*,  
vol. 2, *Distritos de Santarém e Portalegre*.  
Tipografia do Comércio, 1919;  
vol. 3, *Distrito de Lisboa*, Lisboa,  
Tipografia do Comércio, 1928;  
vol. 4, *Distritos de Leiria, Castelo Branco, Coimbra, Guarda,  
Aveiro, Viseu, Lisboa*, Tipografia do Comércio, 1932.
- STAROBINSKI, Jean,  
*J.-J. Rousseau. La transparence et l'obstacle,  
suivi de sept essais sur Rousseau*.  
Paris, Gallimard, 1971.
- STAROBINSKI, Jean,  
*Le Remède dans le mal. Critique et légitimation de l'artifice  
à l'âge des Lumières*.  
Paris, Gallimard, 1989.
- STERNLEUW, F. Christian,  
*1755. Breve Testemunho dum Sueco*,  
trad. de João Pereira da Silva Duarte, Lisboa,  
Instituto Ibero-Americano - Gotemburgo-Suécia, 1958.
- STUBER, Martin,  
"Divine Punishment or Object of Research? The resonance  
of earthquakes, floods, epidemics and famine in the  
correspondence network of Albrecht von Haller",  
*Environment and History*, 9, 2003, pp. 173-193.
- VINCENT, Bernard,  
"Les tremblements de terre en Espagne et au Portugal",  
in B. Benassar /ed. *Les catastrophes naturelles dans l'Europe  
médiévale et moderne*.  
Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1996, pp. 77-94.
- VOLTAIRE,  
*Oeuvres complètes*,  
Paris, Garnier-Frères, 1877-1883.

## A AUTORA

Ana Cristina Araújo é Doutorada em História pela Universidade de Coimbra e Professora da Faculdade de Letras da mesma Universidade. É membro do Instituto de História das Ideias, investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (FCT) e integra o Conselho de Redacção das Revistas de *História das Ideias* e *História da Sociedade e da Cultura*. Pertence a diversas sociedades científicas internacionais. É autora de *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Livros Horizonte, 2003, coordenadora e co-autora de *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. Tem publicado dezenas de artigos em revistas nacionais e estrangeiras sobre temas de História da Cultura e das Mentalidades na Época Moderna, alguns dos quais relacionados com o tema deste livro, como: "Ruína e Morte em Portugal no Século XVIII. A propósito do Terramoto de 1755", *Revista de História das Ideias*, vol. 9, t. 2, Coimbra, 1987 e "O Desastre de Lisboa e a opinião pública europeia", *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991. É também co-autora de importantes obras colectivas, com destaque para a *História de Portugal*, (dir. José Mattoso), Lisboa, vol. 5, Círculo de Leitores, 1993, em que colaborou com o capítulo: "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais", e a obra *L'Esprit de l'Europe* (dir. de Antoine Compagnon e Jacques Seebacher), Paris, Flammarion, 1993, em que colaborou com o capítulo: "1755. L'Europe tremble à Lisbonne".

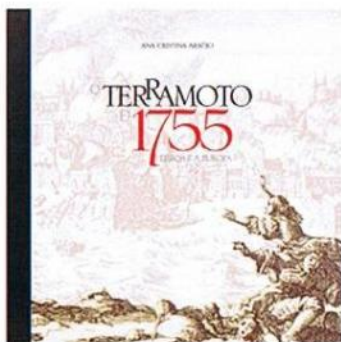
## AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao colega e amigo Doutor José Manuel Louzada Subtil a leitura, em primeira mão, do códice do Arquivo Histórico Municipal da Câmara de Lisboa, *Portugal Aflieto e Conturbado pello Terramoto do anno de 1755*, em vias de publicação, bem como do estudo que acompanha a sua edição.

Os CTT Correios de Portugal agradecem à Câmara Municipal de Lisboa pela especial colaboração prestada na recolha de iconografia para este livro, e designadamente ao Museu da Cidade – a cujo acervo pertence a maioria das imagens publicadas –, ao Arquivo Histórico Municipal e ao Gabinete de Estudos Olisiponenses. Agradecem também a colaboração das seguintes instituições e pessoas: Academia Nacional de Belas-Artes, Agência Dias da Silva, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Lisboa, Carlos Antunes-Martins, Família Celestino Costa, Francisco Contente Domingues, Heike Heuser / Biblioteca da Universidade de Marburgo, Alemanha, Instituto Português de Museus / Divisão de Documentação Fotográfica, Museu Arqueológico do Carmo, Museu do Banco de Portugal, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, Verónica M. Pinto Basto Bensaúde Sampayo Guimarães.

## CRÉDITOS FOTOGRAFICOS

Academia Nacional de Belas-Artes, 24-25, 48-49, 55  
Agência Dias da Silva / Roger-Viollet, 156  
Agência Dias da Silva / Topfoto, 155  
Arquivo do Museu Nacional do Teatro / Júlio Marques,  
162  
Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, 42 (d), 52-53, 112  
Associação dos Arqueólogos Portugueses / Museu  
Arqueológico do Carmo, 50 (e), 51  
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 58, 60, 66,  
70 (d), 77, 97, 99, 113, 119, 122, 132, 161  
Biblioteca Nacional, Lisboa, 27, 78, 129, 139 (e), 152  
British Library, Londres, 104  
Castelo de Coppet, Suíça, 158  
Gabinete de Estudos Olisiponenses, 72, 117, 124, 139 (d)  
Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 11,  
81 (e), 149  
Júlio Marques, 21, 54 (e)  
Museu da Cidade, Lisboa / Júlio Marques, 11, 12, 14-16,  
18-19, 22-23, 28-30, 32-34, 38-98, 41, 42 (e), 45-46, 50 (d),  
54 (d), 59, 62, 65, 68-70, 73-74, 76, 82, 84-87, 90, 95-96,  
98, 110-111, 121, 127, 130-131, 136  
Museu do Banco de Portugal, 115  
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa / IPM / DDF /  
Carlos Monteiro, 109, Luísa Oliveira, 116, José Pessoa,  
135  
Nisee - Universidade da Califórnia, Berkeley, 36, 81 (d),  
145-146  
Universidade de Marburgo, Alemanha, 150-151



Edição Clube do Coleccionador dos Correios

Autora Ana Cristina Araújo

Design Atelier Acácio Santos / Helder Soares

© CTT Correios de Portugal

Proibida a reprodução total  
ou parcial do conteúdo desta obra  
sem autorização do editor.

Edição realizada em Setembro de 2005,  
numerada e autenticada pelo editor,  
com uma tiragem de 7000 exemplares  
e contendo os selos e o bloco da emissão  
"250 Anos do Terramoto de Lisboa",  
da autoria de José Luís Tinoco.

Impressão:

marca-ag.com\_Porto\_8.2005

ISBN 972-9127-96-4

Depósito Legal nº 231.904/05

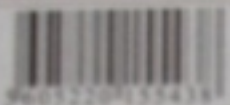


0101









9601220155436

